

MARIA INÁCIA LOURENÇO MALVEIRO

DESERTIFICAÇÃO E DINÂMICA POPULACIONAL
NO CONCELHO DE MÉRTOLA
– UMA PERSPECTIVA ECOLÓGICA

DISSERTAÇÃO APRESENTADA PARA OBTENÇÃO
DO GRAU DE MESTRE EM ECOLOGIA HUMANA
PELA UNIVERSIDADE DE ÉVORA.



86999

Verney

ÉVORA
1990

316.334.52
MAL 2

I N D I C E

Página

INTRODUÇÃO	1
------------	---

1ª. P A R T E - CARACTERIZAÇÃO SUMÁRIA DOS ASPECTOS BIOFÍSICOS DO CONCELHO DE MÉRTOLA
--

1. LOCALIZAÇÃO	4
2. RELEVO	4
2.1. Declives Dominantes	7
2.2. Orientação Dominante das Encostas	7
3. SUBSOLO E RECURSOS MINEIROS	12
4. SOLO	14
4.1. Limitações Dominantes ao uso do solo	14
4.2. Utilização actual do solo	18
5. CURSOS DE ÁGUA	21
6. CLIMA	21
6.1. Temperatura	23
6.2. Pluviosidade	23
6.3. Humidade Relativa	25
6.4. Balanço Hídrico	25
6.5. Radiação Solar e Insolação	25
7. VEGETAÇÃO	29
7.1. Floresta Esclerófila	32
7.2. Formação Subxerofítica	37
7.3. Estepe Mediterrânica	41

8. RESUMO DAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO MEIO	43
9. ANÁLISE DA "FRAGILIDADE" DO MEIO	45

2ª.P A R T E - DINÂMICA DEMOGRÁFICA DO CONCELHO DE MÉRTOLA

INTRODUÇÃO	49
1. ASPECTOS GLOBAIS DA POPULAÇÃO	49
1.1. Introdução	49
1.2. Volume e Ritmos de Crescimento	51
1.3. Distribuição Espacial da População	65
1.3.1. Densidade Populacional	65
1.3.2. Distribuição da População por agregados populacionais	71
1.3.3. Estrutura etária da população	82
1.3.4. Conclusão	97
2. DINÂMICA NATURAL E DINÂMICA MIGRATÓRIA	98
2.1. Dinâmica Natural	98
2.2. Dinâmica Migratória	106
2.3. Conclusões	114
3. CONCLUSÕES	117

3ª.P A R T E - INTERACÇÃO POPULAÇÃO ↔ MEIO E O PROCESSO DE DESERTIFICAÇÃO
--

INTRODUÇÃO	120
------------	-----

	Página
1. CAMPANHA DO TRIGO	121
1.1. Indústrias e Comércio ligados ao sector Agrícola	129
2. SOBREPASTOREIO	129
2.1. Actividades subsidiárias da pecuária	133
3. EXPLORACÇÃO MINEIRA NA MINA DE S.DOMINGOS	134
 C O N C L U S Õ E S F I N A I S	 143
 BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL	 148
 FONTES	 151

INTRODUÇÃO

A abordagem do problema da **DESERTIFICAÇÃO** num trabalho realizado no âmbito da **ECOLOGIA HUMANA**, parece-nos justificado pelo facto do aspecto mais importante da própria desertificação se prender com o seu impacto no próprio Homem, não só a nível individual, mas também num âmbito social mais alargado - na família e na própria comunidade.

É sabido que um ecossistema é um sistema complexo de elementos interdependentes - plantas, animais, solo, água, balanço energético, etc. Daí que, qualquer alteração, por menor que ela seja, num destes seus elementos pode vir a desequilibrá-lo. Contudo, qualquer sistema tem as suas defesas, donde que, quando o equilíbrio anterior é rompido, o sistema vai tender para um novo equilíbrio, fazendo uso dessas mesmas defesas. Porém, quando o Homem intrevem num ecossistema natural e lhe introduz perturbações contínuas e cada vez mais fortes, o sistema pode ver significativamente afectada a sua capacidade de adaptação. As consequências dessa degradação do ecossistema natural podem contudo vir a reflectir-se, de forma mais ou menos grave, no Homem, tanto a nível individual (aspectos biológicos e psicológicos) como a nível da própria comunidade (aspectos económicos e sociais).

Assim, se da intervenção humana, num determinado ecossistema se desencadear a deteoração dos sistemas de produção, fruto de um processo de desertificação que resulta da ruptura da homeostase do ecossistema, pode eventualmente assistir-se a um processo paralelo de desertificação humana, caracterizado por um esvaziamento do meio rural.

Este trabalho foi realizado com o objectivo de analisar o tipo de interacções que foram estabelecidas entre a população e o meio, e que dalguma forma foram conducentes ao desencadear do processo de desertificação a que se assiste no concelho de Mértola. Não se pretende com ele, realizar uma análise exaustiva de todas as interações que se estabeleceram ao longo dos últimos cinquenta ou sessenta anos, pois temos consciência que tal tarefa excedia em muito as nossas limitadas capacidades. O nosso objectivo é muito mais modesto e circunscrito e limita-se apenas a uma tentativa de identificação de algumas práticas que, quando implementadas, deram o seu contributo para o desencadear do processo de desertificação na sua dupla vertente, (meio natural e população).

O presente trabalho está organizado em três partes:

Na primeira parte tentamos realizar um estudo dos aspectos Biofísicos do concelho de Mértola. Este estudo não tenta ser de forma alguma exaustivo, mas com ele tentamos apontar os pontos " sensíveis " exibidos pelo ecossistema que ele constitui.

Na segunda parte tentamos analisar a dinâmica demográfica da população do concelho durante este século, população essa, que fez desse ecossistema o suporte para as suas actividades.

Na terceira, e última parte do trabalho, tentamos analisar a teia de interacções que foi estabelecida entre a população e o meio (sociosfera - Biosfera), a forma como este último reagiu (feed-back) e quais as implicações que o tipo de resposta do meio tiveram na dinâmica dessa mesma população. Trata-se, portanto de considerar estas duas partes (meio

e população), que até aí foram analisadas em separado, como dois sub - sistemas integrados num sistema mais alargado e, por isso, mesmo mais complexo. Em suma, o objectivo da terceira parte do trabalho é pois , analisar passo a passo, na medida do possível e condicionados pelos poucos dados que dispomos, as relações dinâmicas que se foram estabelecendo, o atingir de vários pontos intermédios de equilíbrio e a sua posterior ruptura, tentando assim compreender o mecanismo interactivo que se estabeleceu entre a população e o meio e que culminou num processo duplo de desertificação do concelho - **DESERTIFICAÇÃO FÍSICA E DESERTIFICAÇÃO HUMANA.**

Aproveito também a oportunidade para agradecer as preciosas orientações que me foram prestadas durante a realização deste trabalho pelos Professores Doutores J.Manuel Nazareth e Cruz de Carvalho e, sem os quais, este trabalho ficaria inevitavelmente incompleto.

Agradeço igualmente o envolvimento dessinteressado de uma série de amigos que muito me apoiaram e ajudaram a vencer toda uma série de dificuldades que tive de enfrentar para levar a cabo esta tarefa. Assim, agradeço ao meu amigo Vaz Pinto pela elaboração dos gráficos; ao meu amigo António Cunha pela cedência de algumas das suas fotografias sobre a Mina de S.Domingos; à minha amiga Clara pelo facto de ter dactilografado todo o trabalho e por último, mas com uma ajuda não menos importante, agradeço ao meu marido por me ter transmitido todo o seu entusiasmo o que muito me encorajou a levar até ao fim o presente trabalho.

1^a PARTE

Caracterização Sumária
dos Aspectos Biofísicos
do
Concelho de Mértola

1. LOCALIZAÇÃO

O concelho de Mértola situa-se a Sudeste da região Alentejana, pertencendo à província do Baixo Alentejo e está incluído no distrito de Beja.

As limitações do concelho são a Norte os concelhos de Beja e Serpa, a Sul confina com a região Algarvia, a Oeste pega com os concelhos de Castro Verde e Almodôvar e a Este a fronteira natural constituída pelo rio Chança separa-o de Espanha.

No Mapa 1.1 indica-se a localização do concelho em estudo.

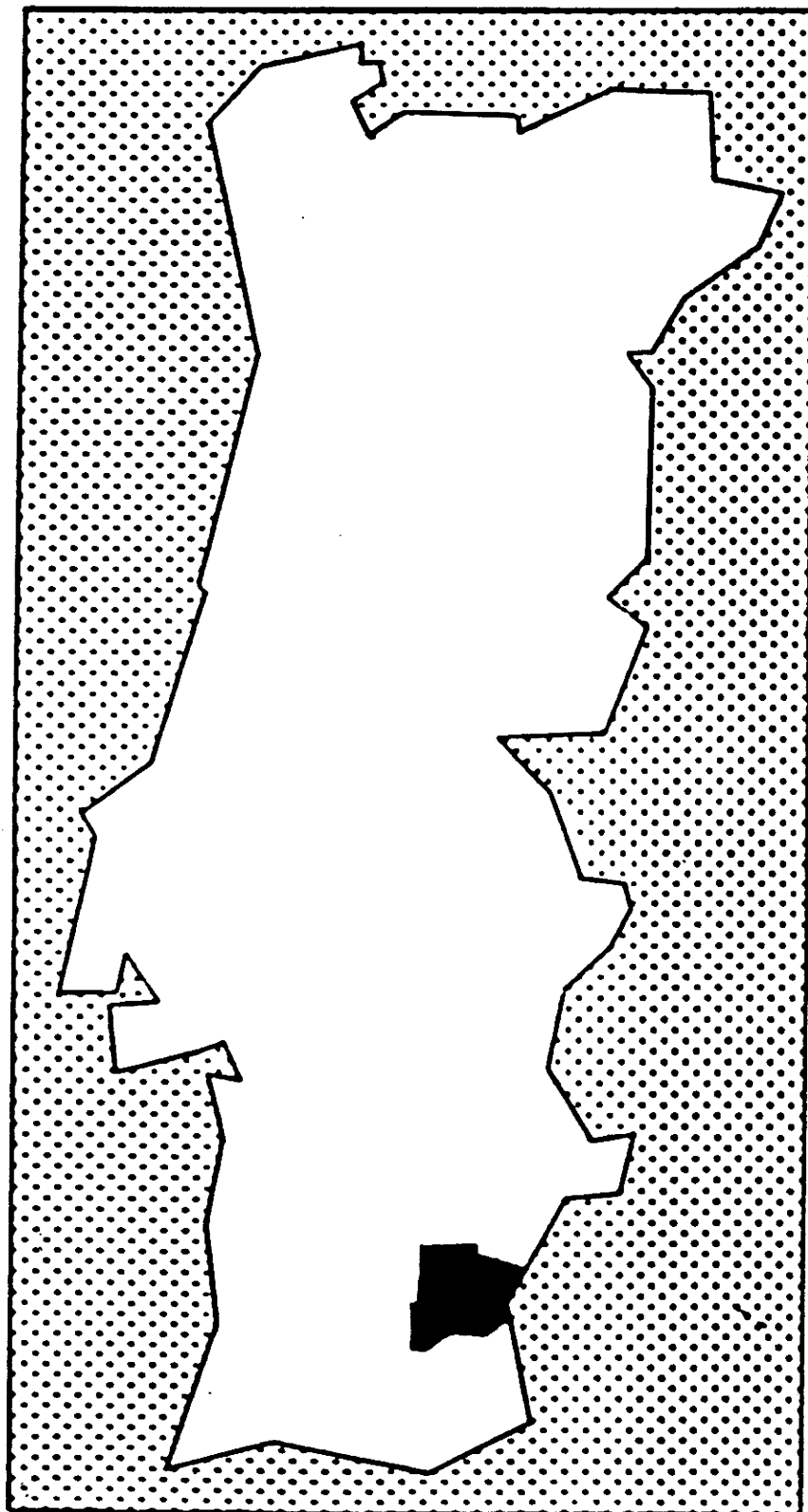
2. RELEVO

A base de trabalho para análise do relevo foi a carta Militar de Portugal (escala 1: 250 000) em que a equidistância das curvas de nível é de 100 metros.

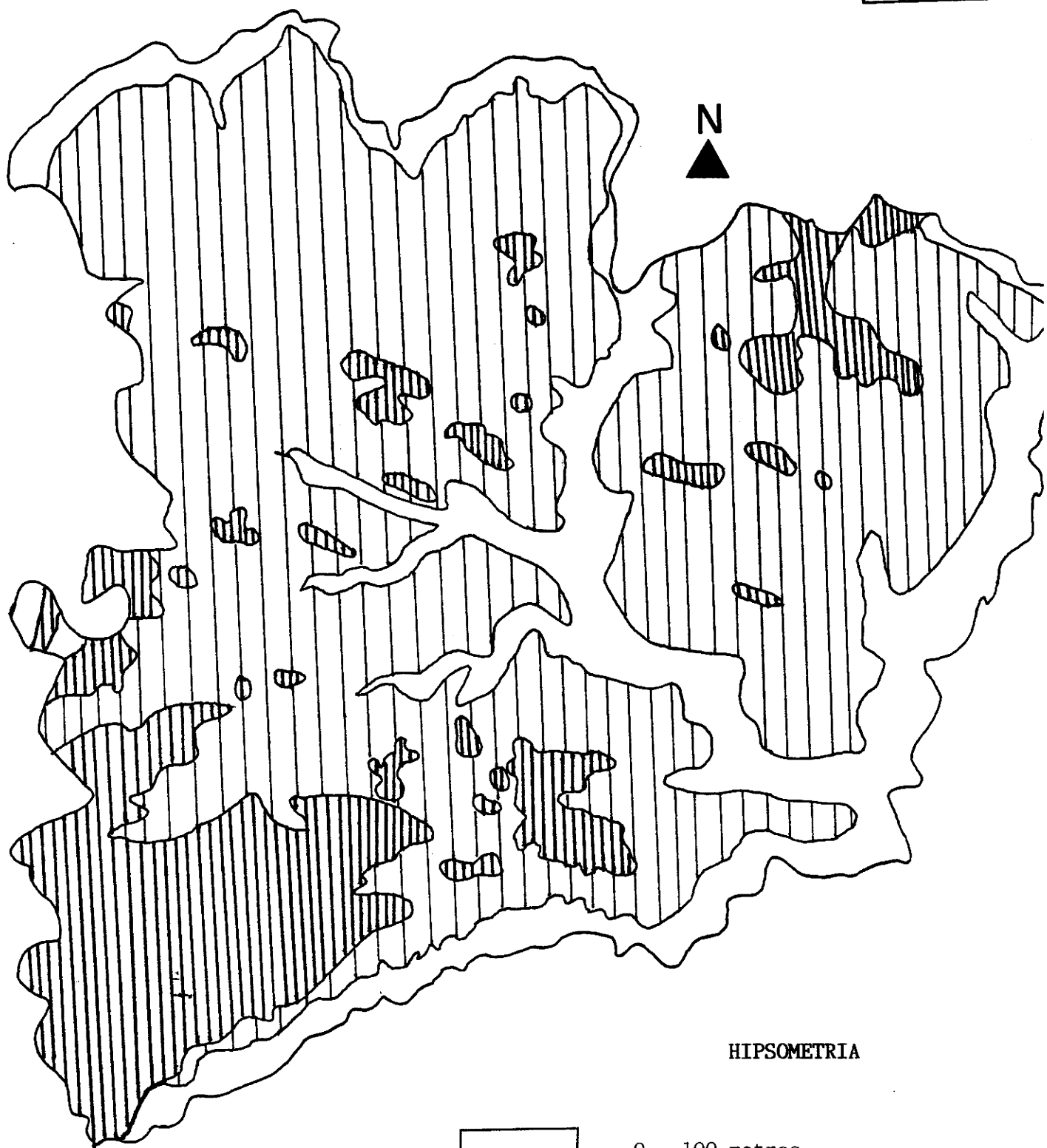
No Mapa 1.2 que se apresenta a seguir as zonas escolhidas foram:

0 - 100 m
100 - 200 m
200 - 400 m

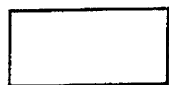
A altitude média da região situa-se entre os 200 m e os 400 m. A altitude inferior a 100 m situa-se nas margens do Guadiana e dos seus afluentes (Chança, Vascão e Ribeira de Terres e Cobres). Parece haver um predomínio das áreas com altitudes compreendidas entre os 100 e os 200 metros.



Localização do concelho de Mértola



HIPSOMETRIA



0 - 100 metros



100 - 200 metros



200 - 400 metros

Marcam-se ainda as linhas de cumeada, de cotas mais altas ou de separação de águas - **Festos**; e as cotas mais baixas ou de drenagem natural - **Talvegues**. A marcação destas linhas permite-nos ter ideias relativamente aproximadas no que respeita à circulação hídrica e à circulação atmosférica.

2.1. Declives dominantes

Relativamente aos declives dominantes foram consideradas as 5 zonas que a seguir se indicam:

Zonas planas ou quase planas (declive 0 - 3 %)

Zonas de declive suave (declive 3 - 8 %)

Zonas de declive moderado (declive 8 - 16%)

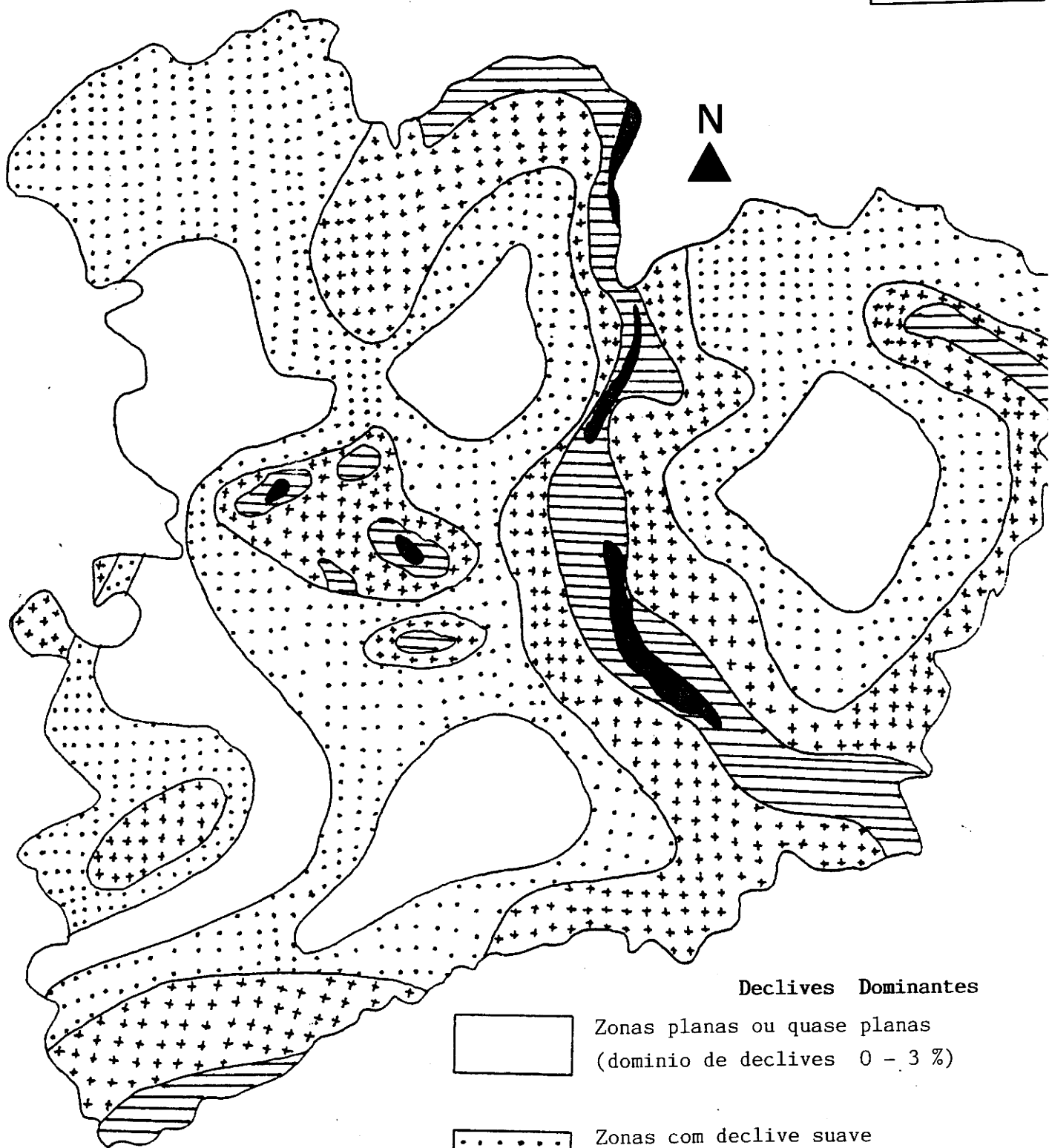
Zonas escarpadas (domínio de declive > 25 %)

A delimitação destas zonas deu origem ao mapa que se segue (Mapa 1.3).

2.2. Orientação dominante das encostas

No Mapa 1.4 , que se segue, as oito direcções marcadas correspondem às orientações do terreno relativamente às direcções cardeais e colaterais ; assim estão indicadas no referido mapa:

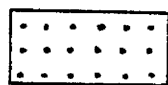
- encostas orientadas a N - NE
- encostas orientadas a E
- encostas orientadas a SE
- encostas orientadas a S
- encostas orientadas a W - SW
- encostas orientadas a NW



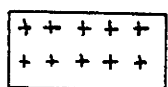
Declives Dominantes



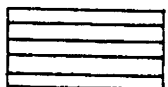
Zonas planas ou quase planas
(dominio de declives 0 - 3 %)



Zonas com declive suave
(dominio de declives 3 - 8 %)



Zonas com declive moderado
(dominio de declives 8 - 16%)



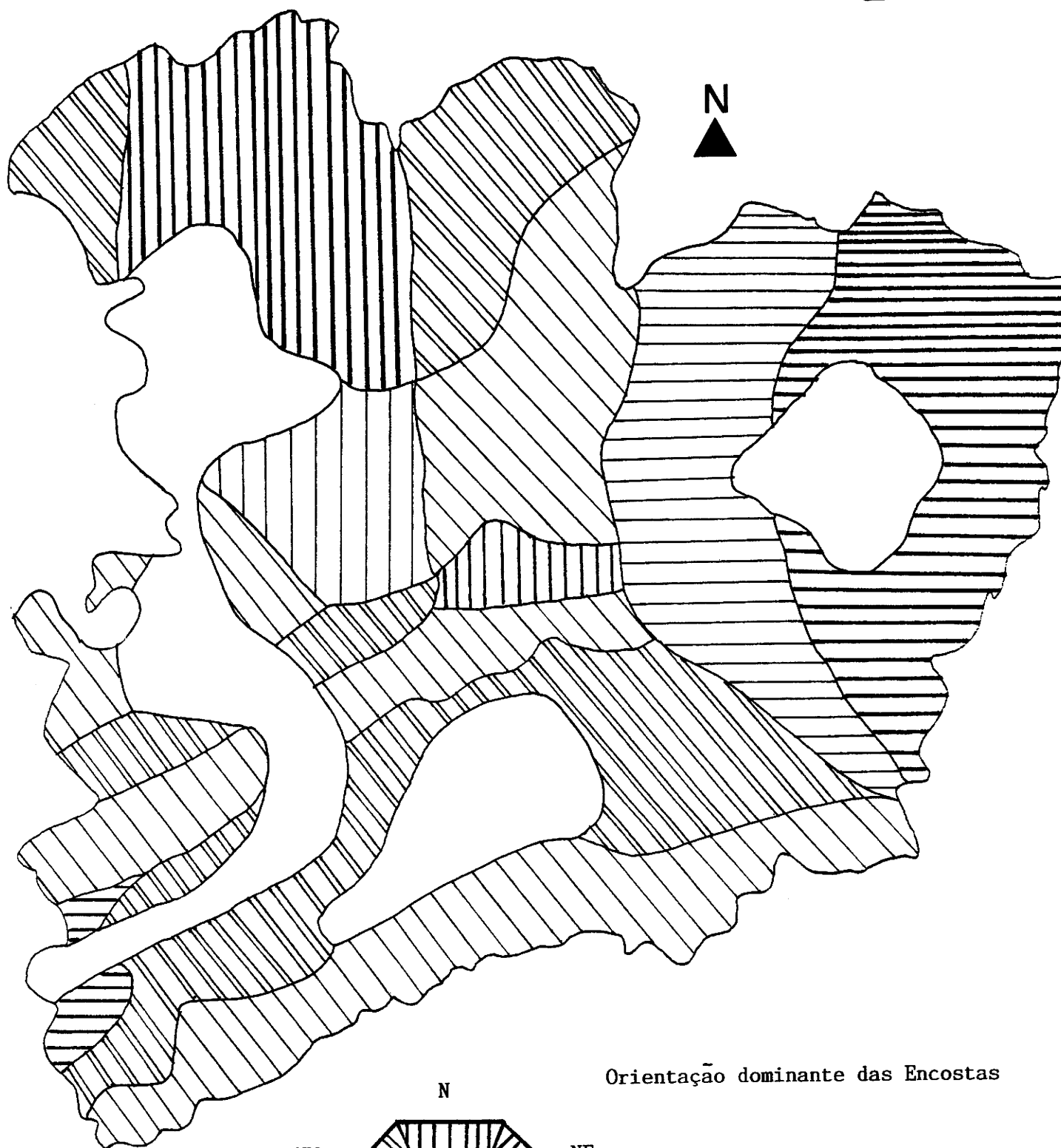
Zonas com declive acentuado
(dominio de declive 16 - 25%)



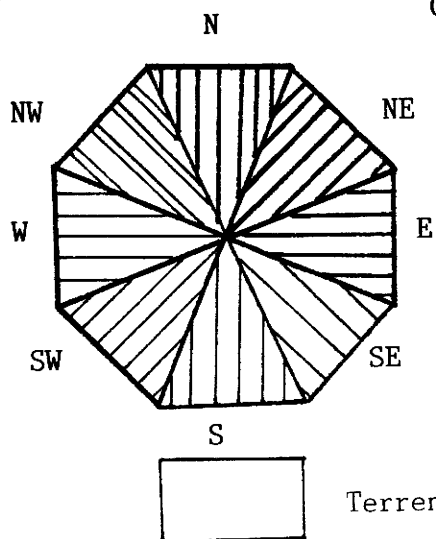
Zonas escarpadas
(dominio de declive 16 - 25%)



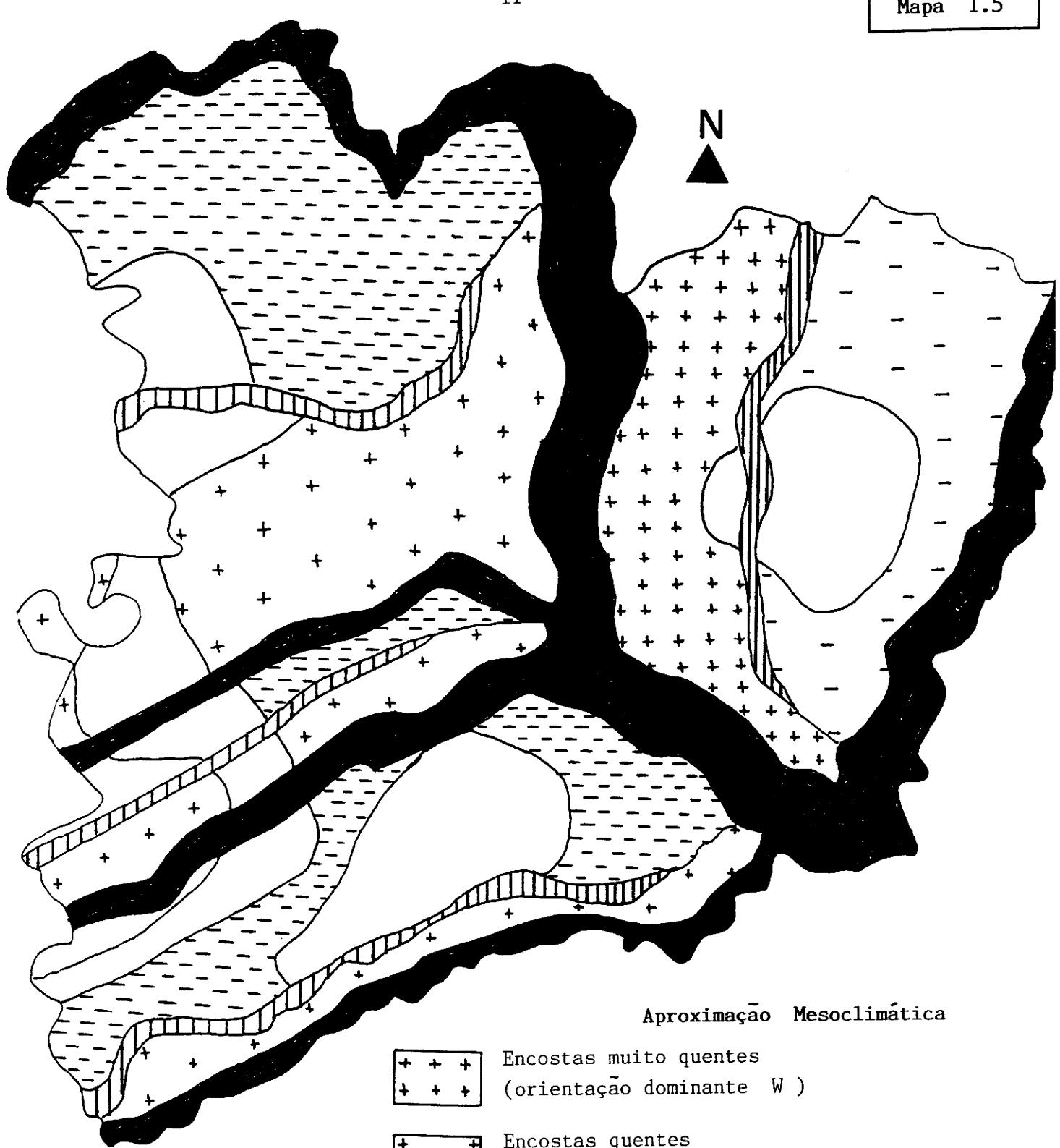
Aspecto das encostas declivosas nas margens
do Rio Guadiana (junto do Pulo do Lobo).



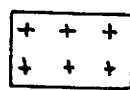
Orientação dominante das Encostas



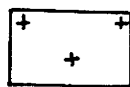
Terreno plano ou quase plano



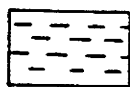
Aproximação Mesoclimática



Encostas muito quentes
(orientação dominante W)



Encostas quentes
(orientação dominante S, SW, e SE)



Encostas Frias
(orientação dominante N, NW, NE)



Encostas Frescas
(orientação dominante E)



Zona de Vale



Zona de festo

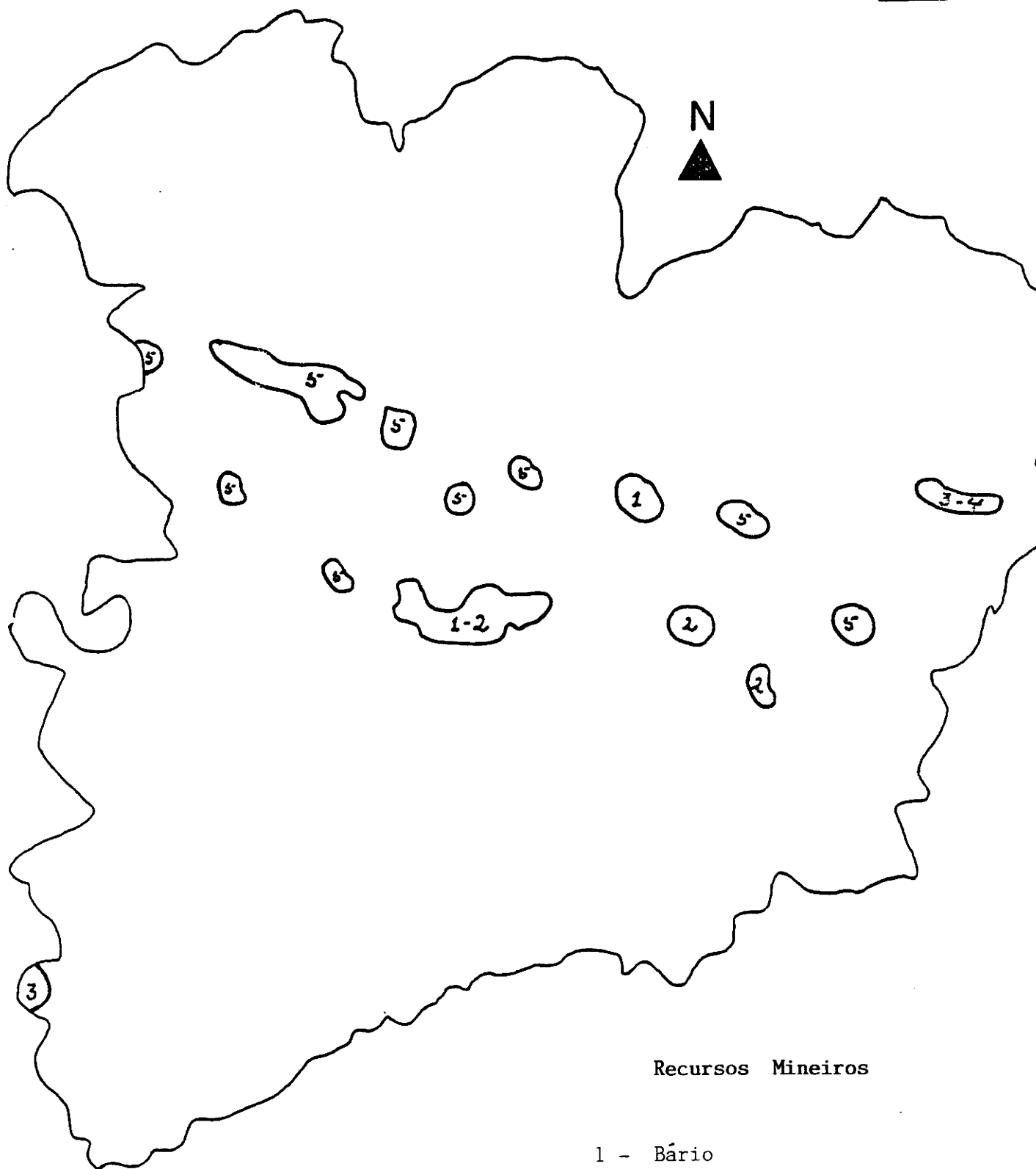
É ainda de referir a existência de zonas sem orientação específica definida devido fundamentalmente à inexistência ou ao fraco declive (0 a 3% de declive) .

Esta carta permite uma aproximação macroclimática relativamente à exposição das encostas, tanto à radiação solar como aos ventos, podendo também ser estabelecidas algumas correlações com a temperatura em termos qualitativos. Atendendo a esta possibilidade foi elaborado o Mapa 1.5 , em que é realizada uma aproximação mesoclimática. As encostas orientadas a N - - NE são muito frias; as orientadas a E são relativamente temperadas; as viradas a W - SW são muito quentes; pelo contrário as orientadas a NW são frias.

3. SUBSOLO E RECURSOS MINEIROS

Na área abrangida pelo concelho de Mértola a constituição do subsolo é relativamente uniforme predominando os xistos argilosos e grauvaques. Há ainda algumas manchas de outro tipo de rochas como sejam os quartezitos.

Os recursos mineiros do concelho não se encontram actualmente em exploração, não se sabendo a sua viabilidade económica, mas incluem: chumbo, cobre, enxofre, manganês, zinco , conforme se pode verificar no Mapa 1.6 . As fontes utilizadas para a feitura deste mapa foram a carta mineira de Portugal (escala 1:1 000 000).



Recursos Mineiros

- 1 - Bário
- 2 - Chumbo
- 3 - Cobre
- 4 - Enxofre
- 5 - Manganês

4. SOLO

4.1. Limitações dominantes do uso do solo

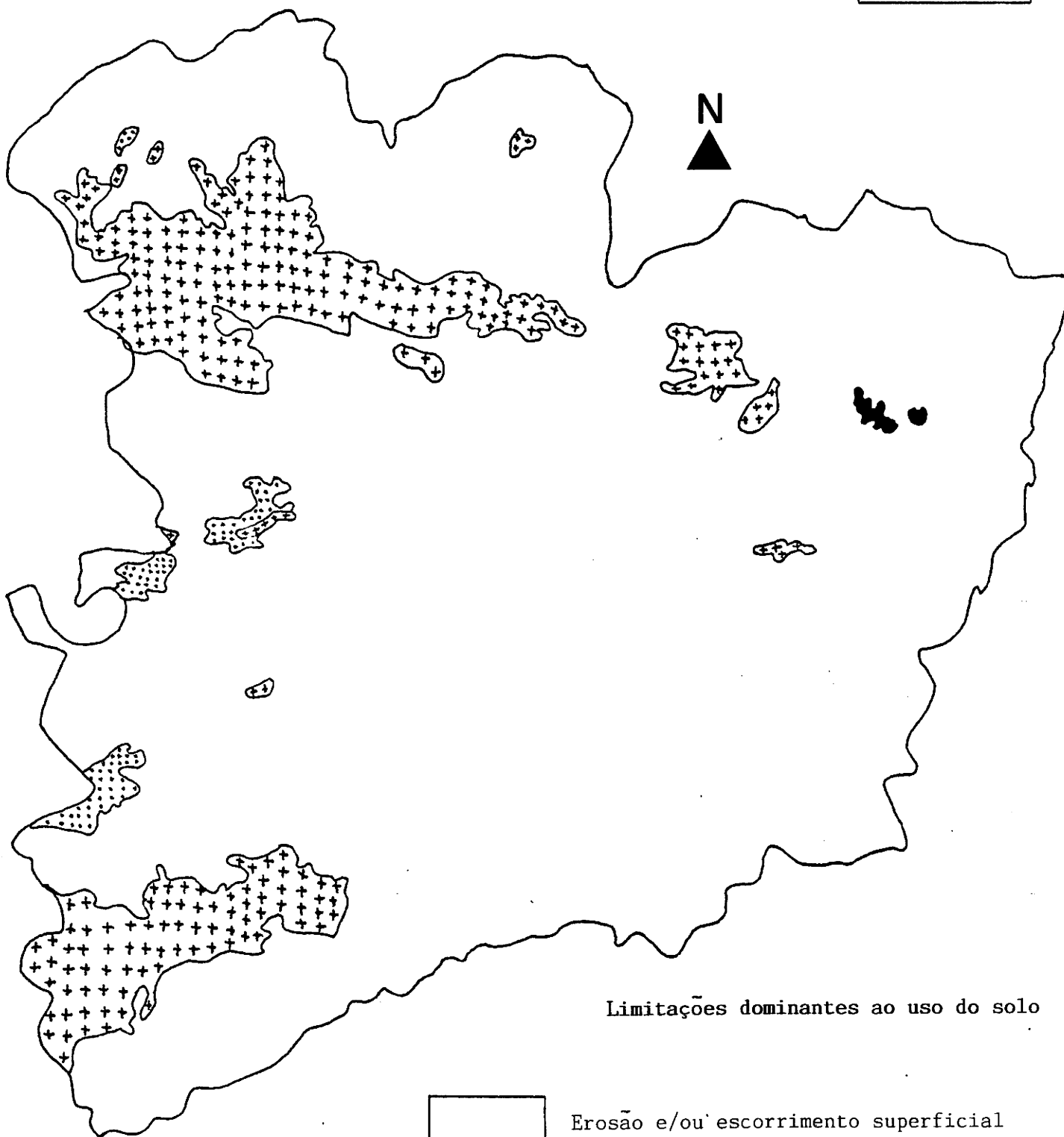
A análise da carta de limitações dominantes de uso do solo permite obter alguns dados relativos às principais condicionantes que afectam, mais ou menos profundamente, a utilização do solo, fundamentalmente no que respeita ao sector agrícola. Com base na carta de limitações dominantes do uso do solo elaborada pelo S.R.O.A. (escala 1: 250 000) elaborou-se o Mapa 1.7 em que se consideram as seguintes limitações:

- A - riscos de erosão ou escoamento superficial.
- B - Excesso de água.
- C - Características intrínsecas ao próprio solo.
- D - Sem ou com poucas limitações.

Da análise do referido mapa carta verificou-se que no concelho em estudo é mínima a área em que não existem ou existem poucas limitações (D) predominando as áreas em que a principal limitação ao uso agrícola é a erosão e/ou o escoamento superficial (A). Há ainda a assinalar a existência de uma mancha a Noroeste de Mértola em que o excesso de água é o factor limitante (B).

Convém ainda salientar que as áreas com riscos de erosão e/ou escoamento superficial correspondem às de menor capacidade agrícola do solo (solos de classe E) o que em parte explica o baixo rendimento agrícola desta região.

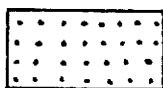
No quadro que se segue está indicada a distribuição percentual do tipo de solo neste concelho, sendo bem patente a elevadíssima percentagem de



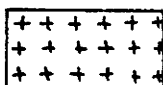
Limitações dominantes ao uso do solo



Erosão e/ou escoamento superficial



Características intrínsecas do solo



Excesso de água



Sem ou com poucas limitações



Aspecto de uma ravina aberta no terreno pela acção erosiva.



Algumas destas ravinas podem chegar a atingir cerca de 80 cm de profundidade.



Aspecto de um dos muitos solos xistosos do concelho de Mértola.



A camada de solo arável é praticamente inexistente.

solo do tipo E.

Concelho de Mértola

Capacidade de uso do solo

Distribuição percentual do tipo de solo

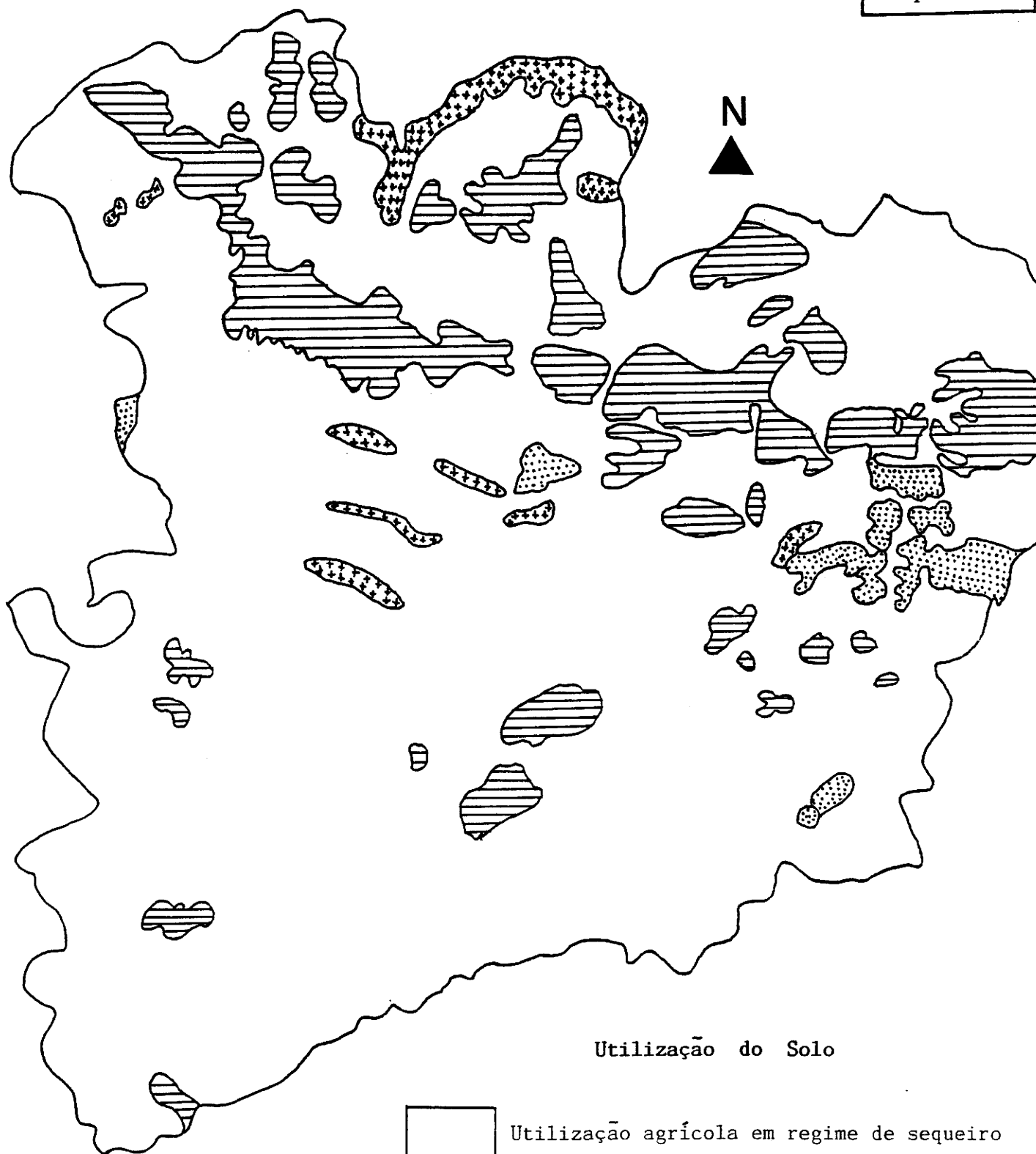
(Área Agriculturável 123 918 ha)

Tipo de solo	Classe A	Classe B	Classe C	Classe D	Classe E
Distribuição Percentual	0,1%	0,6%	2,3%	16,3%	80,7%

Quadro 1.1

4.2. Utilização actual do solo

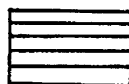
A elaboração da carta que a seguir se apresenta (Mapa 1.8) foi baseada na análise da carta agrícola e florestal (escala 1: 250 000) elaborada pelo S.R.O.A.. Verifica-se aqui a predominância da utilização agrícola do solo em regime de sequeiro. A área de cultura arvense de sequeiro encontra-se completamente desprotegida, ocupando encostas muito declivosas e por isso mesmo sujeitas a erosão e/ou escorrimento superficial . Ressalta igualmente a fraca densidade de montados (formação climax na região), que deveria ocupar as zonas mais declivosas, os cabeços e as zonas de menor aptidão agrícola.



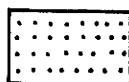
Utilização do Solo



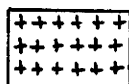
Utilização agrícola em regime de sequeiro



Montado



Eucaliptal



Incultos



As searas são " fracas " e muitas vezes invadidas pelas próprias estevas.



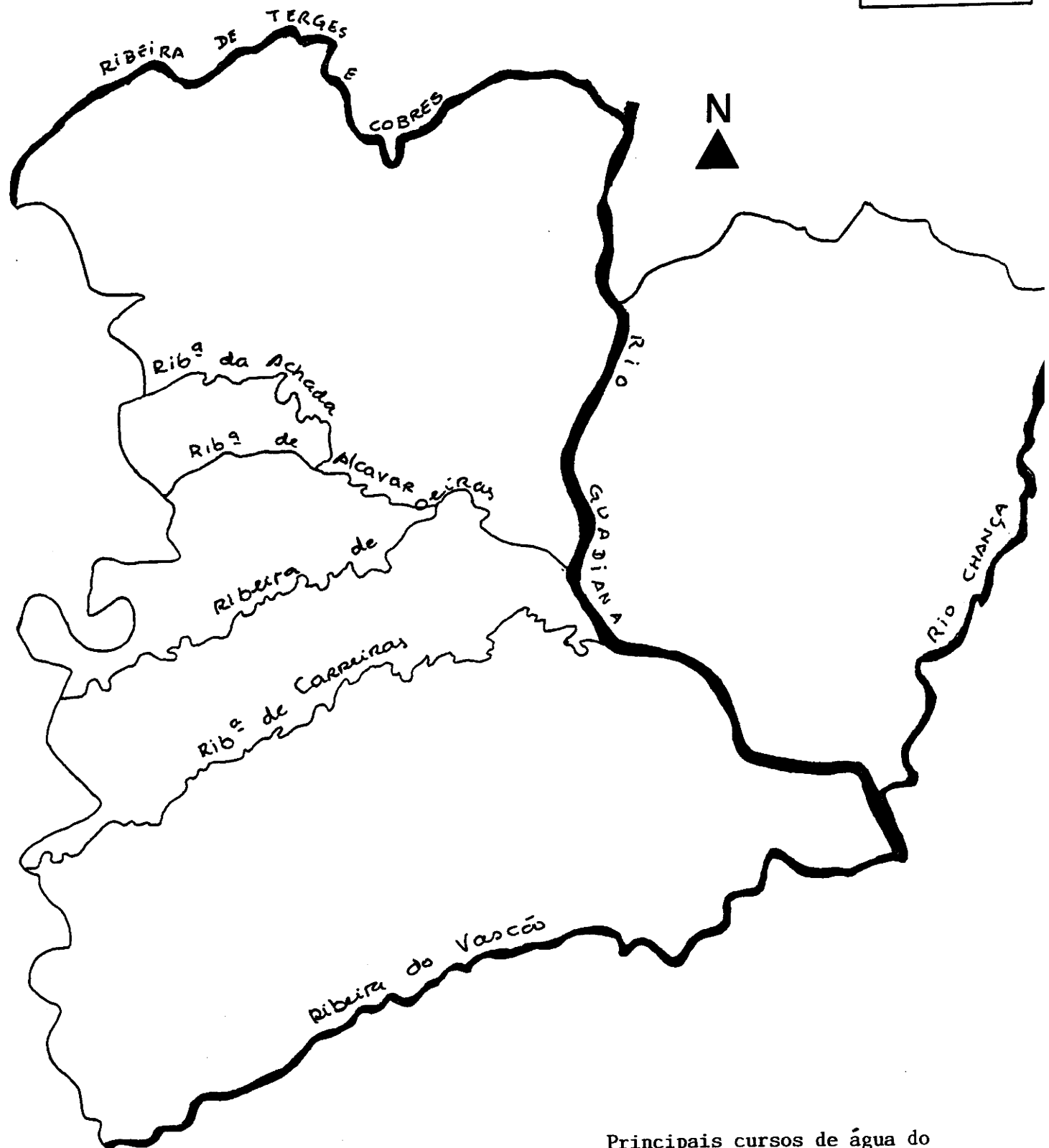
Como a seara não oferece uma protecção eficaz, aparecem frequentemente ravinas fruto da acção erosiva da água das chuvas.

5. CURSOS DE ÁGUA

No Mapa 1.9 estão representados os principais cursos de água do concelho de Mértola. O principal é indubitavelmente o rio Guadiana, que atravessa esta região. Fazendo fronteira com Espanha temos o rio Chança, afluente da margem esquerda do Guadiana. A ribeira do Vascão e a ribeira de Terres e Cobres delimitam o concelho respectivamente a Sul, separando-o do Algarve e a Noroeste, separando-o do concelho de Beja. Estes dois cursos de água são afluentes da margem direita do Guadiana. São ainda de citar a ribeira de Carreiras e a ribeira de Oeiras, afluentes do Guadiana da margem direita, e a ribeira de Achada e a de Alcavar, como subafluentes da mesma margem.

6. CLIMA

O Alentejo pela sua posição meridional apresenta um clima de afinidades mediterrânicas e continentais . A principal característica é o seu Ve - rão quente e seco. Para a caracterização do clima do concelho de Mértola foram analisados os dados emanados da Estação de Vale Formoso no pe - ríodo compreendido entre 1931 e 1960. Estes dados encontram-se no Qua - dro 1.2 e a partir deles foram elaborados os gráficos 1.1 e 1.2 respectivamente sobre os valores médios de temperatura do ar e a humidade relativa média. É ainda apresentado o quadro 1.3 e o gráfico 1.3 referente ao balanço hídrico médio. Foram elaborados dois mapas do concelho Mapa 1.10 e Mapa 1.11 respectivamente sobre os valores de radiação solar e inso - lação.



Principais cursos de água do
concelho de Mértola

6.1. Temperatura

As temperaturas médias nos meses de Verão variam entre os 21°C e os 25°C , embora as temperaturas máximas cheguem muitas vezes a ultrapassar os 40°C nos meses de Julho e Agosto.

As temperaturas médias nos meses de Inverno são relativamente baixas (8°C a 12°C), atingindo-se contudo não poucas vezes valores inferiores a zero.

(Ver gráfico 1.1).

As amplitudes térmicas são elevadas e aumentam com a continentalidade.

6.2. Pluviosidade

O período de seca é, regra geral, de três a quatro meses podendo mesmo no caso específico de Mértola atingir os cinco meses.

O total de precipitação ao longo do ano é fraco variando entre os 400 e os 600 mm. A ocorrência das chuvas faz-se sobretudo nos meses de Novembro, Dezembro e Janeiro. Por outro lado, o número de dias em que se verifica uma precipitação inferior a 1 mm é de cerca de sessenta e cinco.

A grande irregularidade das quedas pluviométricas durante o ano e entre uns e outros anos, proporciona condições conducentes a uma certa aridez.

VALORES MÉDIOS DA TEMPERATURA DO AR
EST. VALE FORMOSO - MÉRTO LA(1931-1960)

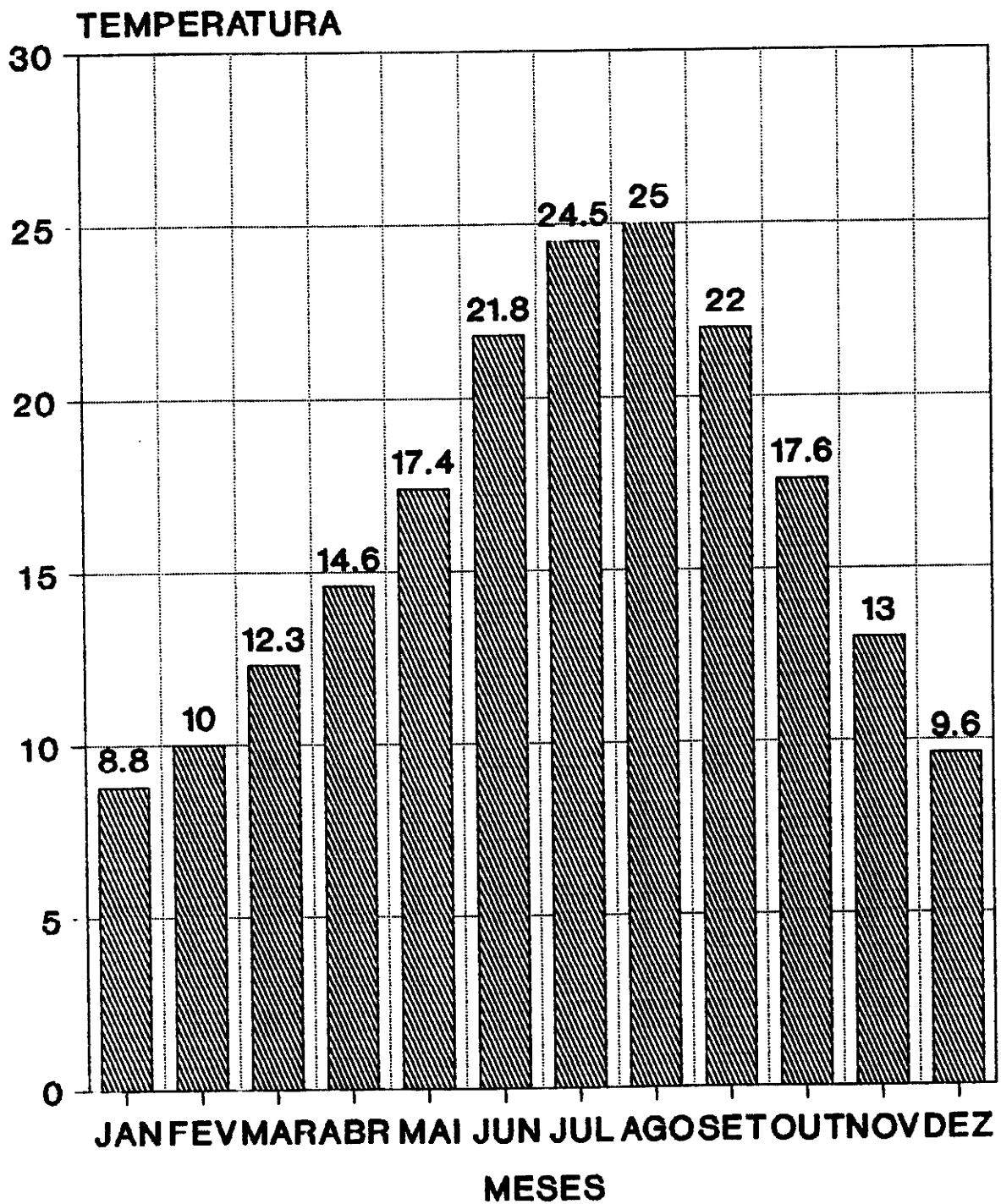


Gráfico 1.1

6.3. Humidade relativa

Os meses mais húmidos são os de Janeiro e Dezembro em que a humidade relativa média se situa acima de 80. Com valores compreendidos entre 60 e 80 aparecem os meses de Fevereiro, Março, Abril, Maio, Outubro e Novembro. A humidade relativa tem valores mais baixos nos meses de Verão (Junho, Julho, Agosto e Setembro), valores compreendidos entre 40 e 60 .
(Ver gráfico 1.2).

6.4. Balanço Hídrico

Por balanço hídrico entende-se o balanço climatológico das quantidades de água naturalmente transferidas da atmosfera para a terra e desta novamente para a atmosfera. O balanço hídrico está intimamente relacionado com a precipitação pois esta descreve a transferência natural da água da atmosfera para a terra. O cálculo do balanço hídrico foi feito segundo o Método de Thornthwaite - Mather com base nos dados obtidos na estação meteorológica de Vale Formoso de 1931 a 1960.

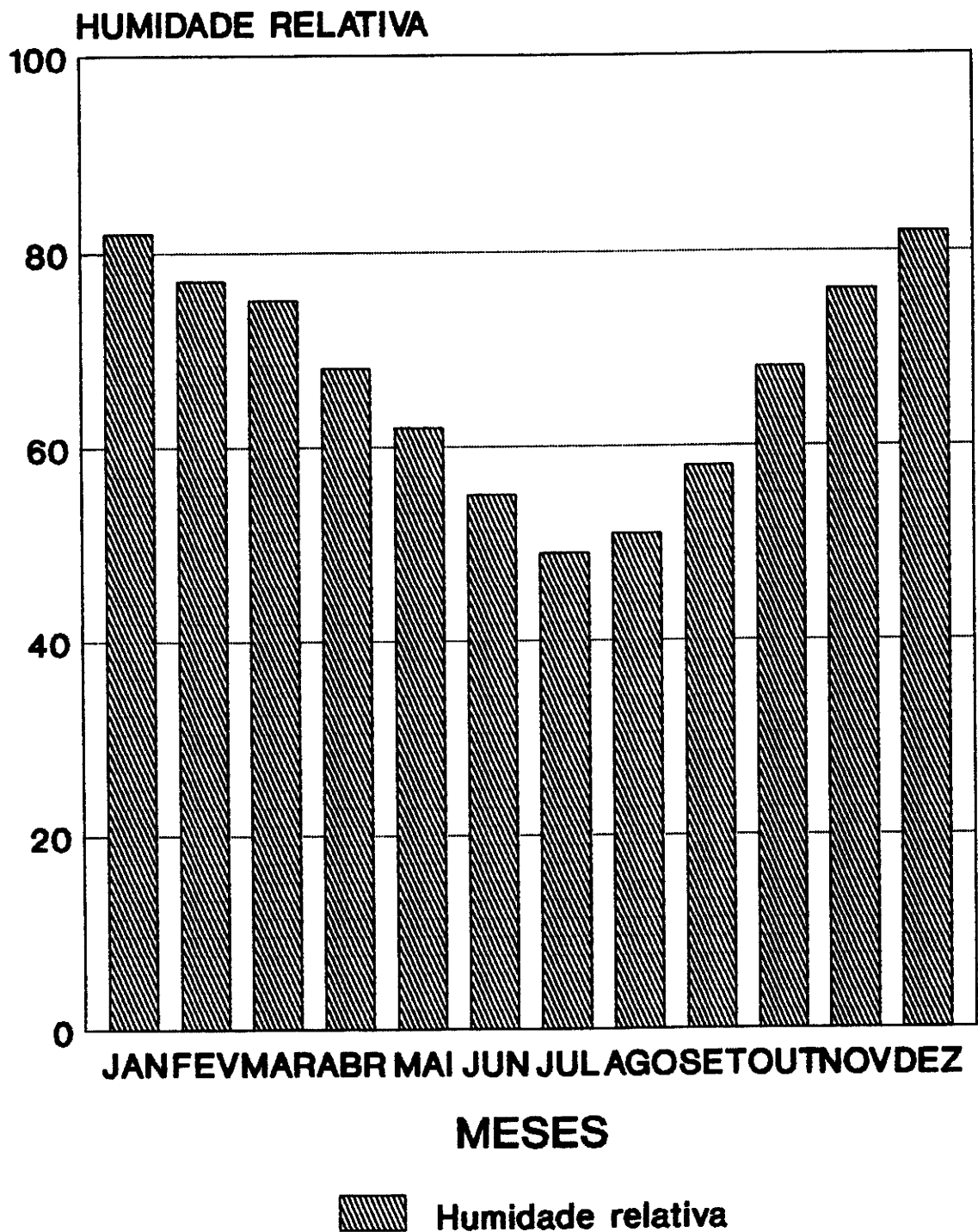
O balanço hídrico do concelho de Mértola revela uma deficiência de água cifrada em 404 mm repartidos pelos meses de Maio, Junho, Julho, Agosto e Setembro e um excesso de ordem dos 193 mm repartidos pelos meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro, Março e Abril (ver Quadro 1.2 e gráfico 1.3)

6.5. Radiação Solar e Insolação

São bastante elevados os valores registados para o concelho de Mértola tanto em relação à radiação solar como à insolação. Estes valores são mais elevados na parte Este, conforme se pode ver nos mapas elaborados



HUMIDADE RELATIVA MÉDIA
EST. VALE FORMOSO - MERTOLA (1931-1960)



MERTOLA/VALE FORMOSO (1931-60)													
Temp. média do ar (°C)	8,8	10,0	12,3	14,6	17,4	21,8	24,5	25,0	22,0	17,6	13,0	9,6	
Humidade relati- va média	82	77	75	68	62	55	49	51	58	68	76	82	
Média mensal da temp. mínima (°C)	4,3	4,8	7,1	8,6	10,7	14,1	15,9	16,1	14,9	12,0	8,3	5,2	
Humidade relati- va máxima	90	86	84	77	75	70	65	67	72	78	86	90	
Média mensal da temp. máxima (°C)	13,3	15,2	17,5	20,6	24,0	29,4	33,1	33,8	29,0	23,2	17,7	14,0	
Humidade relati- va mínima	74	68	66	58	48	40	33	35	45	58	69	75	

Quadro 1.2

	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Ano
Temperatura do ar (°C)	8.8	10.0	12.3	14.6	17.4	21.8	24.5	25.0	22.0	17.6	13.0	9.6	16.4
Precipitação (mm)	89	59	101	60	38	20	2	3	27	70	71	92	632
Evapotranspiração potencial (mm)	18	22	38	54	81	120	147	143	102	64	34	20	843
Evapotranspiração real (mm)	18	22	38	54	73	61	20	8	27	64	34	20	439
Deficiência de água (mm)	0	0	0	0	8	59	127	135	75	0	0	0	404
Excesso de água (mm)	71	37	63	6	0	0	0	0	0	0	0	16	193

Quadro 1.3

BALANÇO HÍDRICO MÉDIO

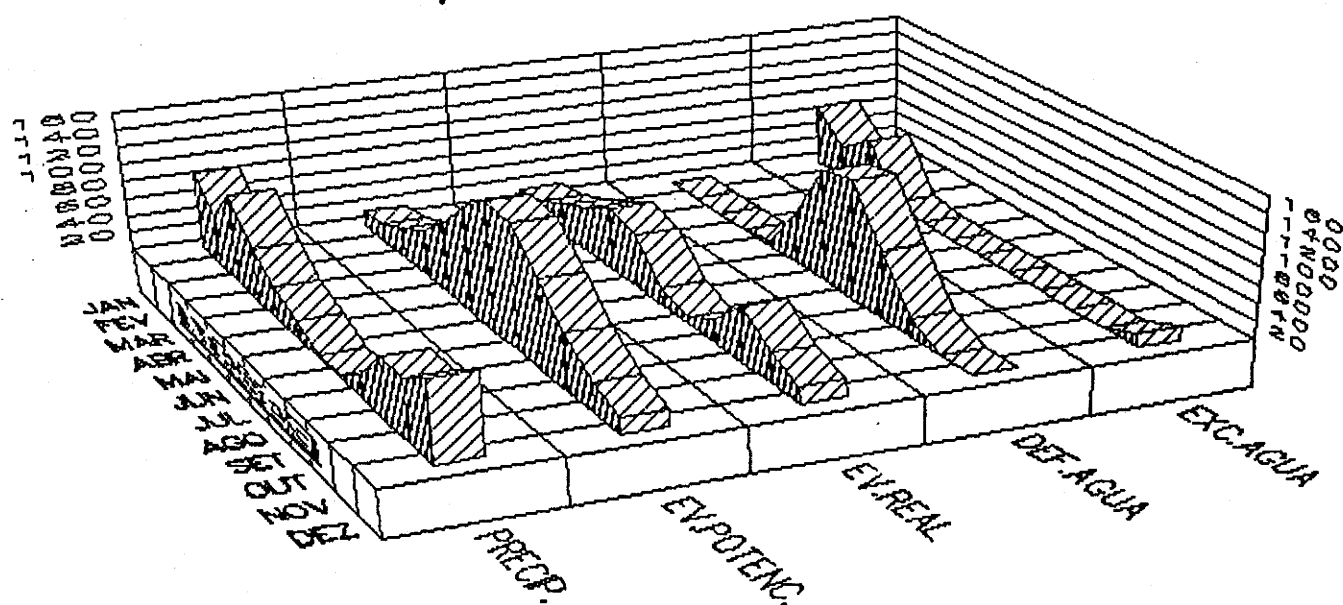


Gráfico 1.3

que se seguem (Mapa 1.10 e Mapa 1.11).

Os valores mais elevados de radiação solar (entre 1851 e 1909 Kwh/m²) correspondem a totalidade de área de freguesia de Corte do Pinto e à quase totalidade de freguesia de Santana de Cambas e sensivelmente à metade Este da freguesia de Mértola. Todas as restantes 6 freguesias registam valores compreendidos entre 1793 e 1851 Kwh/m² de radiação solar média.

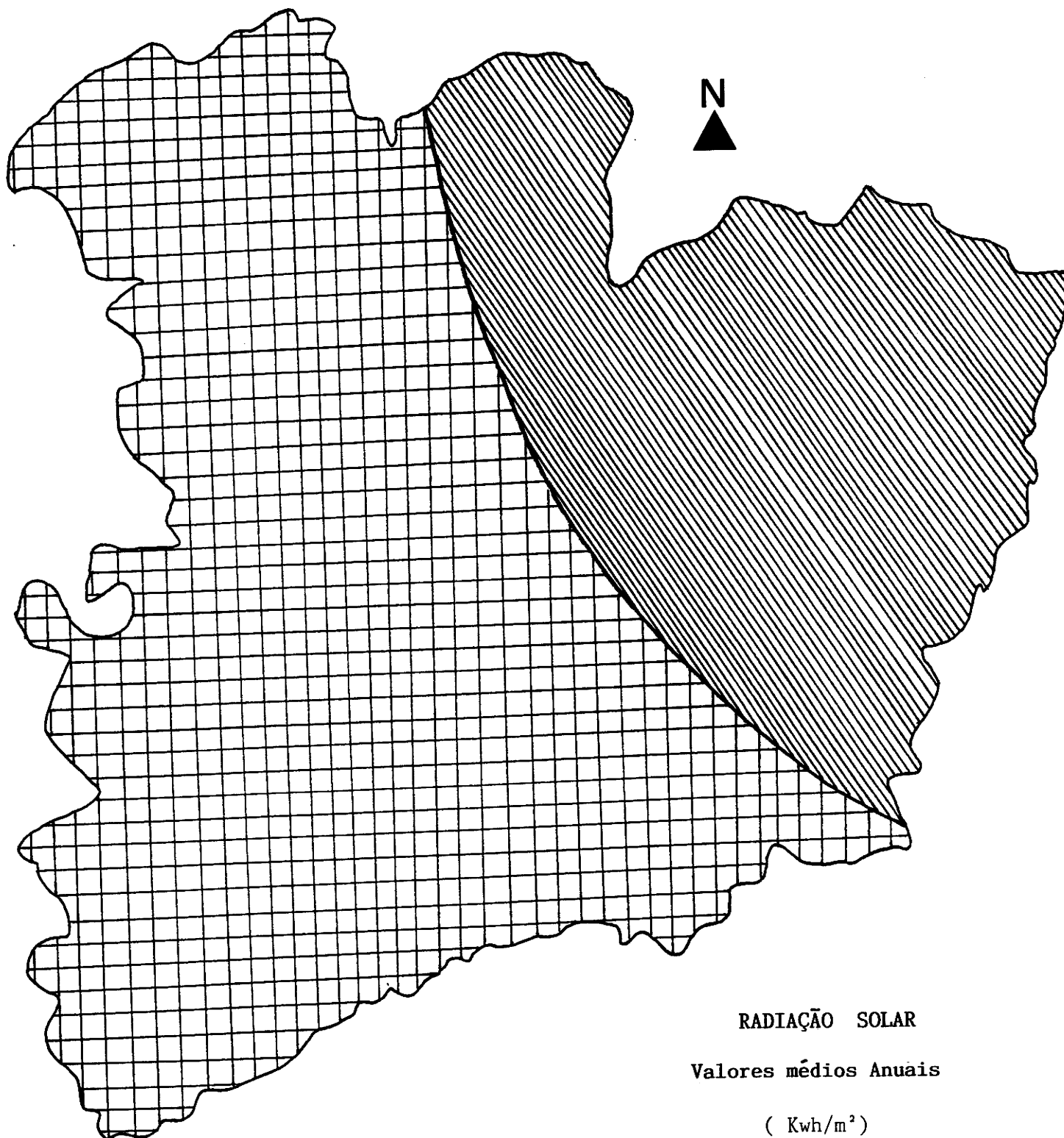
Relativamente aos valores anuais médios de insolação os valores mais elevados (3 000 a 3 100 horas) correspondem à totalidade da área das freguesias de Corte do Pinto, e Santana de Cambas e à quase totalidade da área das freguesias de Mértola e Espírito Santo. As restantes 5 freguesias do concelho apresentam valores da ordem das 2 900 a 3 000 horas.

7. VEGETAÇÃO

A fim de se dar uma panorâmica geral sobre a vegetação do concelho, foi elaborado o Mapa 1.12, com base no estudo Fitogeográfico e Faunístico do concelho de Mértola de António Pena, Luis Gomes e José Cabral (1984), trabalhos efectuados para a Câmara Municipal de Mértola.

Segundo o estudo acima citado neste concelho pode observar-se a existência de três formações vegetais bem individualizadas:

- Floresta Esclerófila
- Floresta Sub Xerofítica
- Estepe Mediterrânica



RADIAÇÃO SOLAR

Valores médios Anuais

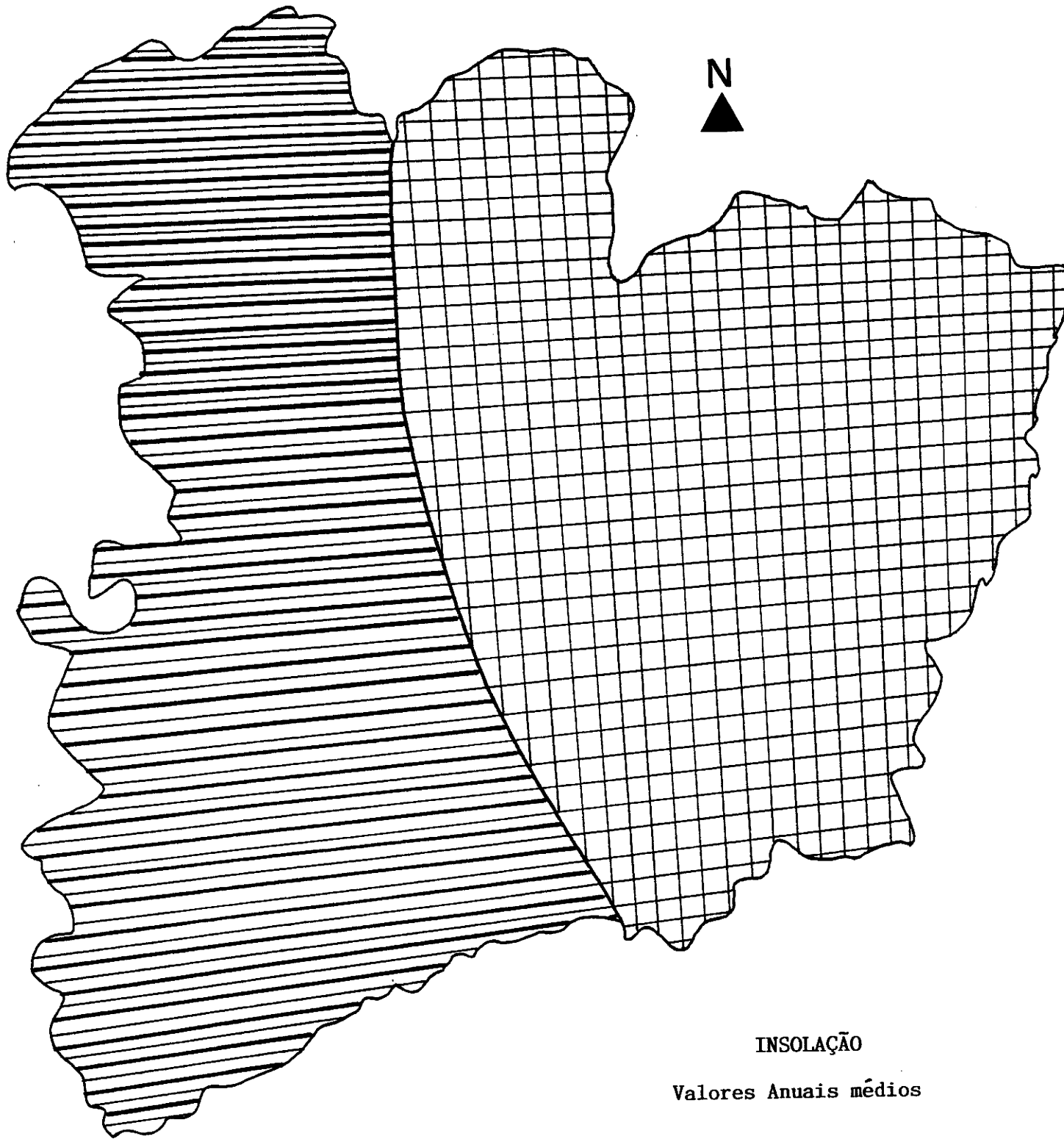
(Kwh/m²)



Entre 1793 - 1851

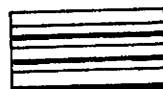


Entre 1851 - 1909



INSOLAÇÃO

Valores Anuais médios



2 900 - 3 000 horas



3 000 - 3 100 horas

Entre estas formações aparecem zonas de transição de composição mista.

7.1. Floresta Esclerófila

É essencialmente constituída por montados e algumas pequenas matas de resinosas e eucaliptais.

Os montados são o resultado do aproveitamento das árvores indígenas. As áreas de montado apresentam como espécie dominante a azinheira podendo também a ela estar associado o zambujeiro.

As zonas de montado estão sujeitas à exploração que vai desde a prática de culturas de sequeiro em rotação com pousio/pastagens. Nalguns montados, ainda não destruídos, mas abandonados, é visível um estrato arbustivo pouco denso onde provavelmente está a ocorrer a regeneração da vegetação natural. Mais a Sul, na zona de transição para o Algarve, aparecem aqui e ali exemplares de figueira, amendoeira e alfarrobeira.

O eucaliptal e o pinhal surgem como intervenção do Homem, pois foram plantados em áreas onde previamente se destruiu toda a vegetação, o que alterou profundamente tanto o equilíbrio ecológico preexistente como a própria paisagem. Os pinhais e os eucaliptais, pela sua qualidade e quantidade parecem ser explorações silvícolas pouco justadas a esta região. O eucalipto, para além de ser extremamente esgotante para o solo, é uma árvore mobilizadora de grandes volumes de água. Ora o concelho de Mértola não pode nem desperdiçar água nem solos aproveitáveis, pois não é rico em nenhum destes recursos.



Da formação climax da região (montado) só restam pequenas parcelas.



Alguns montados são aproveitados para a instalação de culturas cerealíferas.



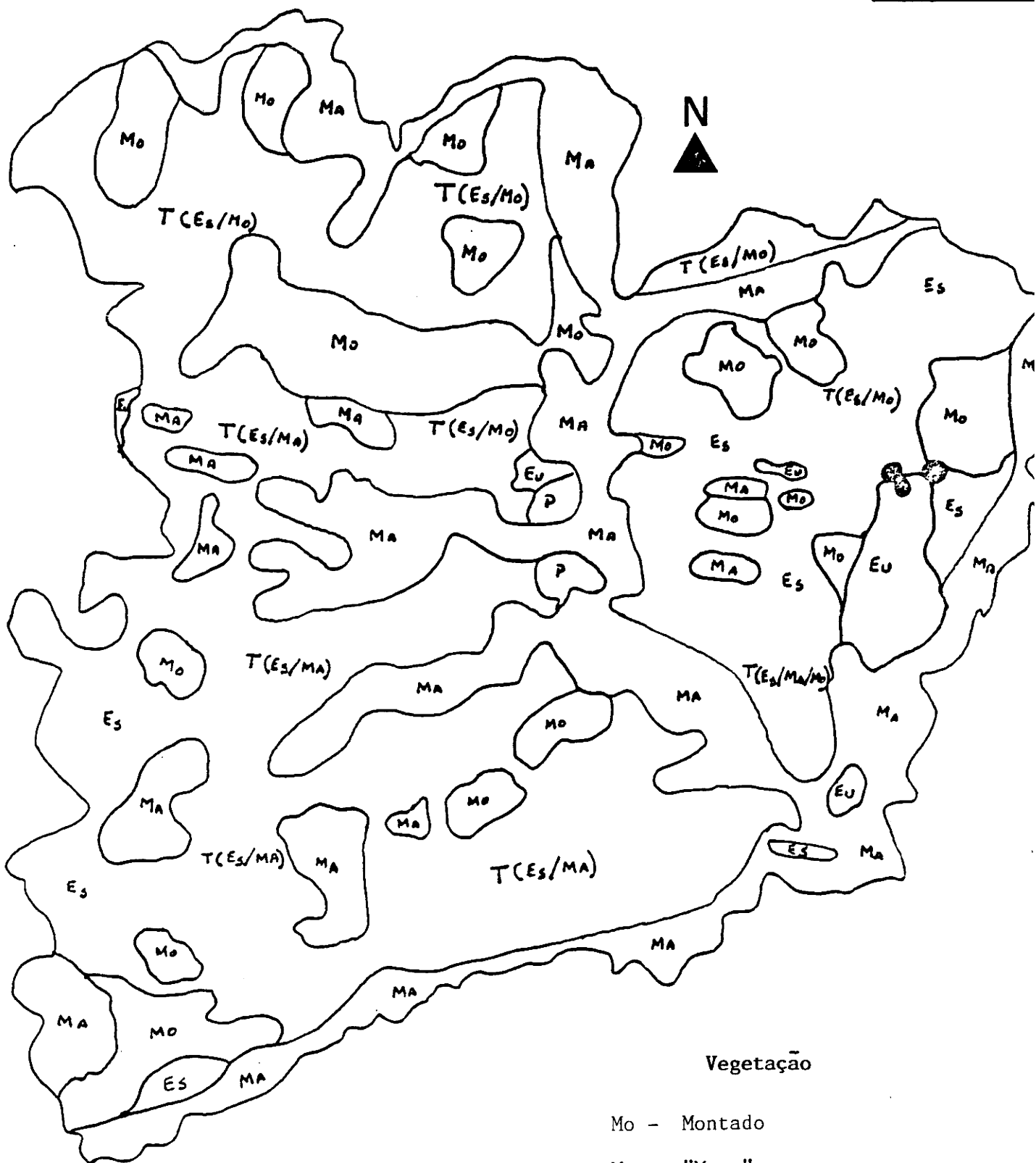
Aspecto de um pinhal (junto à Mina de S.Domingos).



Aspecto de um eucaliptal (junto à Mina de S.Domingos).



As raízes dos eucaliptos funcionam como verdadeiras "mangueiras" sugadoras da pouca água disponível.



Vegetação

Mo - Montado

Ma - "Mato"

Es - Estepe Mediterrânica

Eu - Eucaliptal

P - Pinhal

T - Zonas de transição

7.2. Formação Sub Xerofítica

A vegetação destas áreas corresponde ao que vulgarmente se chama "mato". Sob esta designação incluem-se duas unidades: o Maquial e a Garrigue.

As formações sub xerofíticas aqui englobadas apresentam variações, tanto no que concerne à composição florística, como à sua estrutura.

O Maquial corresponde a um estado de degradação da floresta Mediterrânica de folha persistente; do ponto de vista fisionómico é uma formação cerrada de grandes arbustos de folhas geralmente coreáceas ou epinescentes, apresentando um conjunto de estratégias adaptativas a um elevado índice de secura.

O Garrigue (ou charneca) ocorre após a destruição do Maquial devido a uma pressão interna da silvopastorícia, apresentando aspectos de formação arbustiva com clareiras nas quais surgem terra nua e afloramentos rochosos.

O elemento comum destas zonas é a presença de estevas que apresentam características morfológicas que lhes permite uma adaptação extremamente eficaz às condições ambientais. As suas folhas estreitas e/ou rugosas permitem-lhe reduzir a superfície de transpiração; o revestimento da página superior das suas folhas com substâncias "pegajosas" e "brilhantes" permite-lhe reflectir uma grande parte dessa radiação. O esteval, impedindo a erosão do solo e contribuindo para o seu enriquecimento, comporta-se aqui como uma formação pioneira, que poderá a longo prazo, e se não vierem a produzir novos arroteamentos, poder vir a evoluir



Aspecto geral de uma zona de "Mato" .



Nas zonas de "Mato" aparece muito frequentemente a Esteva.



A zona de esteval é interrompida junto do pequeno curso de água, nas margens do qual aparece um outro tipo de vegetação.



Aspecto de uma zona de esteval.



A Esteva apresenta características morfológicas que lhe permite uma adaptação extremamente eficaz às condições ambientais.

para uma situação próxima do Maquial.

Nas margens declivosas dos cursos de água pode encontrar-se uma densa mancha vegetal altamente diversificada, formada por arbustos e por árvores esparsas. A fauna associada a estes matos apresenta uma riqueza ecológica muito grande.

7.3. Estepe Mediterrânica

No concelho de Mértola este é o biotopo mais representativo em termos da área que ocupa. Esta formação teve a sua origem no arroteamento do coberto vegetal natural ao qual se seguiu uma prática agrícola extensiva.

A Estepe Mediterrânica caracteriza-se pela ausência de árvores e arbustos que foram sucessivamente substituídos por espécies herbáceas (anuais ou perenes). Trata-se de um ecossistema fortemente humanizado, homogêneo e estruturalmente simplificado, em que os nichos ecológicos não abundam.

Sobre o seu solo, dos mais pobres do país, a pressão humana faz-se sentir de duas formas:

- Por um lado, as culturas cerealíferas esgotam no solo os principais nutrientes, empobrecendo-o.
- Por outro, o sobrepastoreio diminui a diversidade florística, devido à selecção feita pelo próprio gado. O gado ovino, sobretudo devido à sua selectividade, age sobre os povoamentos herbáceos reduzindo o número de espécies comestíveis em favor das duras e espinhosas. O próprio piso-



Zona de estepe mediterrânica.



Esta zona de estepe é aproveitada para o pastoreio de gado ovino e caprino.

teio atrasa a rebentação das gemas de renovo e dos estolhos provocando falhas na vegetação. Da conjugação destes dois factores resulta o emprobecimento do solo em manta morta e um aumento efectivo do risco de erosão.

A composição florística da estepe varia de zona para zona.

8. RESUMO DAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO MEIO

Podemos, agora passar a sintetizar as características essenciais, do meio em estudo - concelho de Mértola.

- Predomínio das áreas com altitudes compreendidas entre os 100 - 200 metros, situando-se a altitude média do concelho entre os 200 e os 400 metros.
- Existência de relativamente poucas zonas planas, apresentando a maioria das suas encostas declives que oscilam entre os 3% e os 16%.
- O seu subsolo é relativamente uniforme predominando os xistos argilosos e grauvaques.
- Existência de um certo número de jazigos minerais, dos quais não se conhece a viabilidade económica.
- Existência de uma enorme percentagem do solo da classe E no concelho

(80,7 %); Estes solos são na sua maioria, solos esqueléticos, com fraco poder de infiltração de água.

- Predomínio das áreas em que a limitação dominante ao uso do solo é a erosão e/ou escoamento superficial, mas apesar disso verifica-se a predominância da utilização agrícola em regime de sequeiro.

- O principal recurso hídrico do concelho é o rio Guadiana, que o atravessa.

- O clima é caracterizado por um Verão seco e quente, com um elevado indice de aridez. A precipitação é fraca e irregular ocorrendo apenas durante os meses de Inverno, onde exhibe, muitas vezes regime de torrencialidade. A humidade relativa é bastante baixa durante o Verão; O Balanço hídrico revela uma deficiência de água entre Maio e Setembro e um excesso de Dezembro a Abril. Os valores de insolação e radiação solar são muito elevados. Trata-se de um clima de afinidades Mediterrânicas e continenciais.

- A vegetação natural encontra-se relativamente destruída sendo bastante reduzida a área de montados de azinho (formação climax da região); A maior parte da área do concelho é ocupada por um tipo de vegetação que se caracteriza pela ausência de árvores e arbustos, a Estepe Mediterrânica; Encontram-se também, zonas de pinhal e eucaliptal.

- Aparecem ainda grandes zonas onde predomina a esteva, que exhibe características morfológicas que lhe permite uma eficaz adaptação às condi-ções de grande aridez do meio.

9. ANÁLISE DA "FRAGILIDADE" DO MEIO

Da caracterização dos aspectos exibidos pelo meio em estudo, que acabamos de realizar, ressaltam alguns que de certo modo constituem os seus pontos "sensíveis", e que muito contribuem para a sua " fragilidade " como sistema. São eles: **O solo, a topografia e o clima.**

O **solo** é essencialmente constituído por xistos, pertencendo na sua gran de maioria à classe E; são solos esqueléticos bastante susceptíveis à e rosão e/ou escorrimento superficial. Segundo o S.R.O.A. os solos englobados na classe E são solos que:

- Têm uma capacidade de uso bastante baixa;
- Exibem limitações muito severas;
- Correm graves riscos de erosão;
- Não são susceptíveis de uso agrícola;
- Demonstram severas limitações para pastagem, exploração de matas e ex ploração florestal.

A **topografia** do concelho indica-nos que se trata de uma região que tem áreas relativamente extensas onde predominam encostas com um declive acentuado.

O **clima** é do tipo Mediterrânico continental, que é caracterizado por re gimes de torrencialidade e por um certo grau de aridez. O seu balanço hídrico revela uma deficiência de água durante o Verão e um excesso durante o Inverno, o que em muito contribui para que a água seja um factor limitante. Cada um destes três factores isoladamente poderia introduzir um certo grau de "fragilidade" no sistema: contudo, a sua coexis

tência cria uma teia de interacções complexa que tentaremos agora passar a analisar.

Vamos considerar um solo com as mesmas características que foram descritas para a grande maioria dos solos do concelho de Mértola; vamos pôr a hipótese de que este solo se encontra numa zona de declivosa, e que está sujeito às acções climatológicas características dos climas de tipo mediterrânico e continental. Podemos também por hipótese situar a nossa análise num dos meses em que ocorrem as maiores precipitações.

Quando chove o solo fica sujeito à acção da chuva. A acção directa dessa chuva pode ser minimizada pela presença do coberto vegetal, mas esse grau de protecção do solo, que lhe é oferecido pelo coberto vegetal, vai depender da natureza e da estratificação da própria vegetação. Parte dessa água da chuva vai ter tendência a infiltrar-se no solo, mas este nível de infiltração vai por sua vez depender das características intrínsecas do próprio solo, como sejam a sua textura e estrutura. Contudo, sabe-se que devido a estas características, estes solos têm uma fraca capacidade de retenção de água e um baixo índice de infiltração, pelo que o excesso de água vai ter tendência a escorrer. Entra agora aqui a contribuição do declive. Assim, a tendência natural desta água, que não foi infiltrada, pelo solo, será escorrer encosta abaixo. Neste movimento a água vai arrastar as partículas mais superficiais do solo e as que são menos pesadas e portanto oferecem menos resistência a este tipo de transporte. Estas partículas agora arrastadas, faziam há pouco, parte integrante do solo; Assim, através da acção continuada deste processo o solo vai perdendo uma das suas fracções mais importantes. Estas partículas irão depois ser depositadas, ou no fundo dos vales ou no



Aspectos dos efeitos da erosão pela escorrência superficial, potenciada pelo facto do solo se encontrar nú.



Aspecto característico da erosão causada pela água da chuva.

leito dos rios, podendo neste último caso, vir a perturbar a vida dulça quícola, uma vez que essas partículas ficam em suspensão na água, onde diminuem a quantidade de luz que pode penetrar no ecossistema aquático.

Em resumo, este solo, pela acção da água da chuva, pode perder uma parte importante das suas partículas, perda esta que é intensificada pelas condições topológicas do meio.

2^a PARTE

Dinâmica Demográfica

do

Concelho de Mértola

DINÂMICA DEMOGRÁFICA DO CONCELHO DE MÉRTOLA

INTRODUÇÃO:

Nesta segunda parte do trabalho propomo-nos analisar a Dinâmica demográfica do concelho de Mértola, com o objectivo de nos apercebemos dos seus aspectos globais, da sua estrutura interna e dos factos que lhe estão subjacentes, e que, de alguma maneira funcionaram como "motores" dessa dinâmica.

Assim, primeiro debruçamo-nos sobre os aspectos globais da população, pelo o que são analisados os seus volumes e ritmos de crescimento desde 1864 a 1981; passamos em seguida a analisar a distribuição espacial desta população, quer em termos da sua densidade populacional, quer ainda em relação à forma como ela ocupou o espaço relativo ao concelho, constituindo vários agregados populacionais de dimensões diversas; analisamos, ainda a estrutura etária dessa população de 1950 até 1981.

Em segundo lugar passamos a analisar a Dinâmica Natural e a Dinâmica Migratória exibidas pela população concelhia desde 1940 até 1981.

1. ASPECTOS GLOBAIS DA POPULAÇÃO

1.1. Introdução

O concelho de Mértola é constituído por 9 freguesias - Alcaria Ruiva ; Corte do Pinto; Espírito Santo; Mértola; Santana de Cambas; S.João dos Caldeireiros; S.Miguel do Pinheiro; S.Pedro de Sólis e S.Sebastião dos



CONCELHO DE MÉRTOLA

(Freguesias)

Carros, cuja localização pode ser observada no Mapa 2.1 que se segue. A recolha de dados para esta parte do trabalho teve como base as Estatísticas Demográficas e os Censos Gerais da População do Instituto Nacional de Estatística.

1.2. Volume e Ritmos de Crescimento

Foram recolhidos dados relativos à população do concelho de Mértola e às nove fregusias que o integram no período compreendido entre 1864 e 1981. Com estes dados elaborou-se o Quadro 2.1 e o Gráfico 2.1; com base nos mesmos dados foram calculadas as percentagens de variação da população do concelho desde 1864 até 1981 - Quadro 2.2, e os ritmos de crescimento da população total do concelho e das nove freguesias que dele fazem parte, no período de 1900 a 1981 (Quadro 2.3). Foi também elaborado o Quadro 2.4 que considera a percentagem da população do concelho por cada uma das freguesias, desde o início do século até 1981 , bem como o Gráfico 2.2.

Da análise destes dados ressalta que a população deste concelho era à altura do último Censo (1981) de 11 693, inferior portanto, à que nele residia nos fins do século passado (1864), em que se registava um volume de habitantes de 16 004; de referir que já em 1970 a população do concelho era inferior a este valor.

Da análise em promenor a evolução da população desde os finais do sec.XIX até 1981 verificamos que: De 1864 a 1878 a população sofreu um ligeiro crescimento, correspondente a 7,2 %, o mesmo se verificando no período de 1878 a 1890 (+ 14,7%).

ANOS FREGUESIAS	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981
Alcaria Ruiva	1 470	1 465	1 550	1 721	2 236	2 527	2 980	3 333	3 338	3 226	2 190	1 493
Corte do Pinto	588	2 572	3 638	3 214	4 853	3 648	5 417	5 672	6 557	5 571	1 865	1 533
Espírito Santo	1 825	1 916	1 991	1 836	1 999	1 845	2 410	2 261	2 038	1 908	995	731
Mértola	3 236	3 612	3 993	3 973	4 811	4 688	5 948	6 966	6 439	5 682	3 605	3 438
Santana de Cambas	4 443	2 807	3 661	3 609	4 041	3 378	4 122	4 930	5 164	4 268	1 760	1 186
S. João dos Caldeireiros	1 079	1 067	993	986	1 186	1 318	1 321	1 646	1 486	1 532	1 110	1 018
S. Miguel do Pinheiro	1 692	1 898	1 881	1 841	1 938	1 996	2 161	2 360	2 326	2 148	1 580	1 331
S. Pedro de Sôlis	1 256	1 414	1 483	1 208	1 414	1 290	1 372	1 043	995	821	645	497
S. Sebastião dos Carros	415	401	484	522	519	495	579	1 007	1 010	870	635	466
MÉRTOLA CONCELHO	16 004	17 152	19 674	18 910	22 997	21 185	26 310	29 218	29 353	26 026	14 385	11 693

Quadro 2.1 - Evolução geral da população do concelho, por freguesias desde

1864 a 1981, em números absolutos, sexos reunidos

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE

Concelho de Mértola

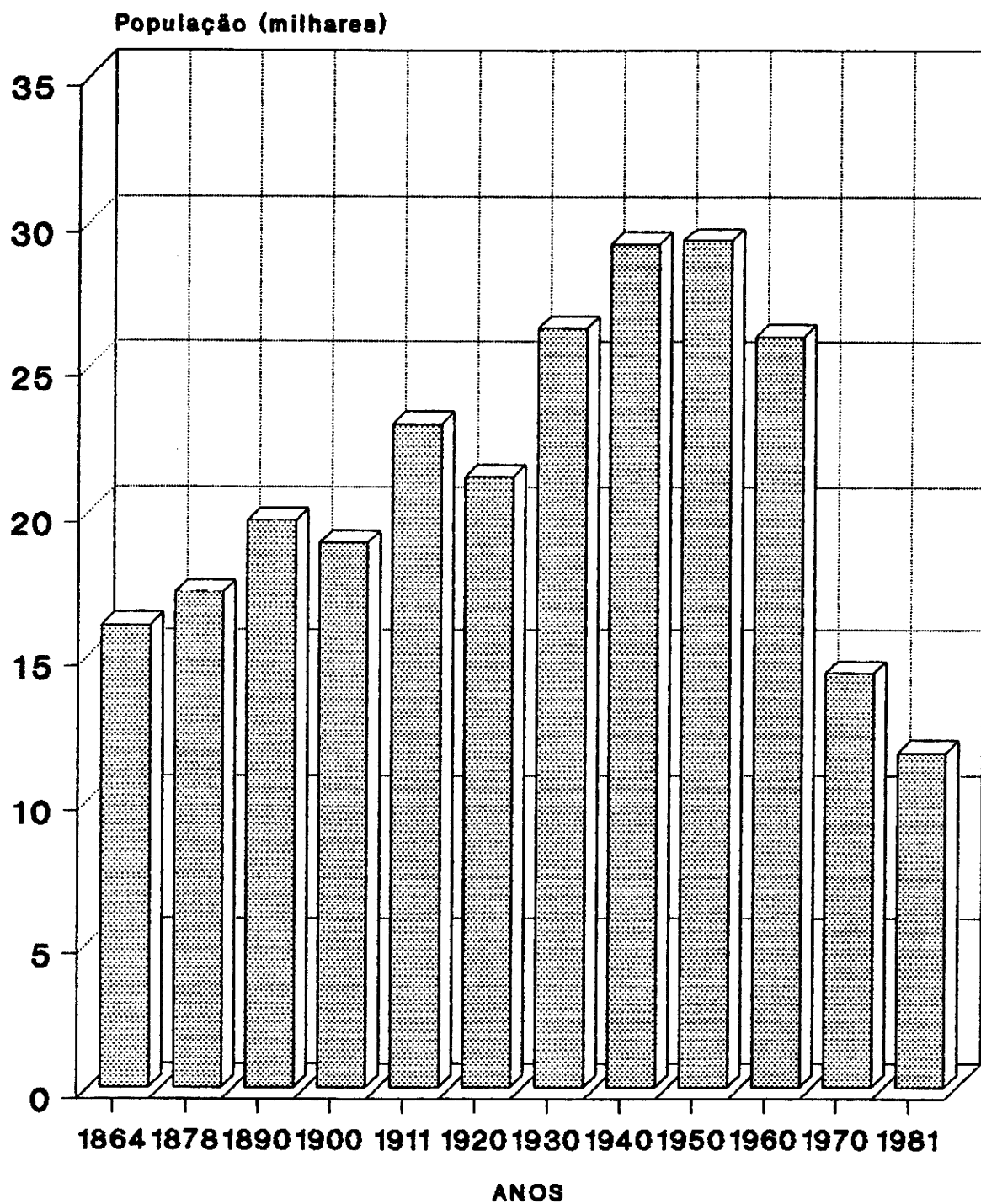


Gráfico 2.1

Periodo	Variação (%)
1864 - 1878	+ 7,2 %
1878 - 1890	+ 14,7%
1890 - 1900	- 3,9 %
1900 - 1911	+ 21,6%
1911 - 1920	- 7,9 %
1920 - 1930	+ 24,2%
1930 - 1940	+ 11,1%
1940 - 1950	+ 0,4 %
1950 - 1960	- 11,3%
1960 - 1970	- 44,7%
1970 - 1981	- 18,7%

Quadro 2.2 - Variação percentual da população do concelho de Mértola entre os vários Censos Gerais da População, por períodos decenais.

Na viragem do século ocorre um ligeiro decréscimo (- 3,9%) na população, que é perfeitamente anulado na década seguinte, pois a variação percentual da população no período de 1900 - 1911 cifra-se em 21,6%. Contudo, em 1920 ocorre uma pequena regressão na população que passa de 22 997 , em 1911 para 21 185 em 1920 (Variação de -7,9%). No período de trinta anos que se segue a população aumenta atingindo o seu valor máximo em 1950, com 29 353 habitantes. Durante estes 30 anos a maior variação em termos percentuais ocorre de 1920 - 1930 onde se regista um aumento de 24,2 %. O crescimento continua na década seguinte embora com uma variação percentual já mais baixa (11,1 %) e entre 1940 - 1950 a população quase estabiliza, havendo apenas a registar uma variação de 0,4% o que corresponde a um aumento de apenas 135 habitantes.

De 1950 até 1981 há um decréscimo da população do concelho. De 1950 a 1960 apenas se verifica uma variação de -11,3% mas na década seguinte a variação é muito brusca; dos 26 026 habitantes de 1960 passa-se para apenas 14 385 o que corresponde a uma variação de - 44,7%. A tendência para o decréscimo da população manteve-se em 1981, mas a variação foi já menor (- 18,7%) cifrando-se então, o número de habitantes do concelho, em 11 693.

Em síntese, da análise da dinâmica global de evolução durante o período referenciado podem-se destacar 3 fases:

De 1864 a 1920 - em que ocorre um crescimento lento e progressivo da população residente, havendo, contudo, a salientar dois ligeiros decréscimos, respectivamente em 1900 e 1920.

De 1920 a 1950 - assiste-se a um crescimento mais acentuado que atinge o seu máximo em 1950.

De 1950 a 1981 - a evolução da população do concelho começa a sofrer alterações profundas no final da década de 1950; daí que os dados obtidos indiquem já um ligeiro decréscimo que atinge o seu máximo em 1970.

A evolução da população nas várias freguesias acompanha de uma maneira geral a tendência exibida pela população do concelho. Contudo, da análise mais promenorizada dos dados, ressaltam algumas divergências pontuais que abordaremos seguidamente. A tendência de aumento da população do concelho verificada entre 1864 e 1878 não se verifica nas freguesias de Alcaria Ruiva (- 5 habitantes); Santana de Cambas (- 1 636 habitantes) S. João dos Caldeireiros (- 12 habitantes) e S. Sebastião dos Carros (- 14 habitantes). De salientar o grande aumento populacional da freguesia da Corte de Pinto no mesmo período (+ 1 984 habitantes).

De 1878 a 1890 o aumento da população do concelho não se reflecte nas freguesias de S. João dos Caldeireiros (- 74 habitantes) e S. Miguel do Pinheiro (- 17 habitantes).

O ligeiro decréscimo na população concelhia verificado no período de 1890 a 1900 não é observado nas freguesias de Alcaria Ruiva e S. Sebastião dos Carros que sofreram um aumento da sua população de + 171 habitantes e + 38 habitantes , respectivamente.

De 1900 a 1911 apenas a freguesia de Sebastião dos Carros diminui em 3 o seu número de habitantes, o que não é muito significativo (Ritmo de crescimento de - 0,05%). Todas as outras acompanham a tendência geral do concelho.

Ritmos de crescimento por freguesia (1900 a 1981)								
Periodos Freguesias	1900 a 1911	1911 a 1920	1920 a 1930	1930 a 1940	1940 a 1950	1950 a 1960	1960 a 1970	1970 a 1981
Alcaria Ruiva	2,41%	1,37%	1,66%	1,13%	0,01%	-0,34%	-3,8%	-3,76%
Corte do Pinto	3,8%	-2,8%	4,03%	0,46%	1,46%	-1,61%	-10,4%	-1,94%
Espírito Santo	0,78%	-0,89%	2,71%	-0,64%	-1,03%	-0,66%	-6,30%	-3,04%
Mértola	1,76 %	-0,29%	2,41%	1,59%	-0,78%	-1,24%	-4,45%	-0,47%
Santana de Cambas	1,03%	-1,97%	2,01%	1,81%	0,46%	-1,89%	-8,48%	-3,87%
S. João dos Caldeireiros	1,69%	1,18%	0,02%	2,22%	-1,02%	0,31%	-3,17%	-0,86%
S. Miguel do Pinheiro	0,47%	0,33%	0,79%	0,88%	-0,15%	-0,79%	-3,02%	-1,70%
S. Pedro de Sôlis	1,44%	-1,01%	0,62%	-2,70%	-0,47%	-1,90%	-2,38%	-2,57%
S. Sebastião dos Carros	-0,05%	-0,52%	1,58%	5,69%	0,03%	-1,48%	-3,1%	-3,05%
Mértola Concelho	1,8%	-0,9%	2,2%	1,05%	0,05%	-1,19%	-5,76%	-2,05%

Quadro 2.3 - Ritmos de crescimento por freguesia e no concelho de Mértola de 1900 a 1981, por períodos decenais.

De 1911 a 1920 a população global diminui nas freguesias de Alcaria Ruiva, S.Miguel do Pinheiro e S.João dos Caldeireiros que apresentam ritmos de crescimento positivos, respectivamente 1,37 %, 0,33 % e 1,18 %.

Nos 10 anos que se seguem todas as freguesias acompanham a tendência geral de aumento da população verificada a nível do concelho, sendo de salientar o caso de Corte do Pinto que apresenta um ritmo de crescimento de + 4,03 % .

Espírito Santo e S.Pedro de Sólis são as únicas freguesias que apresentam ritmos de crescimento negativos durante o periodo de 1930 - 40 , sendo o desta última freguesia relativamente significativo (- 2,70%).

Na década de 40 - 50 o ligeiro aumento populacional do concelho verificado, apenas encontra réplica nas freguesias de Alcaria Ruiva, Corte do Pinto, Santana de Cambas e S.Sebastião dos Carros.

O decréscimo populacional ocorrido entre 1950 - 1960 apenas não é verificado em S.João dos Caldeireiros, que apresenta um valor positivo de ritmo de crescimento (0,31 %).

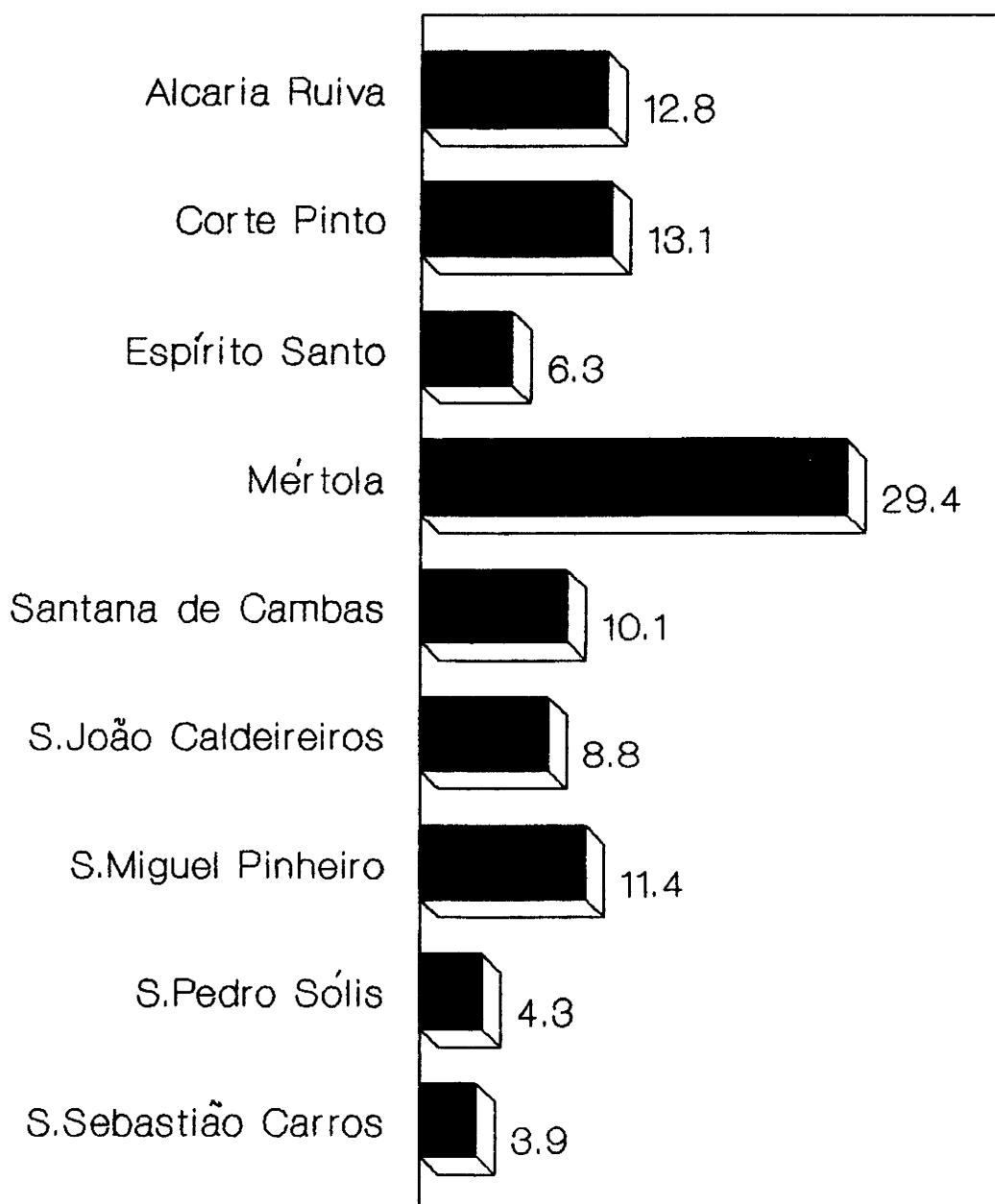
Na década seguinte há uma convergência entre o comportamento das várias freguesias e o da população concelhia, verificando-se ritmos de crescimento negativos relativamente acentuados, sendo os valores mais elevados verificados nas freguesias de Corte de Pinto (- 10,4 %); Santana de Cambas (- 8,48 %) e Espírito Santo (- 6,30 %); todos estes valores se situam acima do valor encontrado para o ritmo de crescimento da população do concelho (- 5,76 %).

Percentagem de População por Freguesia									
Anos Freguesias	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981
Alcaria Ruiva	9,1	9,7	11,9	11,3	11,4	11,4	12,4	15,2	12,8
Corte do Pinto	17,0	21,1	17,2	20,6	19,4	22,3	21,4	13	13,1
Espírito Santo	9,9	8,7	8,7	9,2	7,7	6,9	7,3	6,9	6,3
Mértola	21,0	20,9	22,1	22,6	23,8	21,9	21,8	25,1	29,4
Santana de Cambas	19,1	17,6	15,9	15,7	16,9	17,6	16,4	11,9	10,1
S.João dos Caldeireiros	5,2	5,2	6,2	5,0	5,6	5,1	5,9	7,7	8,7
S.Miguel do Pinheiro	9,7	8,4	9,4	8,2	8,1	11	8,3	11	11,4
S.Pedro de Sôlis	6,4	6,1	6,1	5,2	3,6	3,4	3,2	4,5	4,3
S.Sebastião dos Carros	2,8	2,3	2,3	2,2	3,4	3,4	3,3	4,4	3,9

Quadro 2.4 - Percentagem da população residente por freguesia (1900 - 1981).

CONCELHO DE MÉRTOLA - 1981

Distribuição População Residente



(por freguesias e em percentagem)

E a tendência para o decréscimo generalizado da população manteve-se na década seguinte (1970 - 80). Os valores dos ritmos de crescimento aqui verificados são mais baixos do que os da década anterior, verificando-se apenas um ligeiro aumento (- 2,38 % para - 2,57 %). O valor mais alto verificado em termos de ritmo de crescimento foi o de Santana de Cambas e o mais baixo o da freguesia de Mértola.

No Quadro 2.4 tenta-se perspectivar a distribuição da população do concelho por freguesia, o que é indicado em termos percentuais e no período de 1900 a 1981. Passaremos seguidamente a analisá-lo freguesia a freguesia.

No caso de Alcaria Ruiva não há grande dispersão de valores; assim o valor mais baixo, 9,1 % é o que corresponde ao início do século e os valores mais elevados são os mais recentes (15,2 % em 1970 e 12,8 % em 1981).

A freguesia da Corte de Pinto apresenta ao longo do período considerado valores que oscilam entre um mínimo de 13 % em 1970 e 22,3 % em 1950.

No caso da freguesia de Espírito Santo os valores são também muito próximos e oscilam entre o valor mais baixo (6,3 %), verificado no último Censo, e os 9,9 % do princípio do século.

A freguesia de Mértola apresenta valores relativamente mais altos e que só encontram rival pontualmente em relação à freguesia da Corte de Pinto. Esta freguesia concentrava em 1981 29,4 % da população do concelho

como valor mais elevado, situando-se o mais baixo em 1911 com 20,9% altura em que a freguesia de Corte do Pinto concentrava 21,1% da população total; também em 1950 a freguesia da Corte do Pinto concentrava 22,3% da população enquanto a de Mértola se ficava pelos 21,8%.

Santana da Cambas apresenta valores de percentagem de população face ao concelho que oscilam entre 19,1% de 1900 e os 10,1% segundo os últimos dados, exibindo frequentes oscilações intermédias.

Em S.João dos Caldeireiros, pelo contrário, vivia em 1981 uma maior percentagem de população concelhia do que em qualquer outra altura do século. Em 1930 viviam nesta freguesia apenas 5% da população do concelho e em 1981 vivem cerca de 8,7% do total de habitantes da região.

O mesmo sucede com S.Miguel do Pinheiro. Em 1981 viviam nesta freguesia 11,4% da população total enquanto que em 1940 esse valor era de 8,1%.

S.Pedro de Sólis que em 1900 concentrava 6,4% da população concelhia vê actualmente esse valor reduzido para 4,3%, embora em 1960 esse valor fosse ainda mais baixo(3,2%) .

Finalmente S.Sebastião dos Carros apresentou durante estes 81 anos valores relativamente baixos que atingiram em 1970 o valor mais elevado (4,4%). Esta percentagem baixou de 1970 para 1981, encontravam-se nesta última data em 3,9%. Esta freguesia foi, durante todo o periodo aquela em que habita menor percentagem de população do concelho de Mértola, excepção feita a 1960 em que S. Pedro de Sólis apresentava um valor mais baixo de 0,1%. (3,2% para 3,3%).

Em 1981 a freguesia que concentrava uma maior percentagem de população era a da sede de concelho (29,4 %), seguindo-se-lhe por ordem decrescente Corte do Pinto (13,1 %); Alcaria Ruiva (12,8 %); S.Miguel do Pinheiro (11,4 %); Santana de Cambas (10,1 %); S.João dos Caldeireiros (8,7 %); Espírito Santo (6,3 %); S.Pedro de Sólis (4,3 %) e finalmente S.Sebastião dos Carros com (3,9 %).

Com base nos dados relativos ao recenseamento eleitoral de 1989 para o concelho de Mértola (Quadro 2.5) foi calculada por estimativa a população actual do concelho. Atendendo a que o total de (9 518) inscritos no recenseamento eleitoral corresponde à população com idade igual ou superior a 18 anos e, sabendo que essa faixa etária representava em 1981 cerca de 77,2 % da população residente no concelho, encontra-se como valor estimado para a mesma 12 329. Esta estimativa pode contudo enfremar pelo facto de a taxa de Natalidade ser bastante baixa, e o facto de nem todos os inscritos no recenseamento eleitoral poderem já estar a residir no concelho. Assim, e depois de indicados estas ressalvas para o valor encontrado, podemos dizer que o ritmo de crescimento para este periodo de 10 anos é de 0,53 %.

Recenseamento Eleitoral / 89 Concelho de Mértola (Dados recolhidos por Freguesia)	
Alcaria Ruiva	1 121
Corte do Pinto	1 274
Espírito Santo	561
Mértola	2 906
Santana de Cambas	1 053
S.João dos Caldeireiros	808
S.Miguel do Pinheiro	1 040
S.Pedro de Sôlis	378
S.Sebastião dos Carros	377
MÉRTOLA CONCELHO Total de inscritos	9 518

Quadro 2.5 - Eleitores (população com mais de 18 anos)
existentes no concelho de Mértola em
1989, por freguesia.

1.3. Distribuição espacial da população

1.3.1. Densidade populacional

Com base nos dados recolhidos relativos à população do concelho e às nove freguesias que dele fazem parte, bem como das áreas respectivas e à área do total do concelho, foi elaborado o Quadro 2.6, referente à evolução da densidade populacional. Para uma melhor visualização da evolução da densidade populacional do concelho foi também elaborado o Gráfico 2.3. É ainda apresentado o Gráfico 2.4, relativo à evolução da densidade populacional da freguesia de Corte do Pinto. A fim de facilitar uma comparação das densidades das diferentes freguesias é apresentado o Gráfico 2.5.

Da análise desses dados ressalta, primeiro que tudo, a baixa densidade populacional do concelho.

Mértola apresenta no princípio do século uma densidade de 15,4 habitantes/Km², que subiu ligeiramente em 1911, situando-se, nesta data em 18 habitantes/Km². Com o decréscimo de população verificado em 1920 também a densidade se viu reduzida para 16,6 habitantes/Km². Em 1930 ela atinge um valor mais elevado (20,6 habitantes/Km²), para em 1940 se vir a situar nos 22,8 habitantes/Km² , valor já muito próximo do máximo, verificado em 1950 (22,9 habitantes/Km²). Em 1960 este valor desce para 20,3 habitantes/Km², para em 1970 voltar a descer para 11,2 habitantes/Km² . Em 1981 a densidade populacional do concelho era de apenas 9,1 habitantes/Km².

Relativamente à análise por freguesia há a salientar as elevadas densi-

Freguesias	Superfície (Km ²)	Densidade Populacional (hab./Km ²)								
		1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1980
Alcaria Ruiva	215,2	8	10,4	11,7	13,8	15,5	15,5	15	9,7	6,9
Corte Pinto	70,9	45,3	68,4	51,5	76,4	80,8	92,5	78,6	25,6	21,1
Espírito Santo	134	13,7	14,9	13,8	18	16,9	15,2	14,2	7,7	5,1
Mértola	318,1	12,5	15,1	14,7	18,7	21,9	20,2	17,9	11,6	10,8
Santana de Cambas	164,2	22	24,6	20,6	25,1	30	31,5	26	10	7,2
S.João dos Caldeireiros	103,4	9,5	11,5	12,7	12,8	15,9	14,4	14,8	10,7	9,8
S.Miguel do Pinheiro	136,2	13,5	14,2	14,7	15,9	17,3	17,1	15,8	12,2	9,8
S.Pedro do Sólis	63,7	19	22,2	20,3	21,5	16,4	15,6	12,9	10	7,8
S.Sebastião dos Carros	71,7	7,3	7,2	6,9	8,1	14	14,1	12,1	8,8	6,5
MÉRTOLA (CONCELHO)	1 279,4	15,4	18	16,6	20,6	22,8	22,9	20,3	11,2	9,1

Quadro 2.6 - Densidade populacional do concelho de Mértola e das várias

EVOLUÇÃO DA DENSIDADE POPULACIONAL (Concelho de Mértola)

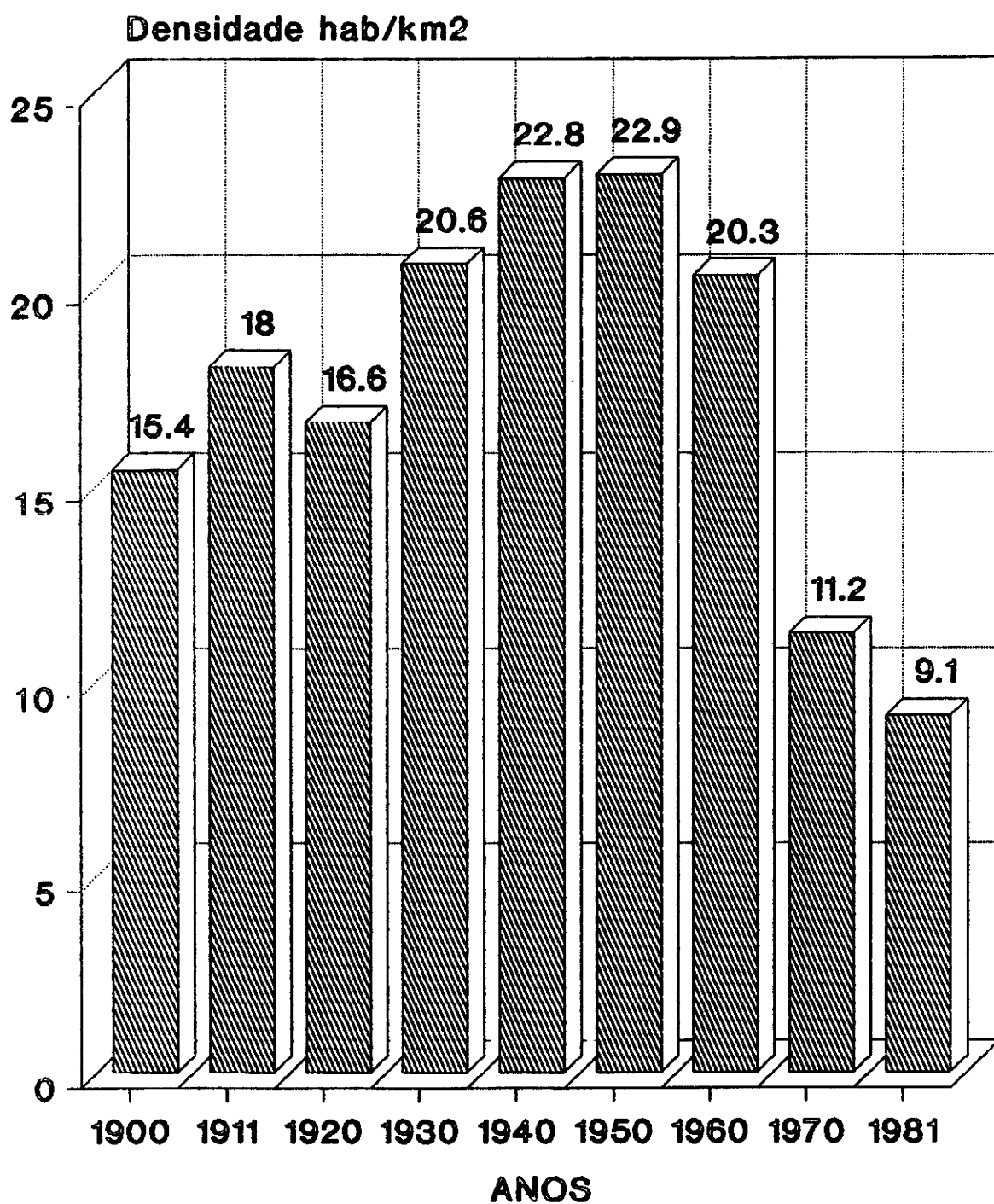


Gráfico 2.3

dades populacionais exibidas por Corte do Pinto (ver Gráfico 2.4). Elas são devidas fundamentalmente a dois aspectos: o primeiro é a relativamente pequena área ocupada pela freguesia (70,9 Km²) apenas sendo mais extensa do que a de S.Pedro de Sôlis (63,7 Km²); o segundo está relacionado com o facto da sua população estar concentrada em duas localidades (Corte do Pinto e Mina de S.Domingos) que em si aglomeram uma forte percentagem da população, o que necessariamente faz aumentar a densidade populacional do resto da freguesia.

Da análise do Gráfico 2.4 ressalta que: os valores da densidade populacional da freguesia da Corte do Pinto são de longe os mais elevados de todo o concelho, superando todas as outras freguesias e distanciando - se em muito da média do próprio concelho. Esse valor atinge um máxi - mo em 1950 com 92,5 habitantes/Km² e tem em 1981 o seu valor mais bai - xo 21,6 habitantes/Km². Mesmo assim a sua densidade populacional, é ainda dupla da que se verificava à mesma data na freguesia de Mértola (10,8 habitantes/Km²) e que constituia o segundo valor do concelho em termos de densidade. A freguesia que exhibe em 1981 o valor mais baixo para a densidade populacional é a do Espírito Santo com os seus 5,5 habitantes por Km², logo seguida de S.Sebastião dos Carros com 6,5 habi - tantes/Km² e de Alcaria Ruiva com 6,9 habitantes/Km². Se compararmos as densidades populacionais verificadas em 1900 com as que se verifica - vam nas várias freguesias do concelho em 1981 observa-se que apenas S. João dos Caldeireiros tinha em 1900 uma densidade populacional inferior ao valor de 1981, e que mesmo, nesta freguesia, todos os valores de densidade desde 1911 até 1970 são superiores aos do início do século e aos de 1981.

EVOLUÇÃO DA DENSIDADE POPULACIONAL
Corte do Pinto - Mértola

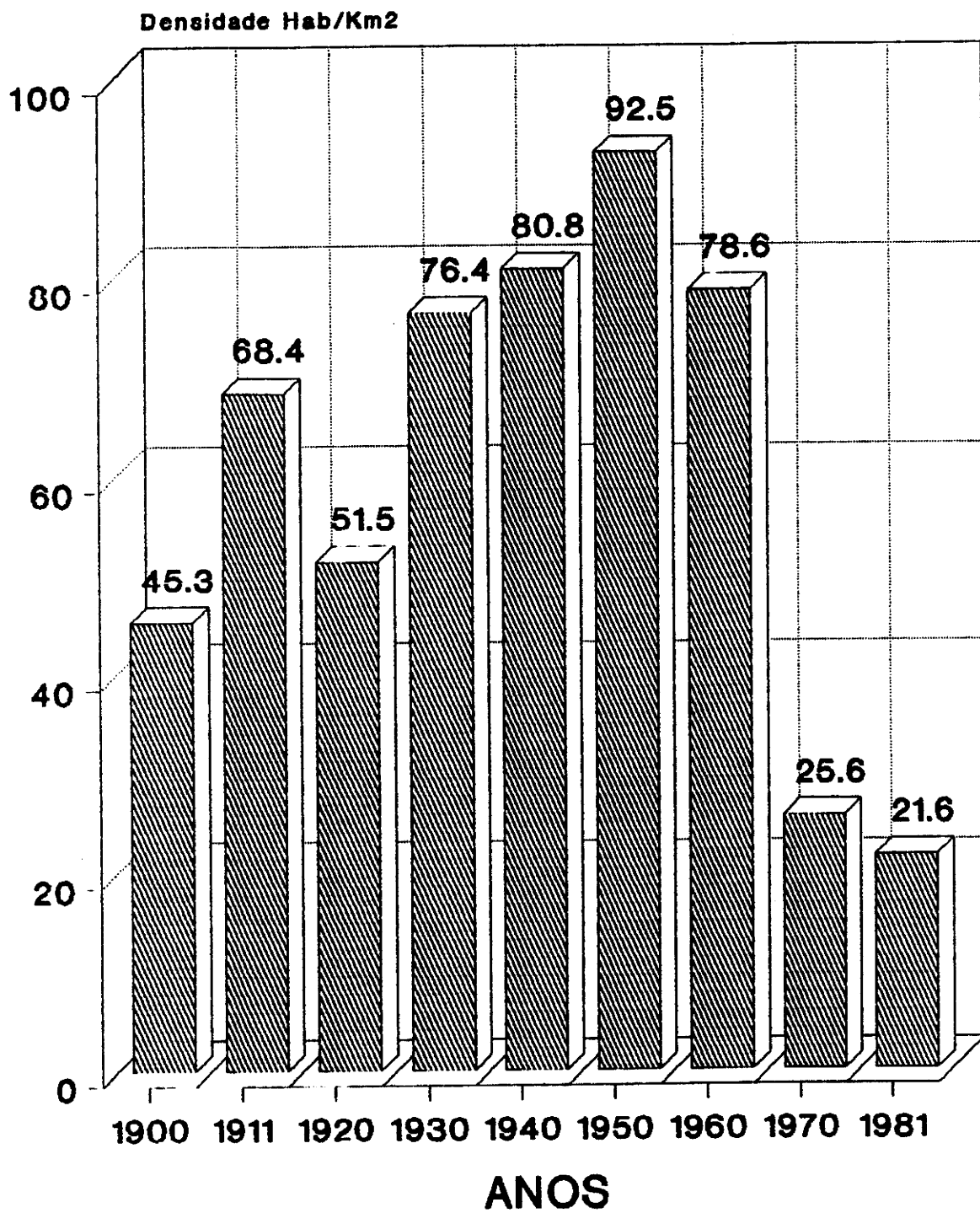


Gráfico 2.4

EVOLUÇÃO DENSIDADE POPULACIONAL

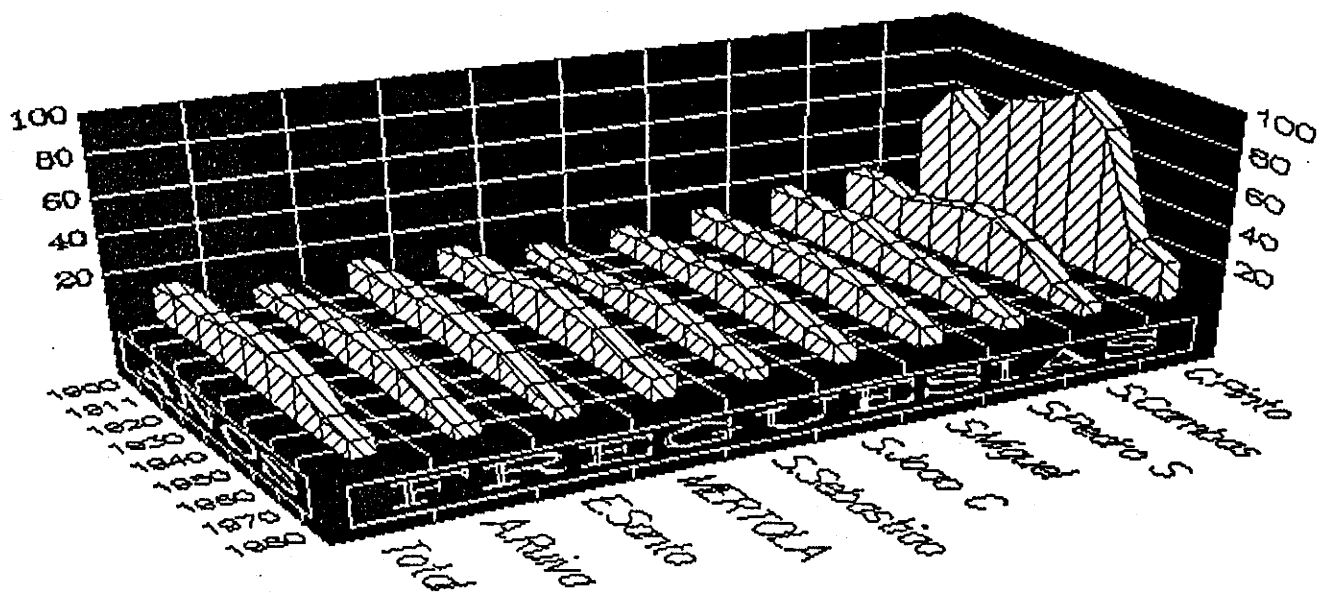


Gráfico 2.5

1.3.2. Distribuição da população por agregados populacionais

O povoamento da região Alentejana é do tipo concentrado. A sua principal característica é a acumulação das casas em lugares, aldeias e vilas, grandes e compactas, separadas umas das outras, muitas vezes por uma dezena ou mais de quilómetros. Uma outra característica tipicamente Alentejana é a existência do chamado **monte**, onde habita um reduzido número de famílias, muitas vezes apenas uma, em condições de grande isolamento.

A fim de se obter uma visão retrospectiva sobre a distribuição espacial da população residente do concelho de Mértola foi elaborado o Quadro 2.7 que se refere a essa distribuição em cinco momentos distintos (1911, 1940, 1960, 1970 e 1981).

Com os dados relativos a 1981 foi organizado o Quadro 2.8. em que ressalta a distribuição da população de cada uma das nove freguesias, pelas vários agregados populacionais, de acordo com as dimensões destes em termos de número de habitantes. A primeira classe considerada para os aglomerados populacionais foi a de - 50 habitantes à qual se seguiram nove classes em que o intervalo é 50 habitantes; para aglomerados > 500 habitantes consideraram-se apenas as categorias (500 - 1 000) e (1 000 - 1 500). No referido quadro está também indicada a percentagem da população total do concelho que vive em agregados pertencentes a cada uma das categorias consideradas.

Finalmente foi elaborado um gráfico (Gráfico 2.6) que indica quantos aglomerados pertencentes a cada um das 12 categorias consideradas existiam no concelho de Mértola em 1981.

Dimensão dos agregados	<100	100 - 500	500 - 1 000	1 000 - 2 000	> 2 000
1911	4 124 (77)	8 957 (44)	2 291 (3)	2 319 (2)	3 730 (1) P L
1940	3 313 (60)	12 782 (62)	3 937 (5)	2 532 (2)	3 859 (1) P L
1960	3 521 (79)	11 761 (61)	2 455 (4)	2 828 (2)	3 757 (1) P L
1970	3 860 (81)	7 030 (39)		2 133 (2)	P L
1981	3 407 (76)	4 691 (25)	903 (1)	1 104 (1)	P L

Quadro 2.7 - Distribuição da população segundo a dimensão dos agregados em 1911, 1940, 1960, 1970 e 1981.

Passamos agora a analisar cada um dos referidos quadros e gráficos.

Da análise do Quadro 2.7, verifica-se que em 1911 - 4 124 pessoas viviam em 77 localidades com menos de 100 habitantes cada uma, ou seja, o correspondente a 17,9 % da população que naquela altura vivia no concelho; 8 957 viviam em 44 localidades com um número de habitantes compreendido entre 100 e 500, o que correspondia a 38,9 % ; 2 291 integravam 3 povoações cujo número de habitantes oscilava entre 500 e 1 000 (9,9 %); existia nessa altura 2 agregados com populações compreendidas entre os 1 000 e 2 000 habitantes, com um total de 2 319 pessoas (10 %); apenas existia um agregado que excedia 2 000 habitantes e nele viviam 3 730 pessoas, ou seja 16,2% do total da população do concelho. A população isolada (montes) correspondia a 7,1 %.

Em 1940 existiam 33 povoados com menos de 100 habitantes, onde vivia 11,3 % da população do concelho, ou seja, 3 313 indivíduos. Na mesma data, 12 781 pessoas habitavam em 62 aglomerados populacionais cujo número de habitantes oscilava entre 100 e 500, o que correspondia a 43,7% da população total do concelho: Nas 5 localidades consideradas na classe dos 500 a 1 000 habitantes vivia um total de 3 937 indivíduos (13,5%), continuava a haver 2 localidades englobadas na classe dos 1 000 a 2 000 habitantes e nelas viviam em 1940 8,7% da população (2 532 Habitantes) continuava também a haver uma única localidade cujo número de habitantes era superior a 2 000, mais propriamente 3 859, correspondente a 13,2% da população. A população isolada correspondia a 9,6%.

Em 1960, 3 521 habitantes (13,5%) do concelho viviam em 79 lugares cuja dimensão era inferior a 100; 45,2% (11 761 habitantes) estavam dis -

CONCELHO DE MÉRTOLA - POPULAÇÃO RESIDENTE

(dados de 1981)

Nº. de Habitantes das Localidades	Freguesias do Concelho									
	Alcaria Ruiva Hab. - 1 493	Corte do Pinto Hab. - 1 533	Espírito Santo Hab. - 731	Mértola Hab. - 3 438	Santana de Cambas Hab. - 1 186	S. João dos Caldeireiros Hab. - 1 018	S. Miguel do Pinheiro Hab. - 1 331	S. Pedro de Sólis Hab. - 497	S. Sebastião dos Carros Hab. - 466	Percentagem
- 50	8		10	4	5	2	4	6	3	11,4%
50 - 100	6		4	7	4	3	6	1	3	17,7%
100 - 150	1			3	1	4	4			13,6%
150 - 200	1				1	1	1	1	1	9,3%
200 - 250	1			1	1					5,8%
250 - 300				2						4,5%
300 - 350										0 %
350 - 400				1						3 %
400 - 450										0 %
450 - 500		1								3,9%
500 - 1 000		1								7,7%
1 000 - 1 500				1						9,4%

Quadro 2.8 - População das várias freguesias do concelho em 1981,

tribuídos por 61 localidades cujo número de habitantes oscilava entre os 100 e os 500. Nas 4 localidades pertencentes à classe 500 - 1 000, viviam em 1960 2 455 pessoas (9,4%); Nas 2 localidades existentes cujo número de habitantes estava compreendido entre 1 000 - 2 000, vivia 10,9% da população do concelho (2828) ; Na localidade com mais de 2 000 habitantes viviam 3 757 pessoas ou seja 14,4%. Vivia em condições de isolamento cerca de 6,6% da população do concelho.

Em 1970 deixaram de existir as localidades englobadas na classe dos 500 a 1 000 e > 2 000 habitantes, estando a população assim distribuída : 26,83% integravam os 81 agregados com menos de 100 habitantes, 7 030 (48,9%) viviam nas 39 povoações da classe 100 a 500 habitantes e existiam 2 localidades cujo número de habitantes oscilava entre 1000 e 2 000, com um total de 2 133 indivíduos (14,8%). Nesta data vivia isolada cerca de 9,5% da população total do concelho.

Em 1981 existiam 76 localidades que não excediam 100 habitantes e nelas vivia 29,1% da população total do concelho, nas 25 localidades englobadas na categoria 100 a 500 habitantes existiam 4691 pessoas (40,1%). Existia então uma localidade com 903 habitantes, portanto englobada na classe dos 500 a 1 000 e uma outra com 1 104 incluída na categoria seguinte correspondente, respectivamente a 7,7% e 9,4% da população residente no concelho segundo o último Censo Geral da População. A percentagem da população isolada era cerca de 13%.

Nota-se, portanto que a dimensão das localidades foi diminuindo e que em 1981 uma maior percentagem da população vive em localidades de menor dimensões (localidades com menos de 500 habitantes), o que se

pensa ser uma consequência directa da diminuição da população do concelho ocorrida a partir dos anos 60.

Ao analisarmos mais em pormenor a distribuição espacial da população em 1981 (Quadro 2.8), observa-se que existiam 42 agregados que não chegavam a ter 50 habitantes e concentravam 11,4 % da população concelhia; Nas 34 povoações cujo número de habitantes estava compreendido entre 50 e 100 vivia 17,7 % da população; 13,6 % da população vivia nos 13 agregados cuja dimensão era de 100 a 150 habitantes. Nas 6 localidades consideradas na categoria 150 - 200 vivia 9,3% da população; 5,8% da população concelhia estava distribuída pelas 3 povoações cuja dimensão está compreendida entre 200 e 250 habitantes. Nos 2 agregados da categoria 250 - 300 vivia 4,5% da população. Existia apenas uma povoação pertencente à categoria 350 - 400 (3% da população) e não existia qualquer localidade nas categorias 300 - 350 e 400 - 450. Havia apenas 1 localidade no concelho cujo número de habitantes estava compreendido entre 450 - 500 (3,9%); Também na categoria 500 a 1 000 existia apenas uma localidade, (Mina de S.Domingos) correspondendo a 7,7% da população concelhia; Na categoria 1 000 - 1 500 apenas a vila de Mértola onde viviam 1 104 pessoas correspondente a 9,4% da população total do concelho em 1981. Os cerca de 13% da população não completada no quadro correspondia a habitantes de montes que viviam em condições de grande isolamento.

O Gráfico 2.6 refere-se ao número de agregados populacionais pertencentes a cada uma das 12 categorias consideradas no Quadro 2.8 e tem como objectivo perspetivar essa distribuição.

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO

Concelho de Mértola

Dimensão Agregados

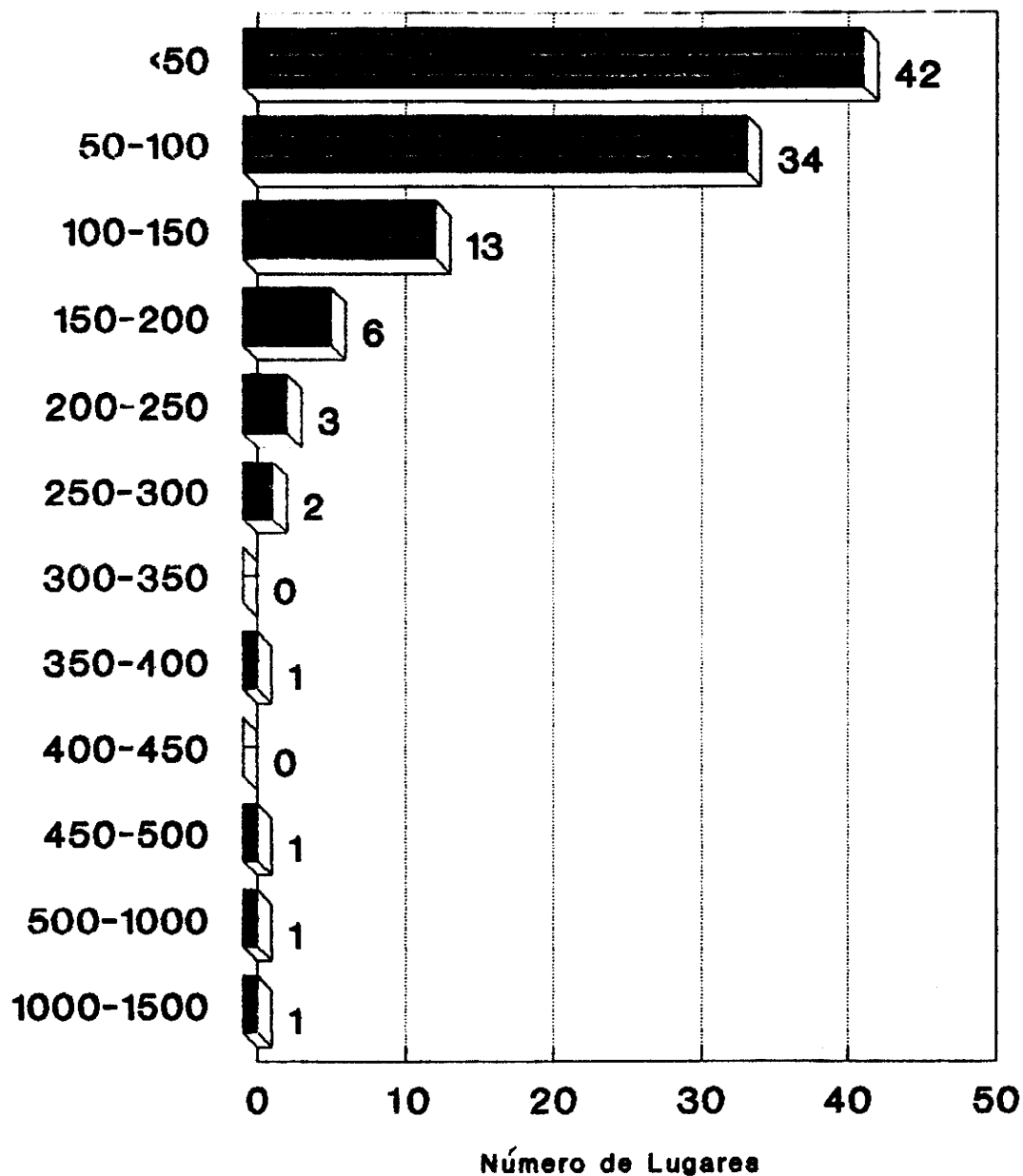


Gráfico 2.6



A Vila de Mértola situada na margem direita do Rio Guadiana.



Vila de Mértola - Aspecto parcial

Em síntese tem vindo a aumentar a percentagem da população que reside em agregados populacionais cuja dimensão é inferior a 100 habitantes.

Desde 1970 deixaram de existir aglomerados com mais de 2 000 habitantes.

Até 1960 havia 3 agregados que tinham mais de 1 000 habitantes e em 1981 apenas existia um que pouco excedia esse limite mínimo - a vila de Mértola com os seus 1 104 residentes.

Em 1970 existiam ainda 2 agregados com mais de 1 000 habitantes - Mértola e Mina de S.Domingos, mas esta última localidade desceu em 1981 para a categoria dos 500 a 1 000 pois a sua população era, nessa altura de 903 habitantes.

Dada a importância da Mina de S.Domingos no concelho iremos aqui abrir um pequeno parentesis para indicar alguns dados que nos parecem importantes. A constituição e crescimento do povoado da Mina de S.Domingos ficou integralmente a dever-se, no século passado, à exploração mineira.

Em 1911, já a Mina de S.Domingos era a primeira povoação do concelho em termos populacionais com os seus 3 730 habitantes, o que representava 16,2 % da população de todo o concelho e aproximadamente o triplo do número de habitantes da sede do concelho - vila de Mértola.

A freguesia que integra a Mina de S.Domingos, Corte do Pinto, tinha nesta data 4 853 habitantes e Santana de Cambas sua freguesia vizinha onde haviam também sido instaladas importantes instalações do complexo mineiro, tinha 4 041 habitantes. Nas duas freguesias citadas moravam na

altura 8 894 pessoas o que correspondia a 38,7% da população de todo o concelho.

O auge demográfico da Mina de S.Domingos ocorre na década de 50, atingindo a sua população cerca de 4 000 habitantes e a freguesia da Corte do Pinto 6 557 e a freguesia de Santana de Cambas 5 164. Nestas duas freguesias habitavam, nesta data, 40% da população do concelho que atingia o seu valor mais alto de sempre 29 353 habitantes.

Na década de 60 surgem as primeiras crises de extracção de minério, em 1965 encerra a Mina e começa o êxodo da população. Finalmente em 1968 é feito o último contingente de despedimentos.

Pelos dados de 1981 a Mina de S.Domingos tinha 903 habitantes (apenas 22% da população que nela habitava em 1950). A população do concelho passou de 29 353 habitantes, em 1950, para 11 693, trinta e um anos depois.

Comparação entre Mértola (vila) e Mina de S.Domingos				
	Nº.de Fogos (1981)	Pop. 1960	Pop. 1970	Pop. 1981
Mértola	459	1 340	1 013	1 104
Mina se S. Domingos	778	3 891	1 033	903



Vista aérea da zona residencial do Bairro dos Mineiros na Mina de S.Domingos.

Fotografia de Antônio Cunha



Vista parcial da Mina de S.Domingos.

Fotografia de Antônio Cunha

1.3. 3. Estrutura etária da população

Para se poder avaliar este aspecto da população recorreu-se à elaboração das pirâmides de idades. Os dados aqui tratados foram extraídos dos Censos Gerais da População do I.N.E. de 1950, 1960, 1970 e 1981. Elaboraram-se pirâmides de idades referentes ao concelho de Mértola para 1950 (Gráfico 2.7); 1960 (Gráfico 2.8); 1970 (Gráfico 2.9) e 1981 (Gráfico 2.10): São também apresentados gráficos que comparam a estrutura etária em 1950 e 1981 (Gráfico 2.11 e Gráfico 2.12). Apresentam-se ainda os Gráficos 2.13 e 2.14 que comparam, respectivamente, a estrutura etária dos Homens em 1950 e 1981 e das Mulheres para as mesmas datas.

Da análise da pirâmide de idades do concelho para 1950 (Gráfico 2.7) ressalta uma certa harmonia entre a percentagem de Homens e Mulheres e uma predominância da população jovem e da adulta. Verifica-se uma baixa percentagem de indivíduos com mais de 60 anos.

Em 1960 a situação global é quase idêntica embora se note um ligeiro decréscimo no grupo etário dos 0 aos 4 anos, o mesmo se verificando no grupo dos 15 - 19 anos. Nota-se ainda um aumento no número de indivíduos com idades superiores a 45 anos (Gráfico 2.8).

Na pirâmide de idades referentes a 1970 (Gráfico 2.9) verificam-se já grandes alterações na estrutura etária da população do concelho. Assim, diminui bastante a percentagem de indivíduos da faixa etária dos 0 aos 4 anos; ocorre uma redução significativa do grupo etário 20 - 40 para as mulheres e dos 25 - 29 e 30 - 34 para os Homens; aumentam significa-

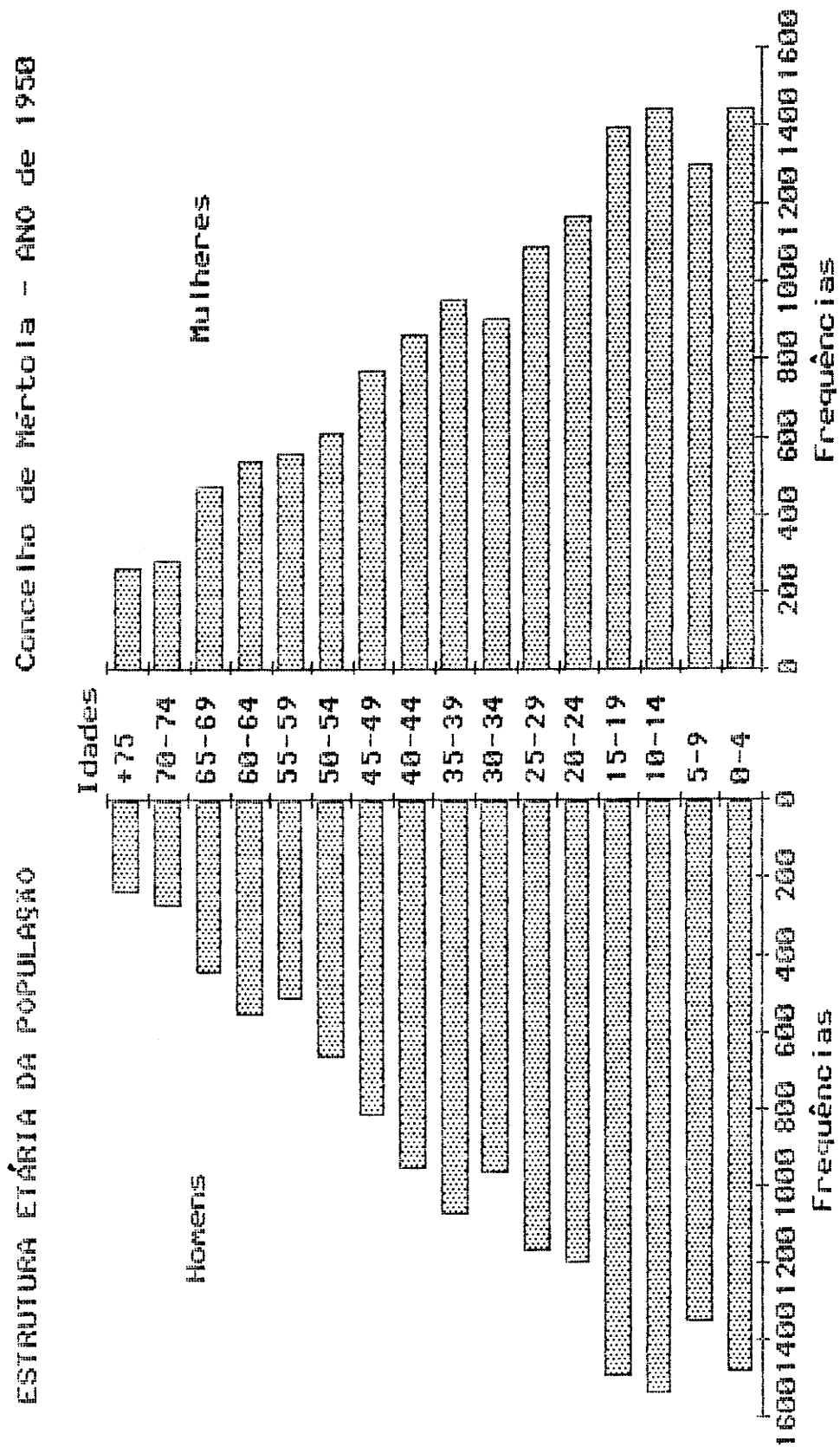


Gráfico 2.7

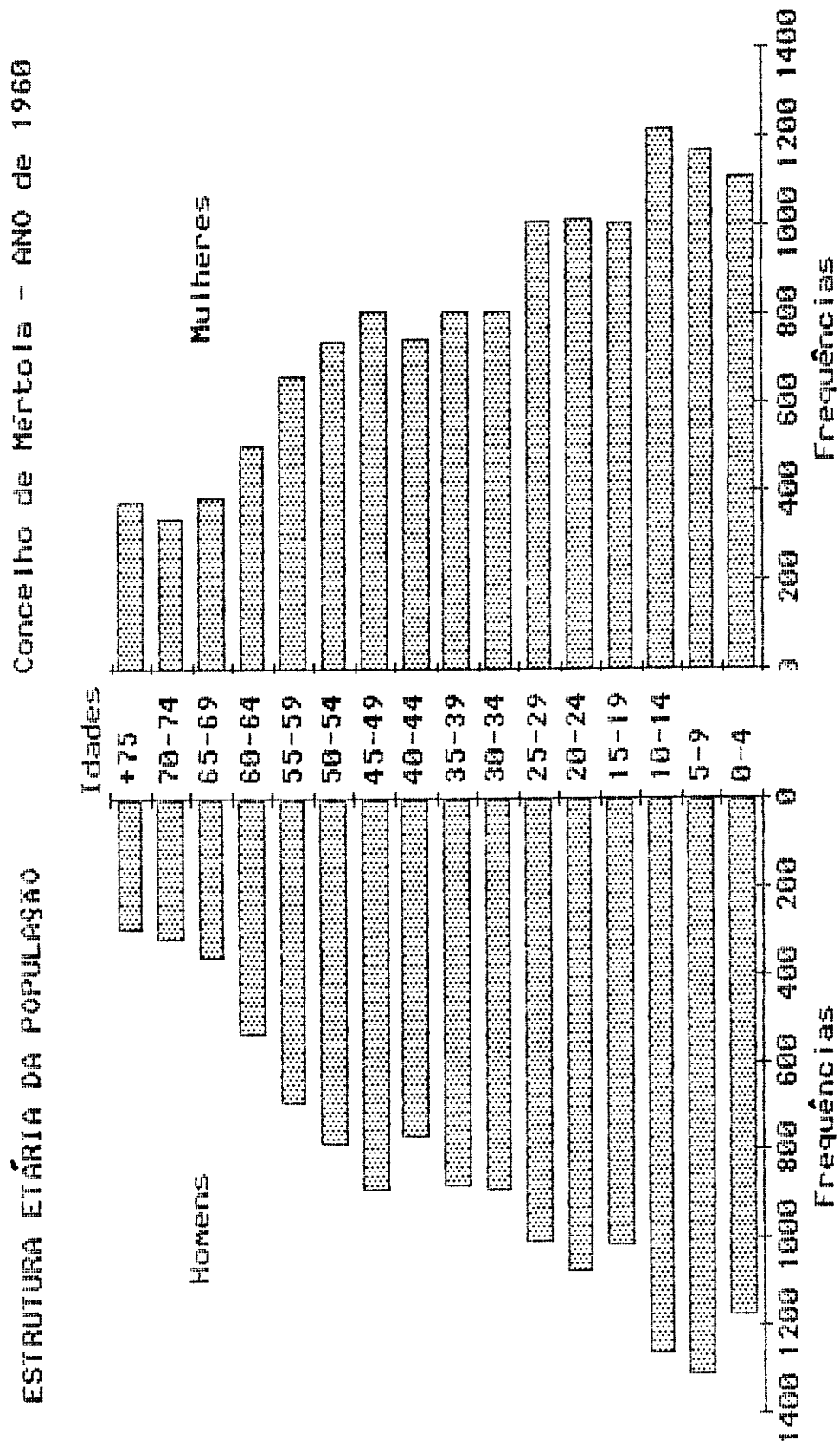


Gráfico 2.8

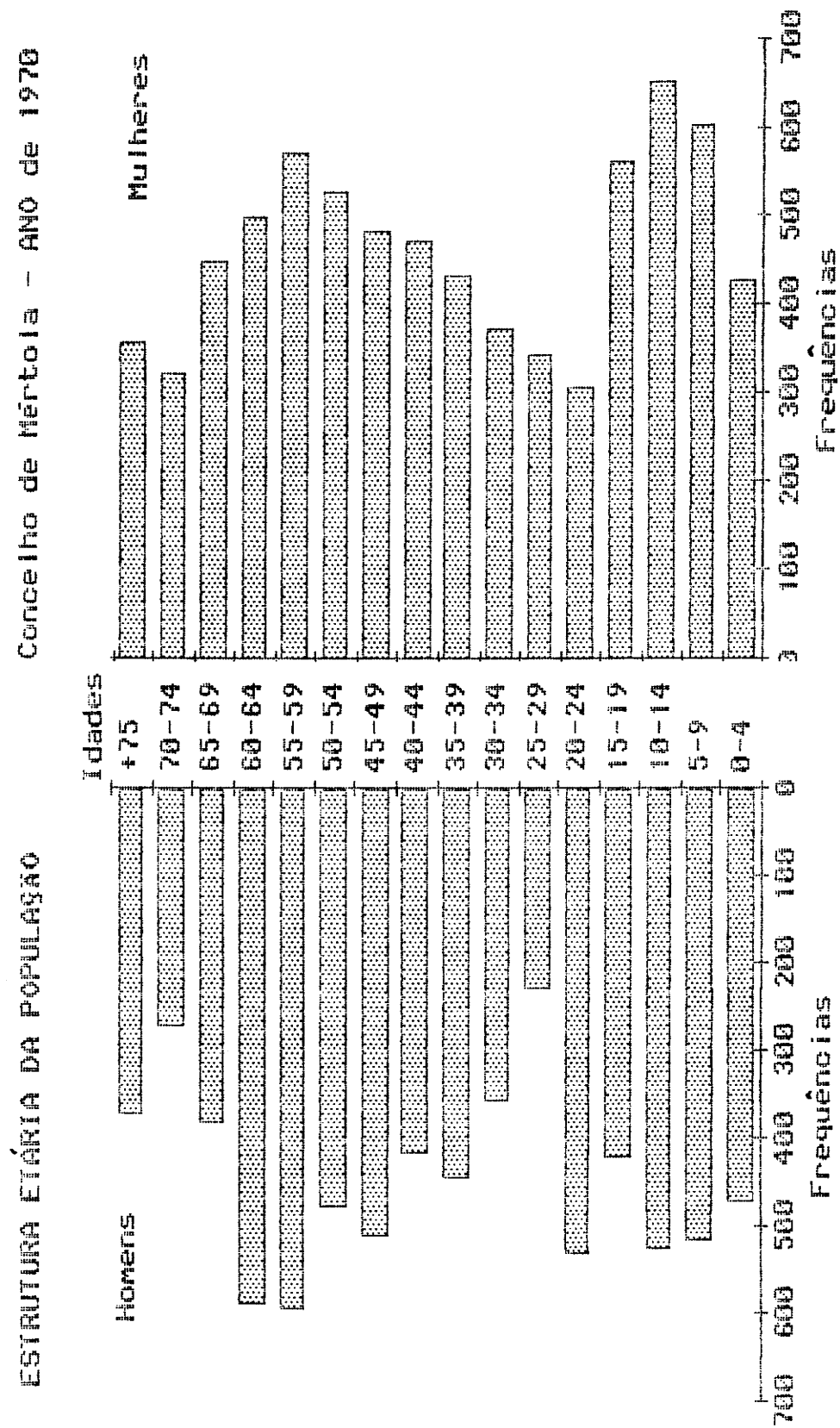


Gráfico 2.9

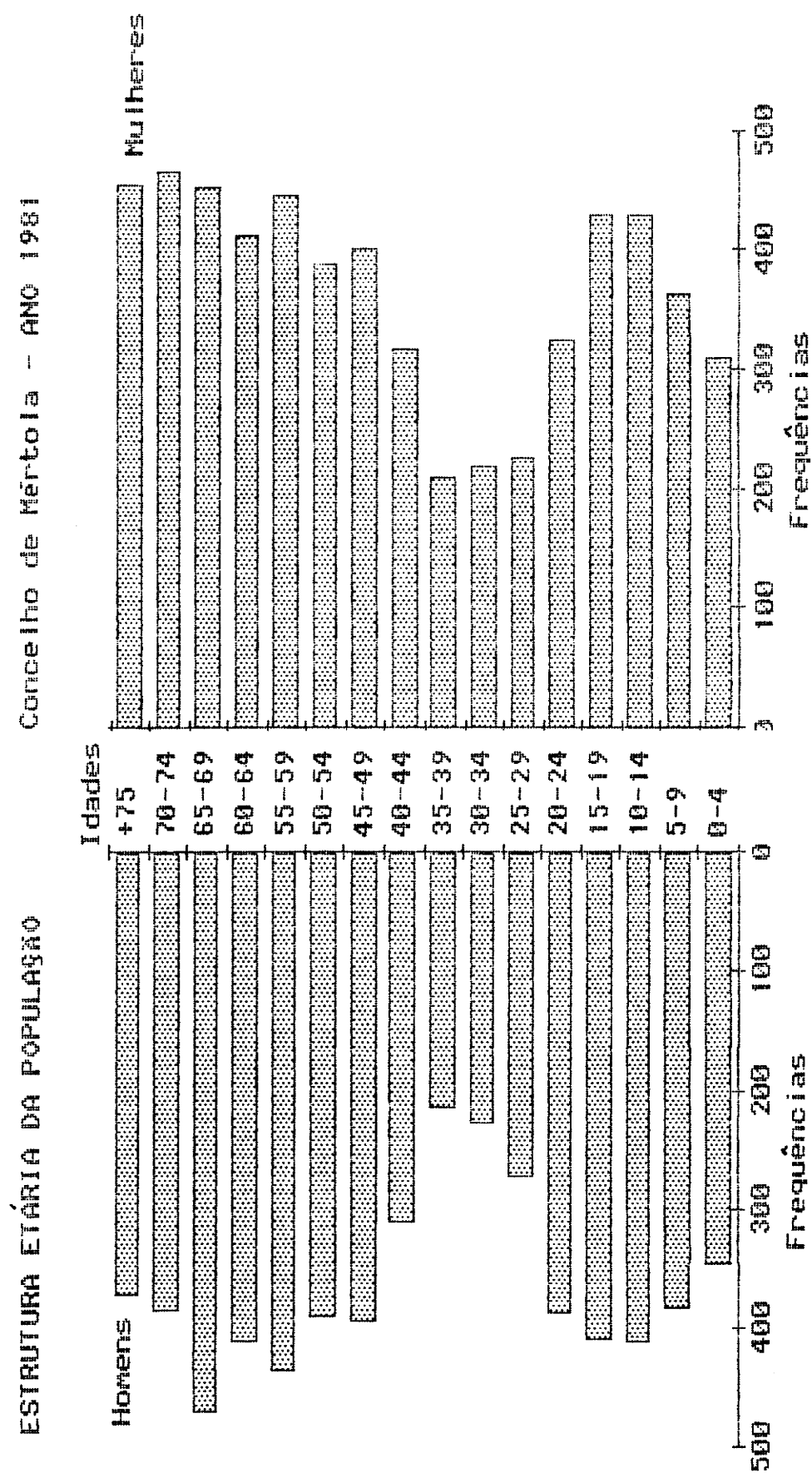


Gráfico 2.10

tivamente as percentagens relativas aos grupos etários superiores a 50.

A tendência já esboçada na pirâmide de idades da população de 1970, vem a verificar-se também na de 1981 (Gráfico 2.10). Também aqui a população pertencente aos grupos etários 25 - 29; 30 - 34 e 35 - 39 sofre uma grande redução enquanto que a pertencente aos grupos etários superiores a 50 anos vê a suas percentagens altamente incrementadas.

Ao estabelecermos a comparação entre as estruturas etárias das populações do concelho em 1950 e 1981 verificamos o que já foi referido. Uma forte diminuição da percentagem dos grupos etários correspondentes à população mais nova e um grande aumento percentual da população pertencente aos grupos etários do topo (+ de 50 anos). A pirâmide que aparecia quase perfeita nos anos 50 aparece, por altura do último Censo, bastante deformada, senão mesmo invertida. Parece também notório o " estrangulamento " que o gráfico apresenta nos grupos etários compreendidos entre os 25 e os 44 anos, que corresponde a uma fracção importante da potencial população activa (Gráfico 2.11 e 2.12). Com o objectivo de quantificar os totais da população com menos de 15 anos; População com mais de 60 anos e a população activa e as respectivas percentagens em relação à população total foram elaborados os Quadros 2.9, 2.10 , 2.11 e 2.13 relativos, respectivamente a 1950, 1960, 1970 e 1981. Assim verificamos pelo Quadro 2.9 que a população activa do concelho era em 1950 constituída por 8 401 indivíduos o que representava 28,6 % da população residente; os jovens representavam 29,2 % ao passo que os que tinham mais de 60 anos apenas representavam 10,5 %. Através deste mesmo quadro é também possível constatar a baixa percentagem de mulheres

ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO

Concelho de Mértola

Idades

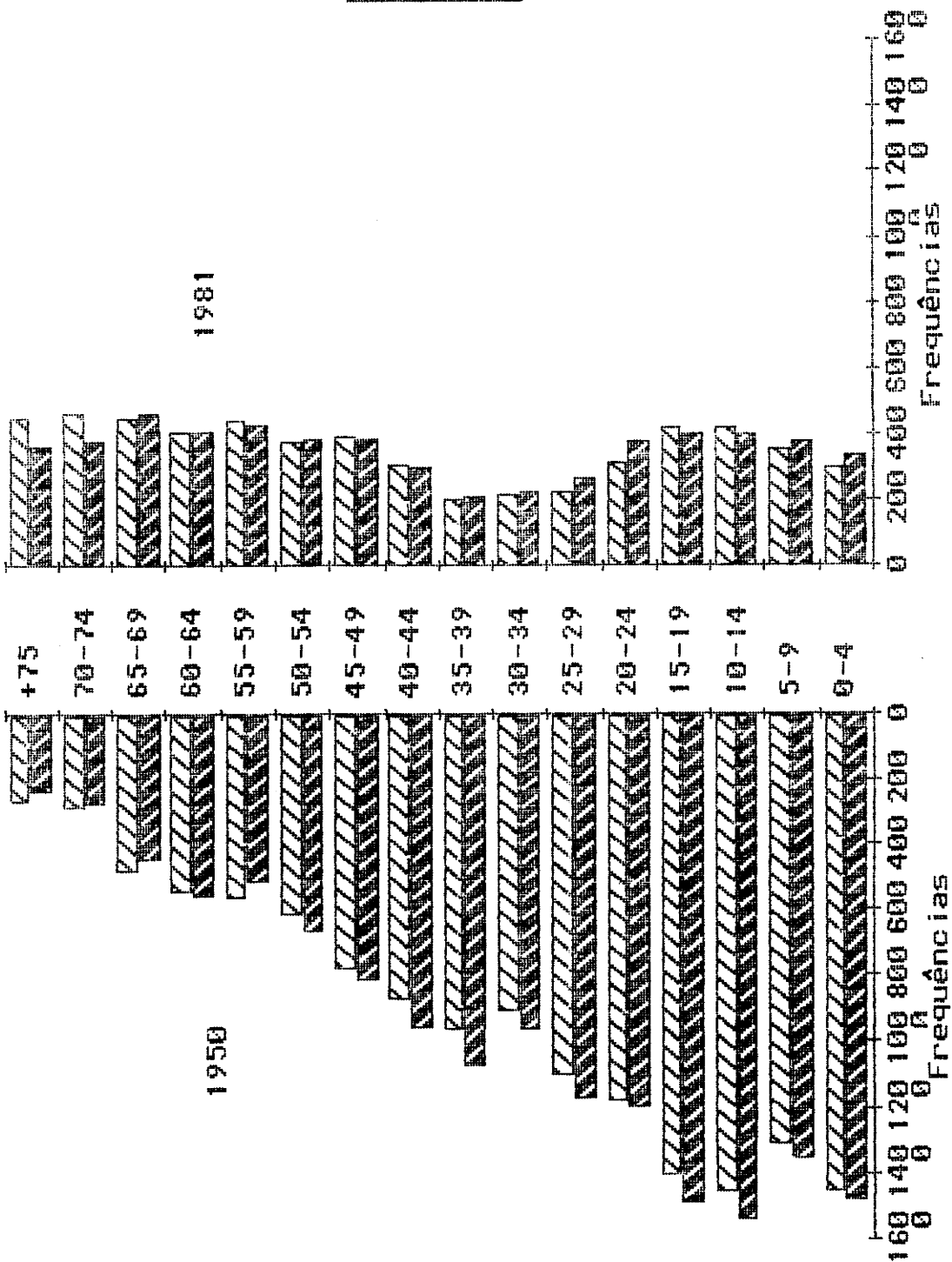


Gráfico 2.11

ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO - Concelho de Mértola - Anos 1950 e 1981

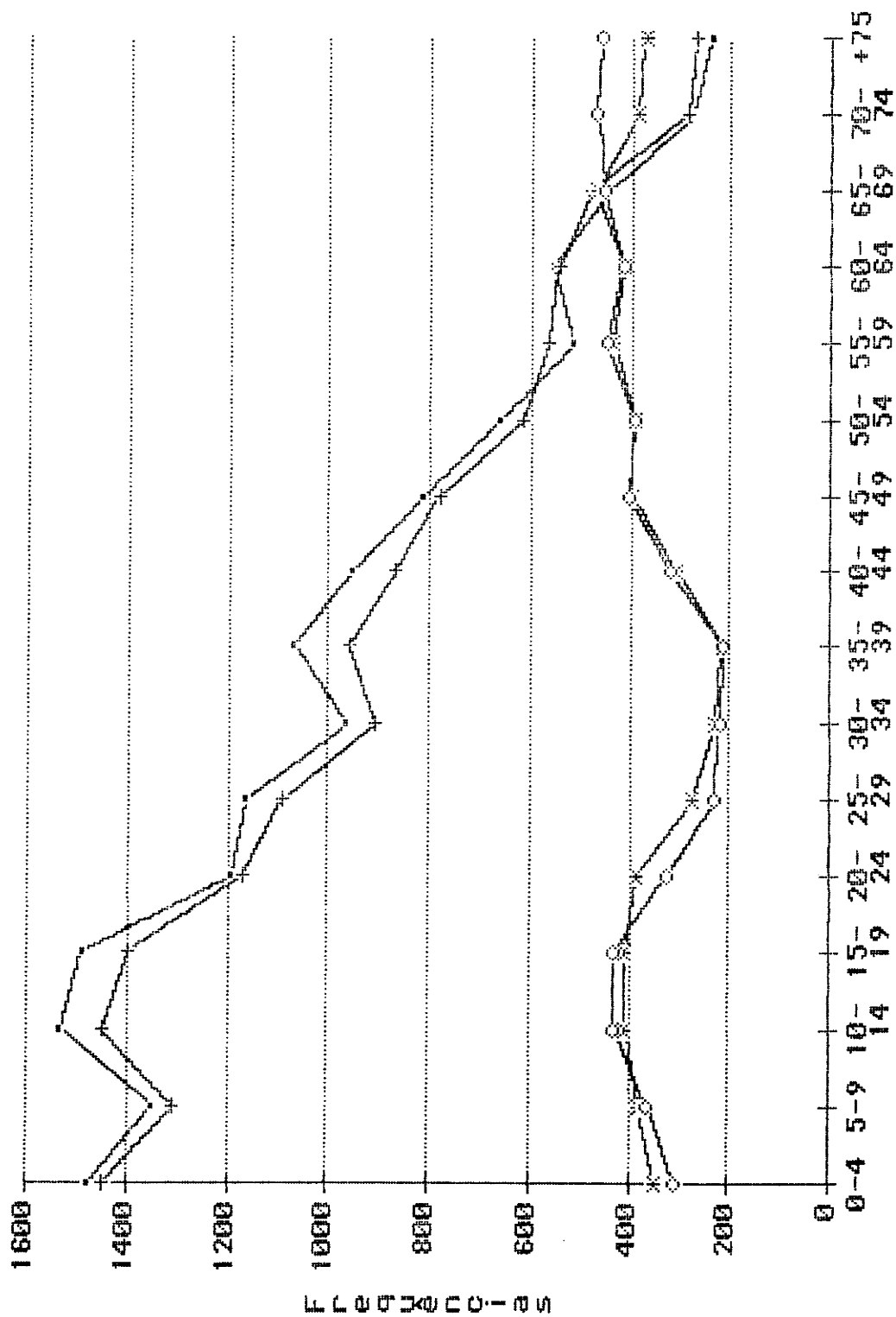


Gráfico 2.12

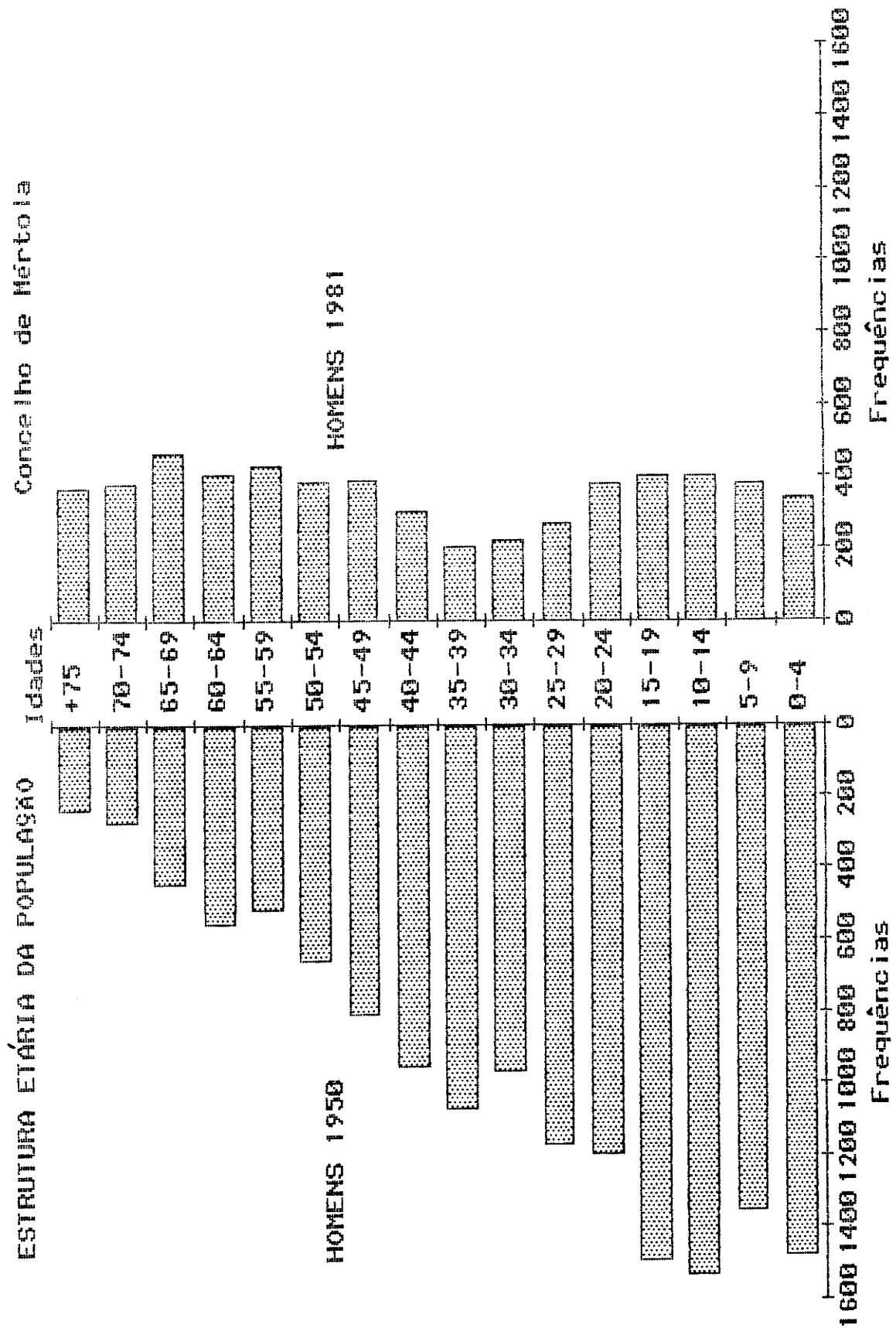


Gráfico 2.13

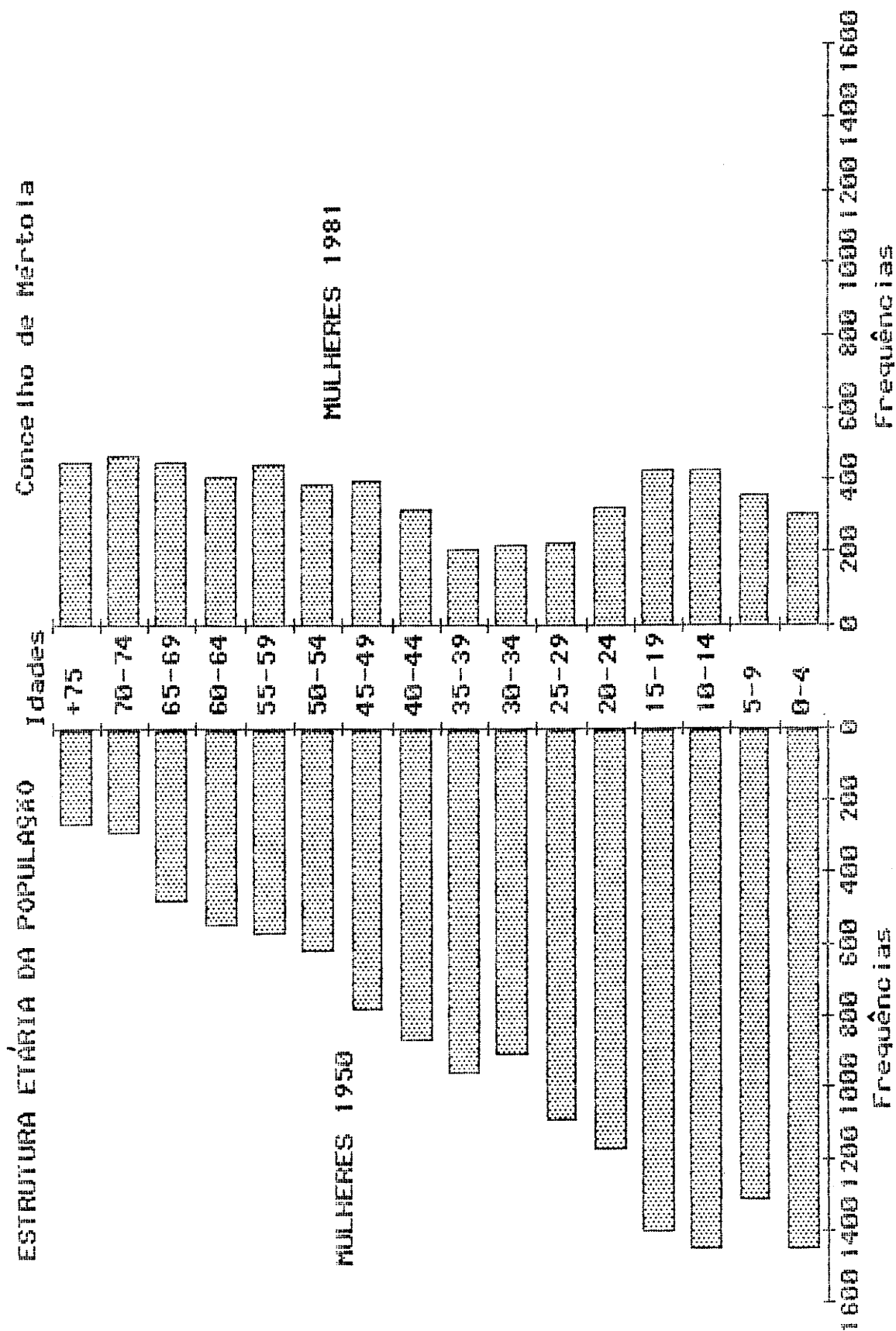


Gráfico 2.14

pertencentes à população activa (8,9%). O Quadro 2.11 mostra-nos que a população activa era de 4 230 indivíduos em 1970 o que representava cerca de 29,4% da população residente. Os jovens representavam 22,2% do total da população, valor este já ultrapassado pela percentagem de pessoas com mais de 60 anos 22,6%. A percentagem da população activa relativamente ao sexo feminino é de 13,5%. Em 1981 a população activa cifrava-se em 3 581 indivíduos o que corresponde a 30,6% da população residente no concelho. A relação entre população jovem (- de 15 anos) e a população idosa (+ de 60 anos) continua a revelar uma maior percentagem deste último grupo (27,8% para 19,2%). A percentagem de mulheres em relação à população activa sobe para 17,4 % (Quadro 2.12).

CONCELHO DE MÉRTOLA (dados de 1950)			
População Residente	H - 14 683	TOTAL	
	M - 14 144	29 353	
População Activa	H - 7 651	TOTAL	%
	M - 750	8 401	28,6
População c/ menos de 15 anos	H - 4 362	TOTAL	%
	M - 4 210	8 572	29,2
População c/ mais de 60 anos	H - 1 506	TOTAL	%
	M - 1 577	3 083	10,5

Quadro 2.9 - Grupos funcionais no concelho de Mértola
em 1950.

CONCELHO DE MÉRTOLA			
(dados de 1960)			
População Residente	H - 13 228	TOTAL	
	M - 12 798	26 026	
População Activa	H 8 578	TOTAL	%
	M - 1 422	10 000	38,4
População c/ menos de 15 anos	H - 3 747	TOTAL	%
	M - 3 515	7 262	27,9
População c/ mais de 60 anos	H - 1 501	TOTAL	%
	M - 1 632	3 133	12,0

Quadro 2.10 - Grupos funcionais no concelho de Mértola
em 1960.

CONCELHO DE MÉRTOLA			
(dados de 1970)			
População Residente	H - 7 095	TOTAL	
	M - 7 290	14 385	
População Activa	H - 4 160	TOTAL	%
	M - 570	4 230	29,4
População c/ menos de 15 anos	H - 1 510	TOTAL	%
	M - 1 690	3 200	22,2
População c/ mais de 60 anos	H - 1 610	TOTAL	%
	M - 1 635	3 245	22,6

Quadro 2.11 - Grupos funcionais no concelho de Mértola
em 1970.

CONCELHO DE MÉRTOLA			
(dados de 1981)			
População Residente	H - 5 817	TOTAL	
	M - 5 876	11 693	
População Activa	H - 2 958	TOTAL	%
	M - 623	3 581	30,6
População c/ menos de 15 anos	H - 1 139	TOTAL	%
	M - 1 105	2 244	19,2
População c/ mais de 60 anos	H - 1 547	TOTAL	%
	M - 1 706	3 253	27,8

Quadro 2.12 - Grupos funcionais no concelho de Mértola em 1981.

1.3.4. Conclusão:

Na evolução da população geral do concelho interessa-nos fundamentalmente o período em que ocorreu o decréscimo populacional, ou seja a partir de 1950. O facto é que a população residente em 1981 era cerca de 39,8% da população em 1950. De uma maneira geral este decréscimo da população concelhia é acompanhado pela grande maioria das freguesias, tendo apenas sido detectadas algumas diferenças pontuais. Este decréscimo geral da população do concelho reflecte-se logicamente no decréscimo da sua densidade populacional, que se situava em 1981 nos 9,1 habitantes/Km². A maioria das freguesias do concelho apresenta valores de densidade populacional que não se afastavam significativamente desta média, excepção feita à freguesia de Corte do Pinto que sempre exibiu valores muito superiores aos do concelho facto que já tivemos hipótese de explicar. Outro facto a que se tem vindo a assistir é o do aumento da percentagem da população isolada e da residente em pequenos aglomerados populacionais. Por outro lado, tem vindo a diminuir a dimensão dos agregados, sendo o maior em 1981 constituído por apenas 1 104 habitantes, deixando portanto de haver agregados que excedam os 2 000 habitantes. Em termos da estrutura etária da população, durante o período considerado, houve alterações significativas que se resumem à diminuição da percentagem de população jovem e ao aumento da população com idades superiores a 60 anos. Verificou-se também uma diminuição da população entre os 25 e os 40 anos. Donde se pode concluir que o concelho apresenta uma população envelhecida.

2. DINÂMICA NATURAL E DINÂMICA MIGRATÓRIA

2.1. Dinâmica Natural

Foram elaborados os Quadros 2.13 e 2.14 relativos às Taxas de Natalidade e de Mortalidade verificadas no concelho em estudo em 1940, 1950, 1960, 1970 e 1981. Foram também elaborados Gráficos relativos a estas taxas (Gráfico 2.15 e Gráfico 2.16 respectivamente): Foi ainda feita a comparação gráfica entre as duas taxas (Gráficos 2.17 e 2.18).

A Taxa de Natalidade calculada para o concelho de Mértola em 1940 tem um valor relativamente elevado 30,9 % . Dos cinco momentos considerados este é o que apresenta a taxa mais alta. Todos os outros valores calculados para a Taxa de Natalidade são inferiores; Assim, em 1950 esta situava-se nos 23,8 % passando para os 17,8 % em 1960 e baixando ainda mais em 1970, altura em que se situava em 13,4 % . Finalmente em 1981 a Taxa de Natalidade no concelho situava-se nos 9,7 % , ou seja menos de um terço da que se verificava em 1940, tendo baixado 21,2 % . Já entre 1960 e 1981 a referida taxa baixou 8,1 % .

A evolução das Taxas de Mortalidade seguiu um caminho diferente do que vimos em relação à Natalidade. A Taxa de Mortalidade em 1940 era de 14,5 % valor ligeiramente inferior ao calculado em 1981 (14,6 %). Em 1950 a Taxa de Mortalidade baixa situando-se nos 10,6 % ; Em 1960 ela sobe ligeiramente para 11,6 % e em 1970 é de 13% para depois subir novamente em 1981 e vir a situar-se nos 14,6 % .

T A X A S D E N A T A L I D A D E

CONCELHO DE MÉRTOLA

ANOS	TAXA DE NATALIDADE (Em Permilagem)
1940	30,9
1950	23,8
1960	17,8
1970	13,4
1981	9,7

Quadro 2.13 - Taxas de Natalidade do concelho de
Mértola em 1940, 1950, 1960, 1970
e 1981.

TAXA NATALIDADE

Concelho de Mértola

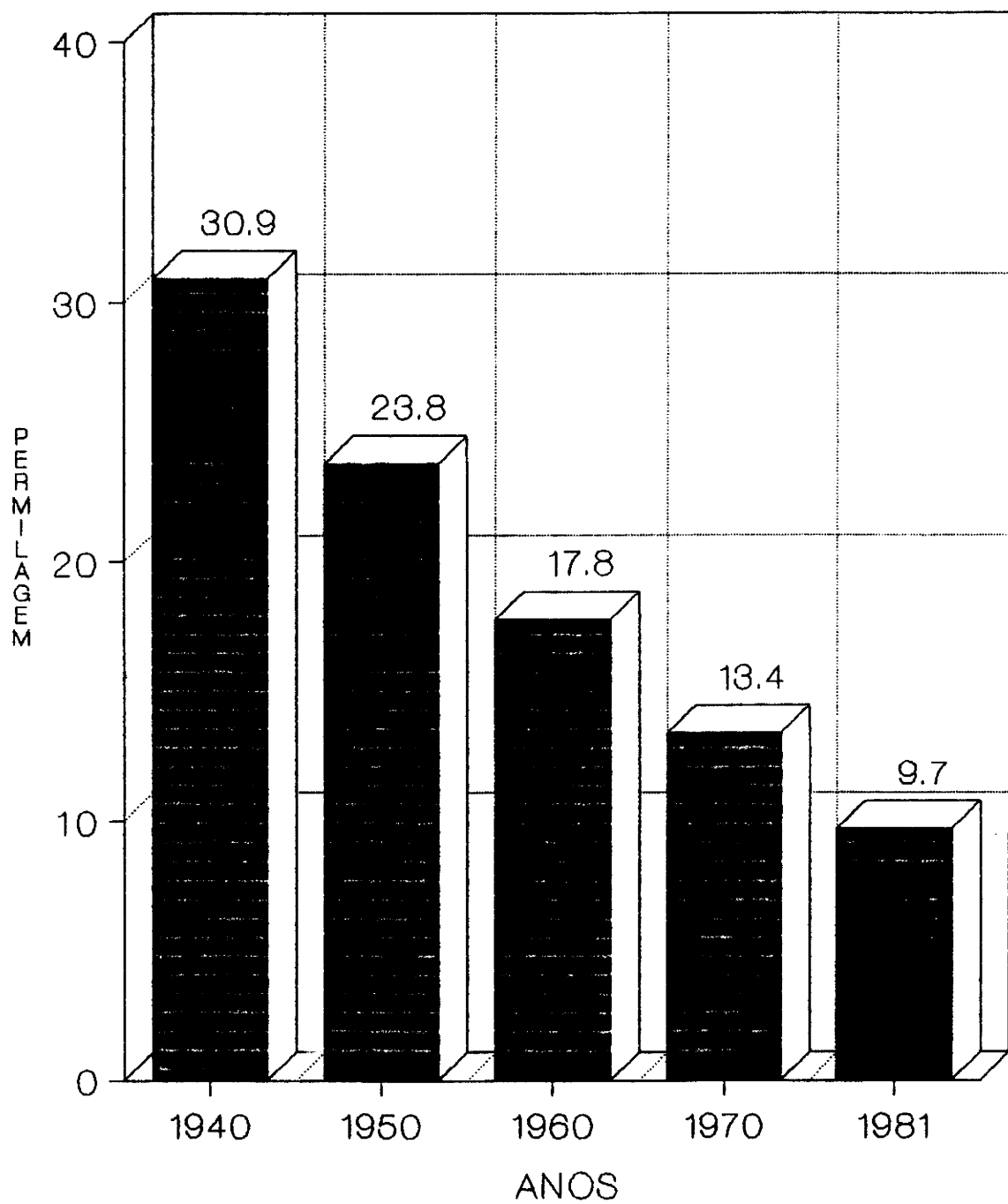


Gráfico 2.15

TAXAS DE MORTALIDADE

CONCELHO DE MÉRTOLA

ANOS	TAXA DE MORTALIDADE (Em permilagem)
1940	14,5
1950	10,6
1960	11,6
1970	13
1981	14,6

Quadro 2.14 - Taxas de Mortalidade do concelho
de Mértola em 1940, 1950, 1960,
1970 e 1981.



TAXA MORTALIDADE

Concelho de Mértola

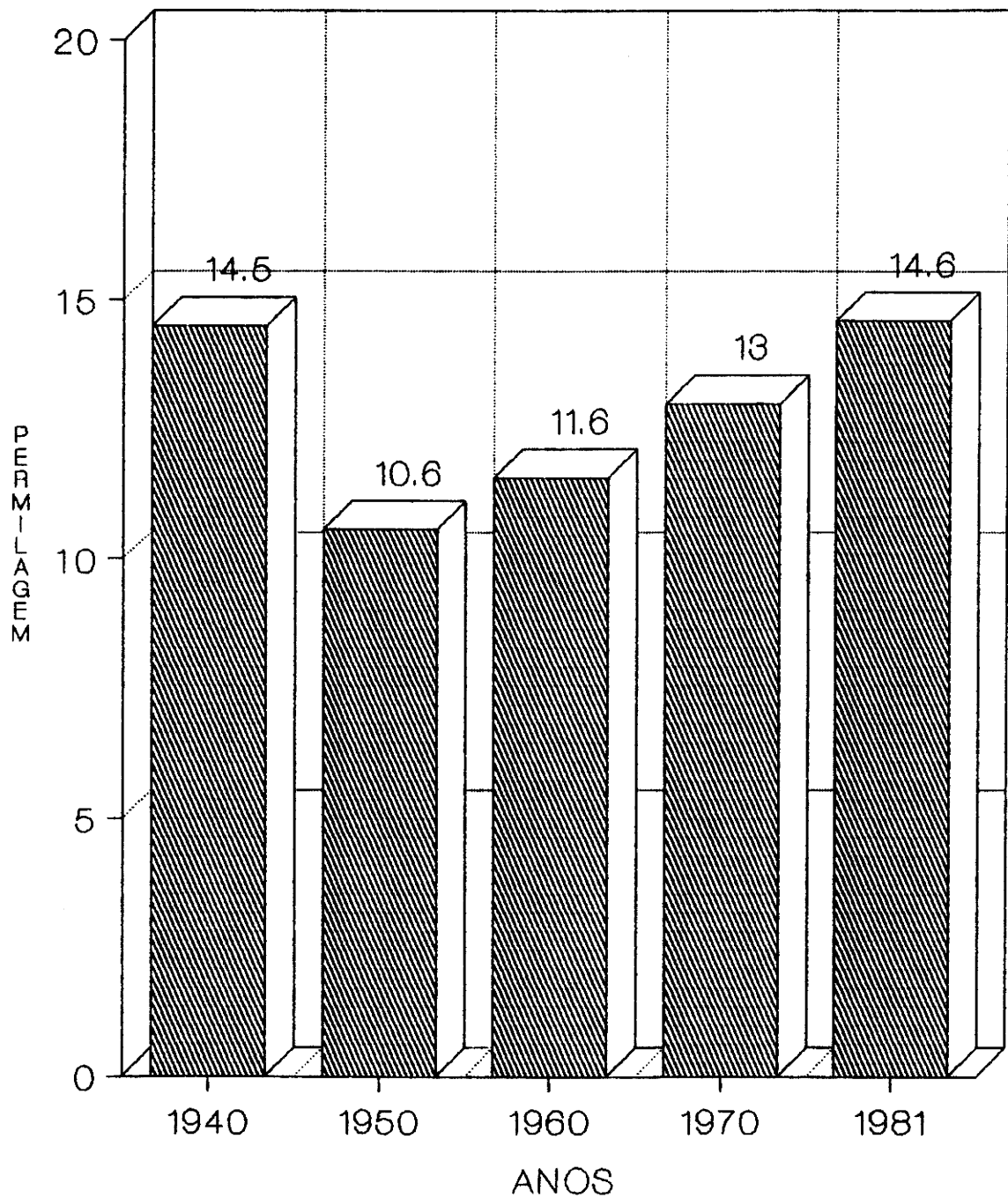


Gráfico 2.16

Da comparação das duas taxas (Gráficos 2.17 e 2.18) ressalta a tendência acentuada de decréscimo exibida pela Taxa de Natalidade e a tendência mais estabilizada da Taxa de Mortalidade. Em 1970 a Taxa de Natalidade tinha valores muito próximos de de Mortalidade embora ainda fosse ligeiramente superior. Mas, em 1981 a Taxa de Mortalidade superou a de Natalidade, havendo a registar uma diferença de 4,9 % .

Da análise dos gráficos relativos à evolução das Taxas de Natalidade e de Mortalidade do concelho de Mértola pode-se concluir que a partir de 1960 a Taxa de Natalidade baixou para valores inferiores a 20 % e a sua tendência tem sido sempre para baixar. Desde essa data até 1981 baixou 8,1 %. A Taxa de Mortalidade apresentou sempre valores compreendidos entre 10 % e 15 % , que podem ser considerados valores médios, embora se tenha assistido, a partir de 1950, a uma progressão desses valores. Entre essa data e 1981 esta taxa subiu 4% . Na década de 1970 - 80 a Taxa de Mortalidade ultrapassou a de Natalidade. Como já nos revelou a análise da estrutura etária da população do concelho , estamos perante uma população duplamente envelhecida cujas potencialidades demográficas parecem ser fracas uma vez que as suas capacidades de auto - substituição se encontram reduzidas.

COMPARAÇÃO TAXAS Mortalidade-Natalidade

Concelho de Mértola

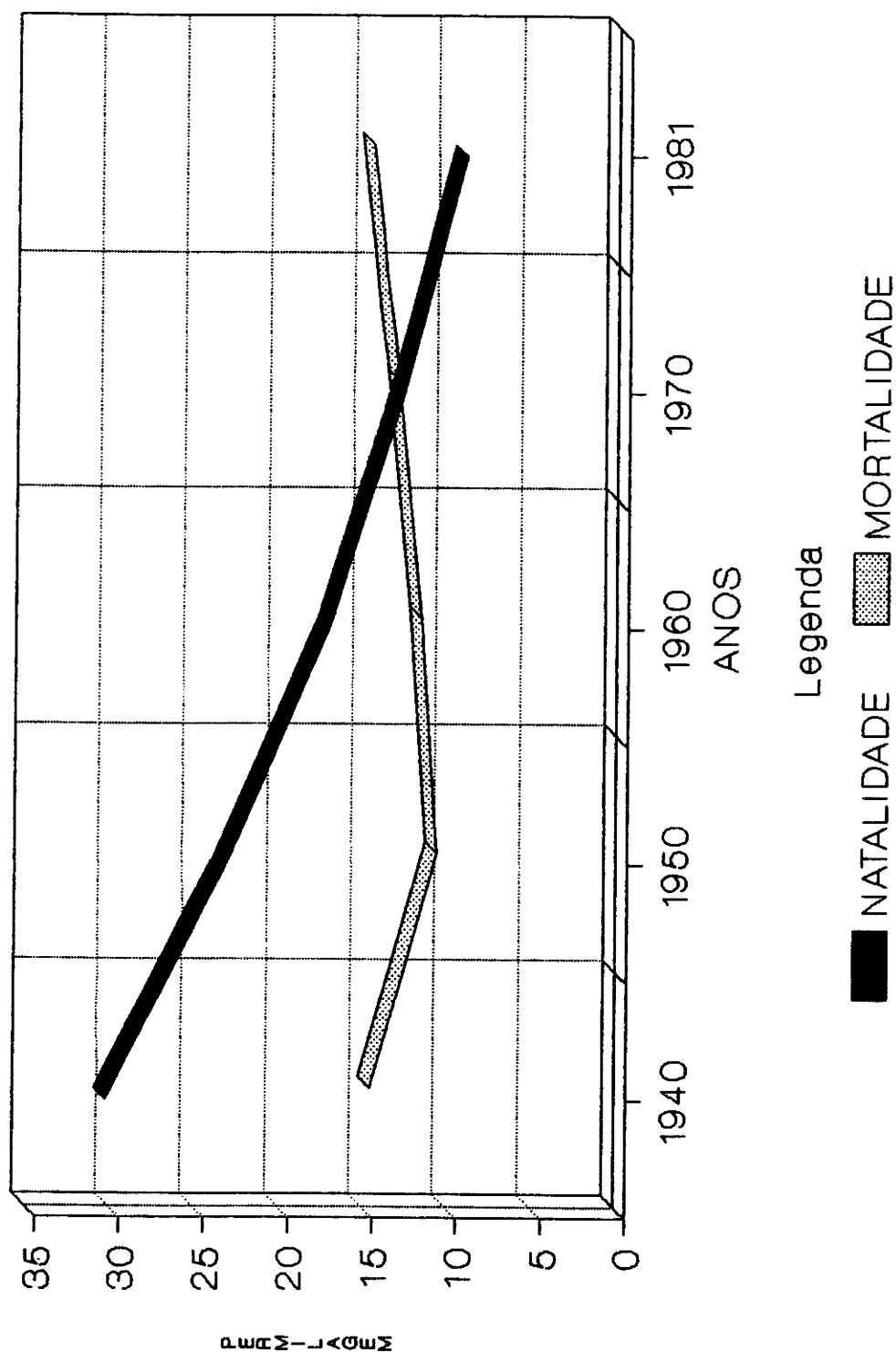
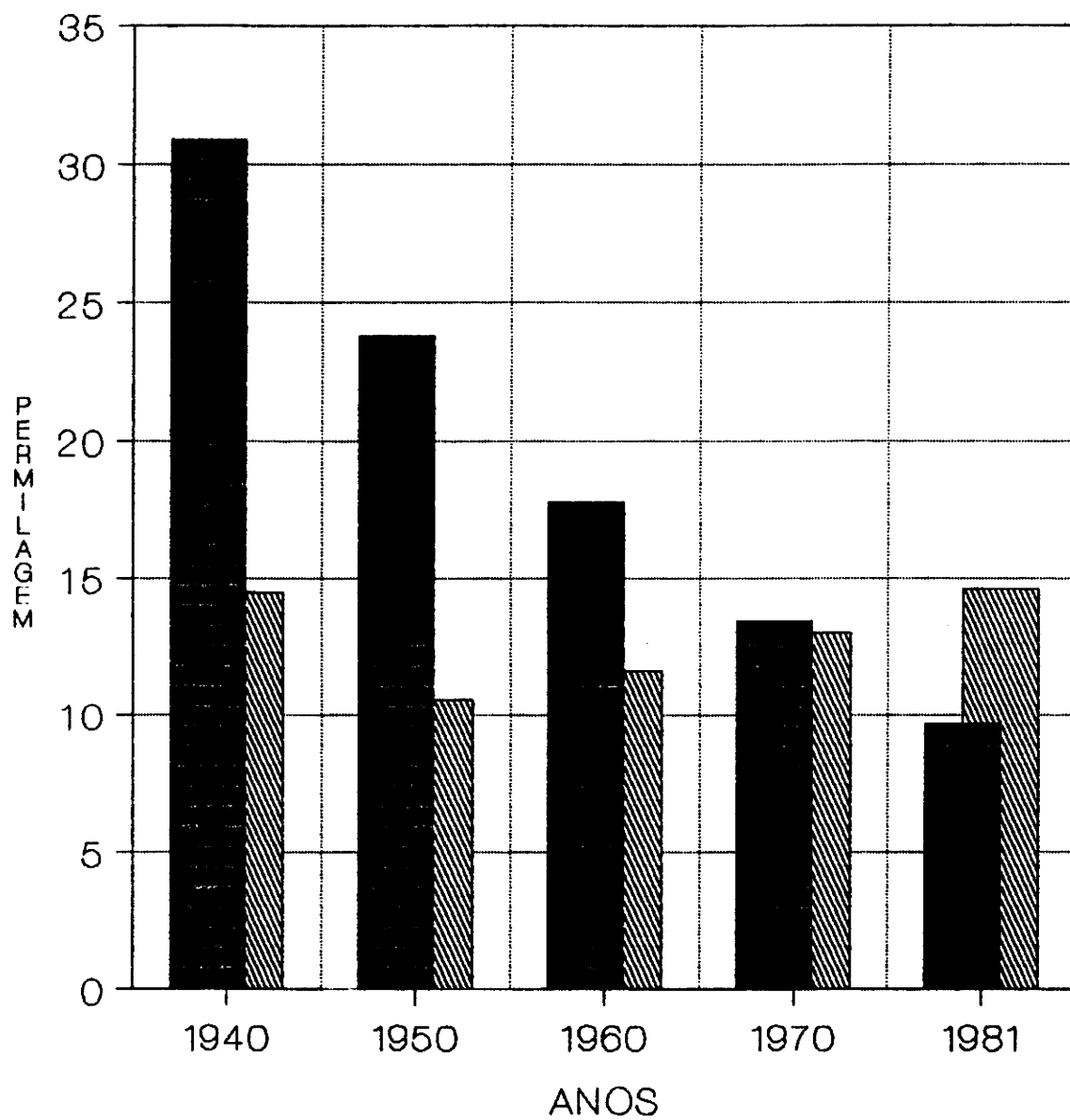


Gráfico 2.17

COMPARAÇÃO TAXAS Mortalidade-Natalidade
Concelho de Mértola



Legenda

 NATALIDADE  MORTALIDADE

2.2. Dinâmica migratória

Com base nos dados relativos aos Censos Gerais da População do Instituto Nacional de Estatística de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1981 elaboraram-se os Quadros 2.15, 2.16, 2.17 e 2.18.

No Quadro 2.15 verifica-se que o saldo fisiológico entre 1941 e 1950 é de 2 812 pelo que a população esperada para o concelho em 1950 seria de 32 030 habitantes; contudo os dados relativos a 1950 indicam-nos que apenas residiam no concelho 29 353 indivíduos pelo que o saldo migratório foi de - 2 677, o que significa que 2 677 pessoas abandonaram o concelho.

No Quadro 2.16 o saldo fisiológico calculado para o periodo de 1951 a 1960 foi de 2 880 o que nos faria esperar uma população de 32 233 habitantes para o concelho em 1960, o que não se veio a verificar pois o saldo migratório para este periodo cifrou-se em - 6 207 indivíduos.

Pelo Quadro 2.17, que remete para o periodo de 1961 a 1970, verifica-se um saldo fisiológico de 729 indivíduos o que corresponde a uma população esperada de 26 755 em 1970. Pelos resultados do Censo Geral da População de 1970 observa-se que a população residente no concelho é apenas de 14 385. O saldo migratório calculado para este periodo é de - 12 370 habitantes. Dos periodos estudados este foi o que apresentou um maior saldo migratório; A população efectivamente residente no concelho em 1970 é apenas 53 % daquela que seria esperada para a mesma data. De referir também que o saldo migratório verificado neste periodo foi superior ao total de habitantes do concelho em 1981.

População Residente 1940	Saldo fisiológico (1941-1950)			População Residente 1950	População Esperada em 1950	Saldo Migratório
	Nados Vivos	Óbitos	Saldo			
29 218	7 000	4 188	2 812	29 353	32 030	- 2 677

Quadro 2.15 - Estimativa do saldo migratório no período de 1940 - 1950
através da equação de concordância.

População Residente 1950	Saldo fisiológico (1951-1960)			População Residente 1960	População Esperada em 1960	Saldo Migratório
	Nados Vivos	Óbitos	Saldo			
29 353	6 053	3 173	2 880	26 026	32 233	- 6 207

Quadro 2.16 - Estimativa do saldo migratório no período de 1950 - 1960
através da equação de concordância.

População Residente 1960	Saldo fisiológico (1961-1970)			População Residente 1970	População Esperada em 1970	Saldo Migratório
	Nados Vivos	Óbitos	Saldo			
26 026	3 222	2 493	729	14 385	26 755	- 12 370

Quadro 2.17 - Estimativa do saldo migratório no período de 1960 - 1970
através da equação de concordância.

População Residente 1970	Saldo fisiológico (1971-1980)			População Residente 1980	População Esperada em 1980	Saldo Migratório
	Nados Vivos	Óbitos	Saldo			
14 385	1 038	1 948	- 910	11 693	13 475	- 1 782

Quadro 2.18 - Estimativa do saldo migratório no período de 1970 - 1981
através da equação de concordância.

O Quadro 2.18 relativo ao periodo de 1971 a 1981, indica-nos que durante o mesmo o saldo fisiológico foi negativo (- 910); Assim a população esperada para 1981 seria de 13 475 indivíduos e o total de habitantes que se veio a contabilizar foi de apenas 11 693, o que corresponde à saída de 1 782 pessoas.

Foi sobre este último saldo migratório que nos foi possível obter alguns dados suplementares junto da Câmara Municipal de Mértola. Os dados que nos foram facultados pela autarquia estão condensados nos Quadros 2.19 e 2.20, relativos aos totais de indivíduos que saíram das várias freguesias do concelho. O primeiro destes quadros refere-se aos indivíduos que mudaram a sua residência para outros locais do país (Migração interna ou imigração) e o segundo refere-se aos que abandonaram as suas freguesias de origem para se deslocarem para o estrangeiro (Migração externa ou emigração); Tanto num como noutro quadro indica-se o local da nova residência destes indivíduos. Relativamente ao quadro sobre migração interna (Quadro 2.19) indica-se ainda o tipo de actividade desempenhada por esses indivíduos no local para onde se deslocaram. Esta informação não aparece no Quadro 2.19 devido à inexistência desse tipo de dados e à impossibilidade de consegui-los.

De acordo com os dados no Quadro 2.19 saíram do concelho para outros locais do país 635 indivíduos. Os locais preferenciais de atracção foram a região do Algarve e a cintura industrial de Lisboa (ver Gráfico 2.19). As actividades a que estes indivíduos aí se vieram a dedicar podem agrupar-se em três grandes grupos: Horticultura especialmente no Algarve, construção civil, tanto no Algarve como na cintura industrial de

Freguesias	Local de atracção	Actividades	Volume de Trabalhadores
Alcaria	Algarve	Construção Civil	± 80
Ruiva	Lisboa e Setúbal	Actividade Fabril	
		Construção Civil	± 70
		Actividade Fabril	
Corte Pinto	Algarve	Construção Civil	± 40
Espírito Santo	Algarve	Horticultura	± 25
	Lisboa e Setúbal	Construção Civil	± 25
	Sacavém	Actividade Fabril	± 25
Mértola	Algarve	Horticultura	± 40
	Lisboa e Setúbal	Construção Civil	± 40
		Actividade Fabril	
Santana de Cambas	Algarve	Construção Civil	± 60
		Horticultura	
S.João dos Caldeireiros	Algarve	Horticultura	
	Lisboa e Setúbal	Construção Civil	
S.Miguel do Pinheiro	Algarve	Horticultura	± 50
	Lisboa e Setúbal	Construção Civil	± 50
S.Pedro de Sôlis	Algarve	Construção Civil	± 40
	Lisboa e Setúbal	Construção Civil	± 40
S.Sebastião dos Carros	Algarve	Horticultura	± 25
	Lisboa e Setúbal	Construção Civil	± 25

Quadro 2.19 - Volume de migração interna por freguesias na década de 70.

SAÍDA DE TRABALHADORES PARA OUTRAS REGIÕES DO PAÍS

FREGUESIAS

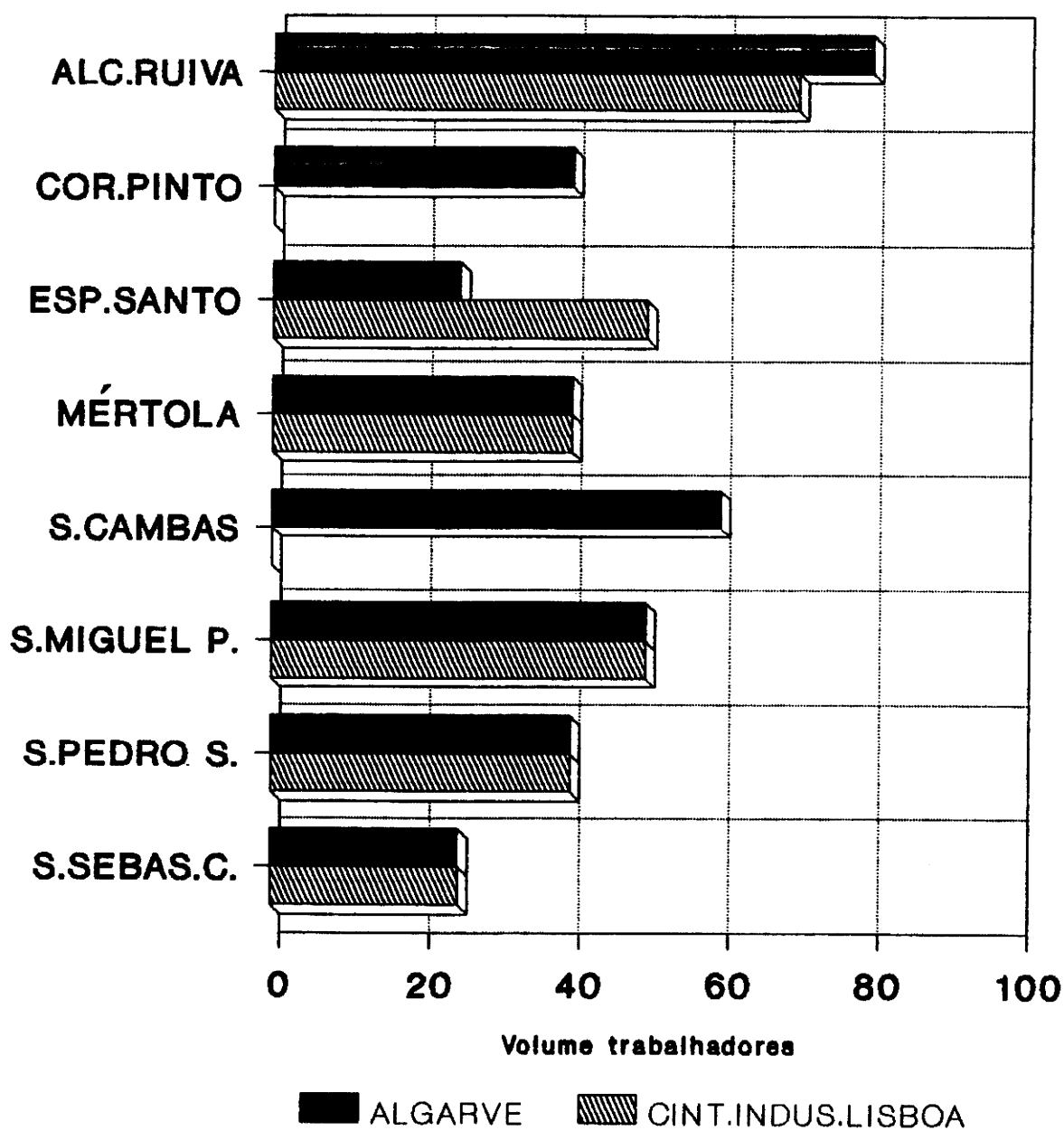


Gráfico 2.19

Freguesias	Países	Volume de Trabalhadores
Alcaria	Alemanha	80
Ruiva	França	20
	Suiça	15
Corte do	Alemanha	30
Pinto	França	60
	Luxemburgo	20
	Suiça	30
Espírito	Alemanha	30
Santo	França	12
	Suiça	8
Mértola	Alemanha	50
	França	35
	Suiça	20
Santana de	Alemanha	60
Cambas	França	120
	Suiça	80
S.João dos	Alemanha	40
Caldeireiros	França	10
	Suiça	20
S.Miguel do	Alemanha	15
Pinheiro	França	50
	Suiça	10
S.Pedro de	Alemanha	40
Sólis	França	20
	Suiça	20
S.Sebastião	Alemanha	8
dos Carros	França	5
	Suiça	1

Quadro 2.20 - Volume de emigração por freguesias na década de 70 e por país de destino.

CONCELHO DE MERTOLA

Movimento migratório (década de 70)

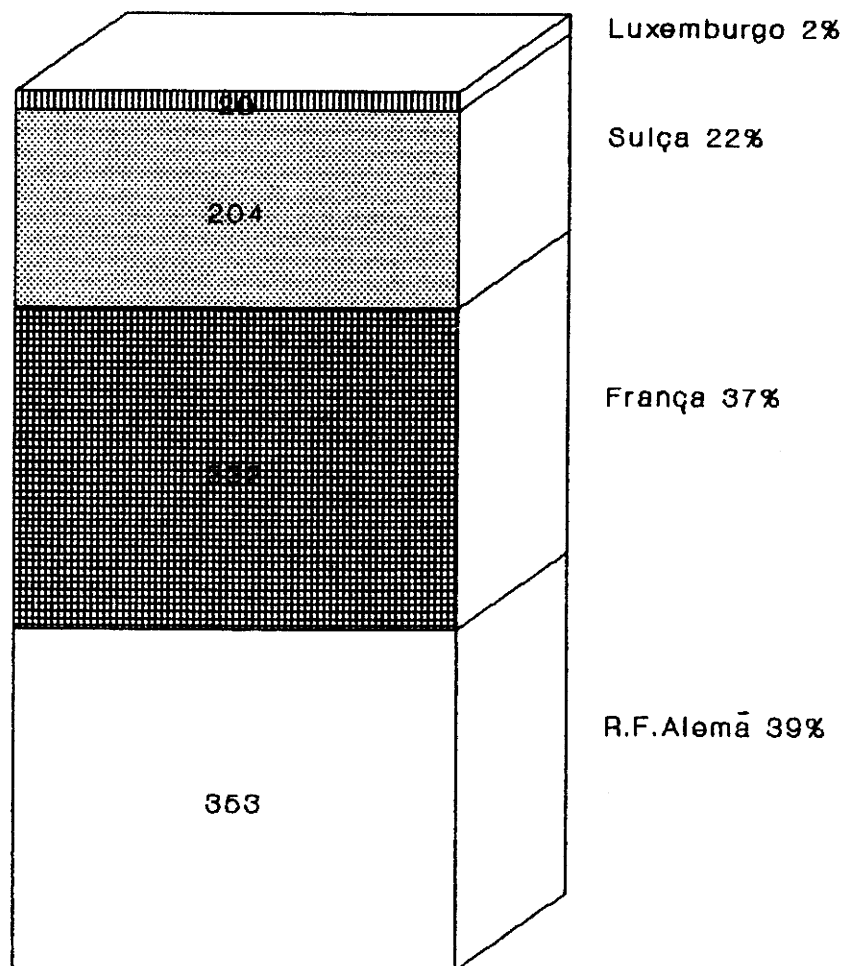


Gráfico 2.20

Lisboa e actividades fabris não especificadas, na cintura industrial de Lisboa. Quando a estas migrações internas a freguesia que mais as sofreu foi a de Alcaria Ruiva que perdeu 150 habitantes, correspondentes a 15,7% do total de migrações deste tipo. A freguesia donde saiu menos gente foi Corte do Pinto, donde apenas saíram 40 pessoas, logo seguida de S. Sebastião dos Carros com um total de 50. Nesta recolha não nos foi possível obter dados referentes ao total de imigrados da freguesia de S. João dos Caldeireiros.

Segundo a mesma fonte, e referente ao mesmo período, saíram para o estrangeiro um total de 909 indivíduos do concelho. Destes cerca de 358 (38,8%) emigraram para a R.F.A., 332 (36,5%) radicaram-se em França, 204 (22,4%) optaram pela Suíça e apenas 20 (2,2%) emigraram para o Luxemburgo (ver Quadro 2.20 e Gráfico 2.19). A freguesia donde saiu um maior volume de emigrantes foi Santana de Cambas, com 260, seguida da de Corte do Pinto com 140. A freguesia de S. Sebastião dos Carros apresentou o número de emigrantes mais baixo do concelho, com apenas 14. Curiosamente a freguesia que apresentou um menor valor de Migração interna apresentou um maior fluxo de emigração - Santana de Cambas.

2.3. Conclusões

Em síntese durante o período estudado (1940 - 1981) verificaram-se sempre fluxos migratórios negativos, sendo os maiores os que correspondem aos períodos de 1951 - 1960 e 1961 - 1970. Foi, sem dúvida, durante os anos 60 que ocorreu o grande decréscimo na população do concelho, fruto do elevado fluxo migratório, que ocorreu, um pouco por todo o país, mas que atingiu fortemente o concelho de Mértola, onde o saldo migratório

foi de - 12 370 habitantes, ou seja, cerca de 45,5% da sua população . Pode ainda acrescentar-se que durante os anos 60 saíram do concelho mais pessoas do que as que nele residiam em 1981. Todo este êxodo populacional foi direccionado, ou para outras regiões do país, em especial a zona litoral, ou para o estrangeiro, nomeadamente para países Europeus. Este intenso fluxo migratório para além de ter consequências directas na diminuição da população do concelho teve também outras consequências indirectas na sua estrutura. Dado que os níveis etários mais atingidos pelos movimentos migratórios são os compreendidos entre 25 - 35 anos , abandonou o concelho uma percentagem importante da sua potencial população activa. Por outro lado diminuiu também consideravelmente a população com potencialidades reprodutoras, o que se veio a reflectir no decréscimo da Taxa de Natalidade. Por outro lado, ainda aumentou a percentagem da população com idades superiores a 40 anos, o que fez com que os grupos etários acima dos 60 anos tenham actualmente um grande peso a nível percentual na população residente no concelho.



Nas localidades quase desertas sô ficou a população mais idosa.

3. CONCLUSÕES

Estamos perante um concelho cuja análise deixa transparecer fenómenos que são simultâneamente consequência e causa da sua situação.

A população actualmente residente no concelho é menor do que a que nele residia em 1864.

A população residente em 1981 representava apenas 39,8% da que existia em 1950, data em que se verificou um máximo da população.

A frequência migratória é negativa e é uma das mais altas do país.

A Densidade populacional do concelho é muito baixa (9,1 Habitantes/Km² em 1981).

A Taxa de Natalidade em 1981 era apenas 9,7%.

A Taxa de Mortalidade era em 1981 de 14,6%, o que implica a existência de um crescimento natural negativo.

A população residente activa representava em 1970 apenas 50% da que existia em 1960 .

Elevado decréscimo da população dos grupos etários até 34 anos na população total, com a consequente elevação dos grupos superiores a esta idade.

A população mais jovem emigrou ou foi atraída pelas zonas macrocéfalas do país, enquanto que os mais idosos continuaram presos à terra, assistindo-se assim a um envelhecimento generalizado da população do concelho.

A população do concelho encontra-se duplamente envelhecida, uma vez, que se verifica uma diminuição da população jovem e simultaneamente um aumento do número de pessoas idosas. Esta situação é o resultado da acção combinada do declínio da natalidade e da existência de saldos migratórios negativos.

A manterem-se as condições actuais, mesmo que não se venha a assistir a um êxodo populacional para outras zonas, haverá uma certa tendência para que a população deste concelho vá decrescendo, o que é em grande parte devido ao seu elevado grau de envelhecimento, a menos que sejam tomadas medidas.

Para a diminuição drástica da população do concelho durante os anos sessenta pensa-se que tenham contribuído dois factores:

- O primeiro, parece ser um factor não exclusivo do concelho em estudo, mas reveste-se de um âmbito mais alargado; com efeito, esta década foi palco, um pouco por toda a zona interior do país, de grandes fluxos migratórios, aos quais o concelho de Mértola não esteve alheio.
- O segundo, reveste-se de um carácter mais local e está relacionado com o encerramento definitivo da exploração mineira nas Minas de S. Domingos; este encerramento ocorreu em 1965, mas foi percedido de toda uma série de crises na exploração mineira que se arrastaram até esta data e que se traduziram por toda uma série de contingentes de despedimentos. O que

acaba de ser afirmado é atestado pelo facto de desde 1960 até 1981 terem saído da aldeia das Minas de S.Domingos 2 988 pessoas.

3^a PARTE

Interação POPULAÇÃO ↔ MEIO

e o

Processo de DESERTIFICAÇÃO

INTRODUÇÃO

O objectivo desta última parte do trabalho é tentar analisar algumas das interacções que se estabeleceram entre a população residente no concelho de Mértola e o ecossistema natural, que lhe serviu de suporte, e que por ela foi gerido. Tentaremos, portanto, considerar o meio e a população como subsistemas integrados num sistema mais alargado e que, por isso mesmo, se torna mais complexo.

Devido à complexidade de que se reveste este tipo de análise vamos apenas considerar três tipos de actividades que a população desenvolveu no concelho e que, directa ou indirectamente, estão relacionadas com o estado actual em que se encontra o meio.

Abordaremos, assim, inicialmente a actividade agrícola que se seguiu à desflorestação (arroteamento da chamada " Serra de Mértola ") desencadeada durante a Campanha do Trigo dos anos trinta; Passaremos depois a analisar que tipos de interacções são estabelecidas com o meio quando este é sujeito a um sobrepastoreio; Finalmente analisaremos o que aconteceu no concelho de Mértola relativamente à exploração mineira levada a cabo nas Minas de S.Domingos.

Sempre que julgarmos necessário, e tivermos alguns dados nesse sentido, tentaremos fazer referência, quer à actividade comercial ligada a um destes sectores, quer às indústrias transformadoras, quer ainda aos condi-cionalismos económicos do mercado nacional e internacional.

1. CAMPANHA DO TRIGO

As bases da Campanha do Trigo foram publicadas no Decreto-Lei nº.17 252 de 16.8.1929 e em 12.10.1929 foi lançada à terra, no âmbito desta campanha, a primeira semente de trigo, pela mão do próprio Marechal Carmo-
na. O objectivo desta campanha era o de aumentar a produção nacional de trigo de forma a diminuir as importações deste cereal e a atenuar assim a saída de divisas a elas associadas. De referir que o trigo tinha uma importância fulcral na dieta alimentar da população Portuguesa da altura e que essa importância era ainda maior nas regiões do interior Alentejano. A política da época fazia depender da abundância de pão todo o almejado bem estar social o que nos parece bem patente nestes "Slogans" da Campanha do Trigo:

" O bem estar da comunidade Portuguesa será atingido produzindo trigo que chegue para o consumo do país " (1)

ou ainda:

" Abundância de pão, abundância de trabalho, abundância de poder de compra, indústria próspera, comércio desafogado, economia equilibrada " (1)

Com o estímulo dos prémios de cultura (Decreto-Lei nº.17 252 e Regulação Decreto-Lei nº.17 567 de 7.11.1929) e os subsídios de arroteia (Decreto-Lei nº.17 518 de 23.10.1929), acabou-se de vez com os restos de "charneca" Alentejana. O concelho de Mértola não ficou alheio a todo este movimento, e os "matos" da chamada "Serra de Mértola", mesmo onde predominavam as encostas mais declivosas, foram sendo sucessivamente arroteados, destruindo-se a vegetação natural, bem como as espécies cinegéticas que nela encontravam alimento e abrigo. O Homem introduziu um factor de perturbação no ecossistema!.

(1) in Cultura de Trigo, função de economia de Francisco Chaveiro Calhau



As encostas com acentuado declive não são poupadas à desflorestação.



Contraste entre a zona com coberto vegetal e a zona " desmatada " .

Em suma, temos aqui a forma como uma movimentação política, tendo subjacente interesses económicos, pôs em marcha uma campanha generalizada, utilizando, entre outros, meios de propaganda que tiveram receptividade junto da população. Criou-se, então, uma dinâmica a nível sociológico que, aliada aos meios técnicos que lhe foram facultados, provocou alterações sensíveis ao nível do ecossistema natural, perturbando significativamente as suas condições de equilíbrio anterior.

Para se ter uma ideia da extensão da área arroteada no concelho de Mértola e do número de pessoas implicadas basta referir que, no período compreendido entre 1925 e 1950 foram arroteados 9 661 ha, que foram distribuídos a cerca de 2 116 famílias ⁽²⁾. Estas terras, após o arroteamento ficaram despidas de vegetação, vegetação essa que desempenhava um papel extremamente importante em termos de protecção do solo. Contudo, o Homem não deixou estes solos nus, pois neles foi semeado trigo; No entanto, o trigo não oferecia ao solo uma protecção eficiente contra as forças erosivas, especialmente pelo facto de, durante a época em que ocorrem as maiores precipitações, o trigo não se encontrar ainda suficientemente desenvolvido, quer na sua parte aérea, quer no seu raizame; a sua parte aérea não constitui ainda uma protecção eficaz contra o efeito das gotas de chuva no solo e o seu raizame ainda não está suficientemente desenvolvido de forma a favorecer a agregação das partículas de solo. Nestas circunstâncias há sempre uma parte importante de nutrientes que são arrastados. Muito provavelmente esta perda não foi muito significativa nos primeiros anos da campanha, e os rendimentos obtidos com as primeiras colheitas fizeram nascer as esperanças nos agricultores (o **Feed-back** imediato do meio foi favorável).

A euforia foi grande, não só pelos resultados em si, mas também fruto da existência dos prémios de cultura que haviam sido instituídos. Inicialmente o solo correspondeu às expectativas dos agricultores e as primeiras colheitas foram realmente excepcionais; Pensa-se, contudo, que estes resultados foram em parte devidos ao facto de, tanto em 1932, 1934 e 1935, terem sido anos que, em termos de condições climatéricas foram excepcionalmente favoráveis à cultura de trigo. De facto existe uma estreita dependência entre o rendimento médio das colheitas cerealíferas e o regime pluvial; Realmente, é da forma como se distribuem as chuvas durante o ciclo vegetativo do trigo, que depende essencialmente a colheita.

Contudo, nem tudo foram rosas e o facto de as colheitas terem sido elevadas gerou a saturação do mercado, tendo sido parte deste trigo exportado, uma vez que não havia condições de armazenamento. Só que, devido ao facto da cotação do trigo no mercado internacional estar abaixo dos preços praticados no nosso país, a exportação redundou num desastre económico. Assim, a agricultura portuguesa desta altura viu-se emagrecer, não à míngua de colheitas, mas pela sua excessiva fartura.

A Campanha do Trigo que havia sido lançada para combater um deficit económico, motivado pela necessidade de importar trigo para satisfazer as necessidades de consumo nacional, veio a provocar um desequilíbrio nesse mesmo sector, devido à necessidade de exportação desse produto a preço inferior ao da produção (desequilíbrio a nível da sociosfera).

Só que esta "fartura" se viria a reduzir consideravelmente nos anos seguintes (feed-back mediato do meio). Os solos todos os anos perdiam uma fracção importante dos seus nutrientes, quer pela sua "lavagem" fruto da

acção erosiva da água da chuva, quer pelo facto de a cultura cerealífera, a que se encontravam sujeitos, desgastar parte importante desses mesmos nutrientes. Por outro lado, no solo não era deixada a matéria orgânica. A remoção, ainda que parcial do coberto vegetal, como acontecia (e ainda a contece) depois das colheitas, diminuiu a quantidade de matéria orgânica a ser depositada no solo, pois as partes das plantas que deveriam vir a incorporar o solo, sob essa forma, eram-lhe negadas. Deste modo o ciclo de regeneração do próprio solo foi enfraquecido, se não mesmo interrompido. Como esta prática se verificou ao longo de um periodo de vários anos, esta perda de matéria orgânica veio a reflectir-se a dois níveis: por um lado, pôde verificar-se uma perda proporcional em termos de nutrientes necessários à manutenção da própria cultura cerealífera, e por outro, ocorreu um abaixamento significativo no nível de humidade do solo. Este problema tornou-se tanto mais grave, quanto se tratava de solos situados sob condições climatológicas de secura.

" À medida que a cultura ia consumindo a matéria orgânica, as produções baixavam a ponto de as terras mais magras se negarem a produzir " (3).

Ficou assim, instalado um ciclo vicioso. menos plantas conseguiam nascer e completar o seu ciclo vegetativo e qualquer tentativa de manter os níveis de produção só ia contribuir para acelerar ainda mais esse declínio (**agravamento do desequilíbrio do ecossistema**). Este ciclo de esgotamento da matéria orgânica do solo conduziu a um abaixamento da capacidade de infiltração da água, o que por sua vez fez aumentar a escorrência superficial. Se a esta conjuntura acrescentamos o facto de muitos desses

(3) Galvão 1943, cit in, " O Problema da Manutenção da fertilidade na Agricultura

terrenos se situarem em condições topográficas inadequadas (declives acentuados), com a correspondente potenciação dos efeitos do escoamento superficial, completa-se o processo da total degradação do solo, para o qual o ecossistema não tem grande capacidade de resposta.

Não compreendendo o que efectivamente se passava e não percebendo porque razão um solo que já tanto havia prometido e cumprido, agora se negava a produzir, o agricultor virou-se para o que os técnicos da campanha diziam ser o melhor - os adubos (**tentativa dos agricultores de reajustamento face ao "feed-back " do meio**). Os adubos apareciam a estes agricultores como "pós milagrosos " que iam restituir a " força " à terra e lhe permitiam tirar dela as saudosas doze sementes do início da Campanha do Trigo.

Só que teimosamente o solo não respondia às expectativas e as colheitas continuavam a ser magras. O agricultor virou-se para outros tipos de adubos, que lhe diziam serem melhores, mas a terra mais uma vez não correspondeu aos investimentos realizados. Os custos de produção iam assim aumentando e a produção, por seu lado, ia cada vez mais decrescendo.

O agricultor não conseguia compreender que o solo que lhe havia permitido no início da Campanha de Trigo, encher o celeiro, jazia agora no fundo dos vales e do mar, levado pelos ribeiros e pelos rios. Nesta altura já o Rio Guadiana se encontrava assoreado e a sua navegabilidade de Mértola a Vila Real de St^o. António estava comprometida pelo facto de o solo das encostas mais declivosas, que haviam sido arroteadas no início da Campanha do Trigo, se encontrar agora no seu leito (**alargamento do desequilíbrio a outros elementos do ecossistema**).

O aumento dos custos de produção, em grande parte devido ao grande investimento anual em adubos, não era de forma alguma compensado pelo rendimento das searas de trigo, pelo que muitos pequenos seareiros começaram a abandonar as terras que anos antes " usurparam " à Serra (**desi - quilibrio do sociossistema**).

Por outro lado, a modernização e mecanização da Agricultura, que dispon-tava noutras zonas do Alentejo, não se tornava viável na maior parte dos solos do concelho de Mértola, quer devido à natureza "pedregosa" de muitos deles, quer devido às condições topográficas do terreno, o que ainda mais viria a inviabilizar o sector agrícola.

Cansados, desiludidos e emprobecidos muitos destes pequenos seareiros mudaram o rumo das suas vidas. Alguns passaram a trabalhar, ainda que no sector agrícola, como assalariados rurais, mas dado que a oferta de trabalho não era grande, poucos parecem ser os que optaram por esta solução para as suas vidas; Outros resolveram sair do concelho, para outras zonas rurais na esperança de encontrarem terras mais compensadoras, que lhe permitissem ser agricultores prósperos; Outros houve que saíram do concelho e se dirigiram para as zonas litorais, nomeadamente arredores de Lisboa, onde não era difícil encontrar trabalho; Houve também aqueles, que quiçá mais aventureiros, partiram para países distantes. Outros, ainda, não abandonaram as suas terras nas pondo de lado a inviável cultura cerealífera, reconverteram essas terras em pastagens.



Monte abandonado



Monte abandonado

1.1. Indústrias e Comércio ligadas ao sector Agrícola

Paralelamente à Campanha de Trigo foram implementadas uma série de indústrias ligadas à actividade agrícola, nomeadamente unidades de transformação do trigo - Moagens e Panificações. Ainda em 1940 foram laboradas nas moagens do concelho de Mértola 1 109 toneladas de trigo destinadas à panificação, tendo sido produzidas 994 toneladas de farinha ⁽⁴⁾.

Logicamente também nelas as crises, que se abateram sobre a cultura extensiva de trigo, tiveram o seu reflexo, pelo que muitas destas empresas se viram na contingência de fechar as suas portas.

Também no sector do comércio a crise se reflectiu. A procura cada vez menor de alfaías agrícolas, adubos e a diminuição do poder de compra dos pequenos seareiros quanto a outro tipo de géneros fez com que muitas destas casas comerciais fechassem. Em muitos destes pequenos comércios funcionavam agências bancárias e agentes de companhias seguradoras, também elas intimamente relacionadas com o sector agrícola. De referir que em 1940 foram realizados 4 403 seguros agrícolas ⁽⁴⁾, o que dá ideia do número de pequenas explorações existentes àquela data.

2. SOBREPASTOREIO

O pastoreio foi, na generalidade dos casos, uma actividade ligada e complementar da actividade agrícola.

(4) Dados extraídos das Estatísticas Agrícolas do I.N.E.

Fazia parte da economia familiar dos pequenos seareiros e agricultores a "engorda" de um número restricto de cabeças de gado, nomeadamente gado ovino e/ou caprino e suíno. Estas cabeças de gado permitiam ao agregado familiar enriquecer a sua dieta alimentar com alguns produtos de origem animal (na Páscoa matava-se o borrego e nos meses de Inverno fazia-se a "matança" do porco). Tratava-se, assim, de um tipo de exploração pecuária restricta e controlada. Parte deste gado podia também, eventualmente, ser vendido nas feiras e mercados, dando assim um certo contributo pecuniário à economia familiar. Este gado era muitas vezes pastoreado pelos membros mais jovens do agregado familiar, sendo esta, na grande maioria dos casos, a sua contribuição em termos de trabalho. O gado suíno era alimentado nos montados de azinho, sendo a bolota o seu principal alimento, e o gado ovino e/ou caprino alimentava-se da vegetação herbácea que naturalmente despontava nos campos deixados em pousio.

Este tipo de actividade pastorícia não exercia grande pressão sobre o meio e não provocava nenhum desequilíbrio que este não fosse capaz de repôr.

Contudo, quando se passou deste tipo controlado de pastoreio para o sobrepastoreio, aumentou a pressão exercida sobre o meio. Dado que em muitas terras abandonadas aparecia um estrato herbáceo, estas terras foram votadas à intensificação da actividade pastorícia.

Nas grandes áreas onde se veio a praticar o sobrepastoreio, sobretudo de gado ovino e/ou caprino foram introduzidas algumas alterações significativas ao meio. Assim, começou por ocorrer inicialmente uma alteração da

composição florística do coberto vegetal herbáceo. A selecção feita pelo próprio gado fez com que aumentasse o número de espécies anuais não comestíveis em detrimento das plantas vivazes comestíveis. Deste modo a diminuição e morte da vegetação durante a estação seca, veio aumentar a extensão de solos desprovidos de coberto vegetal protector. Também o próprio pisoteio veio contribuir para o atraso da rebentação das gemas de renovo e dos estolhos, provocando falhas no coberto vegetal que rapidamente podiam ser colonizadas por outras espécies sem interesse para o gado. Esta grande pressão exercida sobre o meio, pode ter vindo a desencadear no solo condições que favorecessem a ocorrência do fenómeno erosivo; Como consequência pode ter ocorrido uma deteoração das condições superficiais do solo, que eram vitais para o desenvolvimento do coberto vegetal, nomeadamente no que concerne à relação planta/água (**criação de condições de desequilíbrio no ecossistema**).

Simultâneamente pode ter-se verificado um acréscimo do escoamento superficial, o qual está intimamente ligado à erosão do solo. A camada superficial de matéria orgânica, bem como a capacidade do solo em termos de armazenamento de água, podem ter-se visto assim reduzidas (**continua a situação de desequilíbrio do ecossistema**).

Todas estas alterações podem ter implicado inevitavelmente um decréscimo na produtividade das plantas, que viviam neste solo e constituíam o seu coberto vegetal, o que se pode ter traduzido consequentemente de forma negativa na qualidade e durabilidade das próprias pastagens naturais (**feed-back desfavorável do ecossistema**).



O gado ovino esgota rapidamente as pastagens.



Nota-se aqui a diferença de vegetação entre a zona mais explorada e o cume do monte onde essa acção se fez sentir menos.

Esgotadas estas pastagens o gado via-se obrigado a explorar outras zonas, que também elas podiam vir a sofrer um tipo de fenómeno idêntico. Com efeito, este tipo de resposta dada pelos criadores de gado não parece ter sido a mais adequada, visto que apenas se limitava a alargar a extensão das zonas sujeitas ao sobrepastoreio e portanto em eventual desequilíbrio, e os efeitos a curto prazo no aumento da quantidade de carne por cabeça terão sido de curta duração.

Assim, a área de pastagem tinha tendência a ficar cada vez mais reduzida quer em termos da sua extensão, quer em termos da qualidade dessas mesmas pastagens.

Tal facto terá vindo a reflectir-se necessariamente no rendimento económico deste tipo de exploração pecuária, quer devido à diminuição do peso por cabeça, quer, eventualmente, à qualidade da própria carne.

2.1. Actividades subsidiárias da pecuária

Paralelamente à actividade pecuária, nomeadamente à ligada ao gado ovino, surgem outras actividades como por exemplo a tosquia para obtenção de lã. Parte desta lã podia depois ser tecida artesanalmente, tarefa a que se dedicavam algumas famílias, sendo depois as mantas vendidas nas feiras, ou da Vila de Mértola ou de localidades vizinhas. Segundo dados do I.N.E. em 1940 foram obtidas no concelho 58 797 quilogramas de lã e no ano anterior 61 688 Kg.

Também o leite, tanto de cabra como de ovelha, era aproveitado para o fabrico de queijo.

3. EXPLORAÇÃO MINEIRA NA MINA DE S.DOMINGOS

A constituição e crescimento da população da Mina de S.Domingos esteve intimamente relacionada com a exploração mineira.

Para levar a cabo essa exploração mineira foi necessário implementar toda uma série de infra-estruturas, umas relacionadas com as tecnologias e maquinarias necessárias à exploração do minério de cobre, e outras que permitissem a fixação da população que constituia parte da mão de obra necessária. Assim, foi criada uma série de serviços que passaram pela instalação de um hospital, farmácia central eléctrica, "casa da farinha" (onde era vendida a farinha, base de toda a alimentação dos mineiros e de mais trabalhadores da exploração), bem como, pequenas casas que albergavam os mineiros e as suas famílias. Muitos destes mineiros eram oriundos das outras zonas do país, nomeadamente da zona da "serra Algarvia", que na procura de trabalho se vieram aqui fixar. Para além dos mineiros residentes na própria povoação, a empresa empregava, em certas alturas muita mão de obra não especializada (não que os mineiros o fossem) que funcionavam como mão de obra flutuante. Antes da construção da via férrea que viria a ligar a Mina de S.Domingos ao ponto fluvial do Pomarão, o transporte do minério era assegurado por seareiros e almocreves que faziam uso dos seus muares e carroças a troco de uma remuneração pecuniária. Também na construção dos 17 quilómetros da linha férrea atrás citada foi empregue mão de obra flutuante. O transporte do minério até ao Pomarão era a primeira etapa de um longo percurso que este havia de percorrer até ser descarregado em Inglaterra, onde finalmente o cobre era extraído do minério.

Assim, os recursos minerais explorados no concelho eram exportados e a contrapartida que este recebia deste tipo de exploração limitava-se à criação de postos de trabalho e aos salários correspondentes. Os rendimentos obtidos através desta exploração de recursos minerais do concelho, para além de não serem investidos nele, também não ficavam no nosso país. O Estado Português limitava-se a cobrar uma quantia irrisória por cada tonelada de minério exportado.

Apesar da exploração de minério se fazer em território nacional, uma vez que a sua transformação era feita no estrangeiro, Portugal via-se na contingência de ter de importar cobre, muito provavelmente aquele que havia saído do país, por esta via.

A empresa responsável pela exploração era uma empresa Inglesa e durante os cerca de cem anos que decorreram desde o início da exploração até ao seu encerramento não introduziu grandes inovações tecnológicas, pelo que os velhos métodos do século passado foram utilizados até aos anos sessenta. Também a nível da segurança dos mineiros não foram feitos quaisquer investimentos. A política da empresa parece ter sido a de conseguir um máximo de lucro com um mínimo indispensável de investimento. A esta política não foi alheia a utilização de mão de obra mais barata, pelo emprego de rapazes (alguns terão mesmo começado a trabalhar ainda crianças) que recebiam um salário mais baixo do que os Homens.

Durante este período de cerca de cem anos foram várias as crises porque passou o sector mineiro, em geral, e a Mina de S.Domingos em particular.

Extremamente dependente do mercado internacional, a empresa teve que desenvolver esforços no sentido de se adaptar às tendências deste mercado. Quando a cotação do cobre baixava, ou quando era difícil exportar grandes quantidades de cobre, a vida dos mineiros era assaltada pela incerteza da manutenção dos seus postos de trabalho, pois verificavam-se nessas alturas grandes contingentes de despedimentos. Quando as coisas corriam de feição no mercado internacional, a empresa admitia mais pessoal.

A introdução do sistema de tratamento dos minérios de cobre pela "via húmida" foi um exemplo de resposta dada pela empresa às condições impostas pelo mercado internacional. Contudo, a entrada em funcionamento deste novo processo de transformação do minério levantou o problema da poluição dos rios. A descarga de águas sulfatadas, provenientes da "lavagem" do minério, nos rios Chança e Guadiana chegou mesmo a matar grandes quantidades de peixe; Esta situação era agravada de forma notável quando, devido à irregularidade do clima, se estava num ano em que não houvesse cheias. Face aos protestos, tanto dos pescadores do concelho, como dos pescadores algarvios a empresa viu-se "obrigada" a pagar algumas indemnizações.

O enxofre produzido através deste tipo de tratamento do minério, era vendido à C.U.F., com quem a empresa havia estabelecido um contrato de exclusividade. A C.U.F., por sua vez, utilizava depois parte deste enxofre na produção de adubos. Parte destes adubos viria depois a ser comprado pelos seareiros do concelho.

Em 1943 verificam-se as primeiras crises significativas de falta de miné-



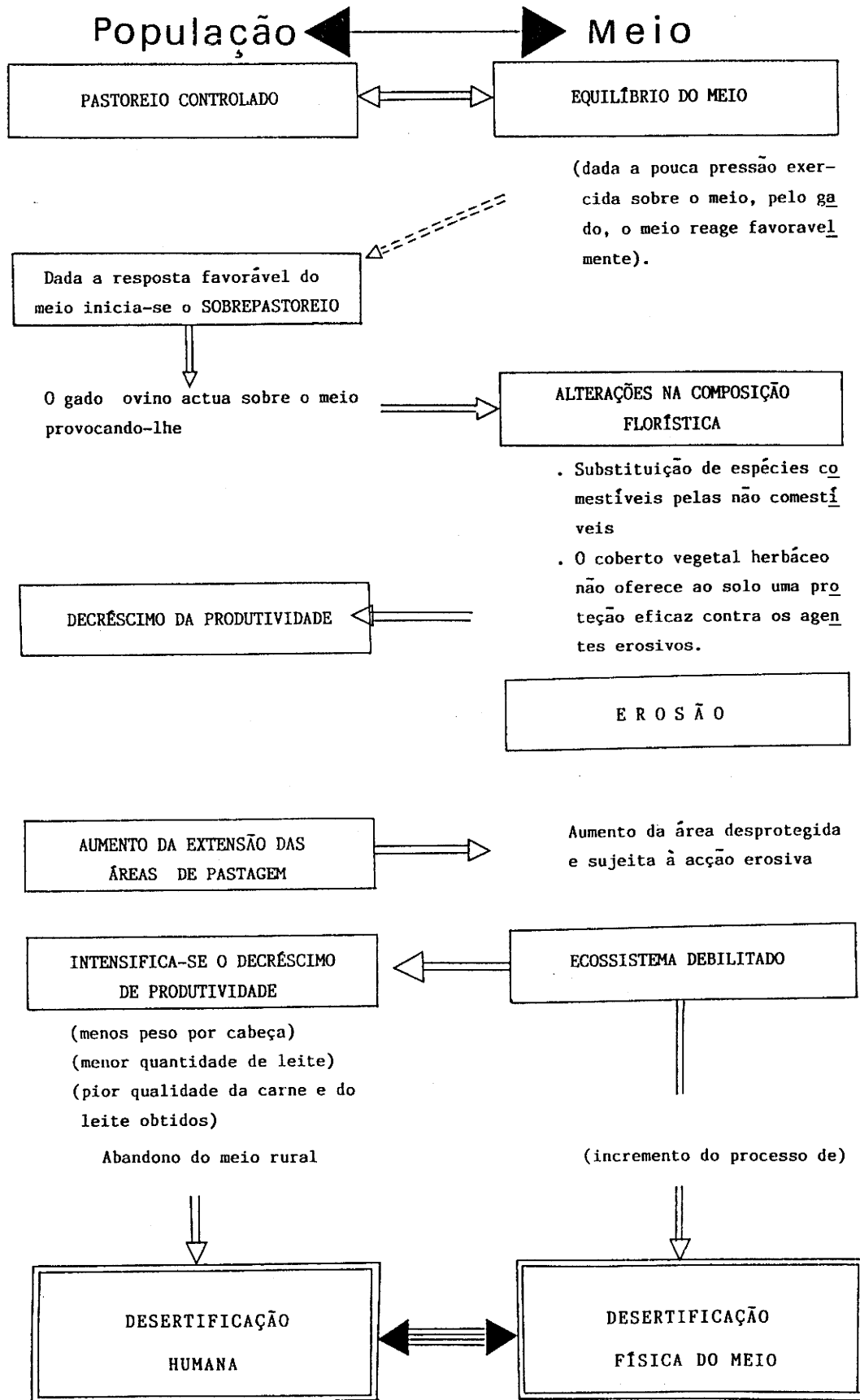
Aspecto parcial do complexo mineiro da Mina de S.Domingos
" Fábrica de enxofre " .

Fotografia de António Cunha

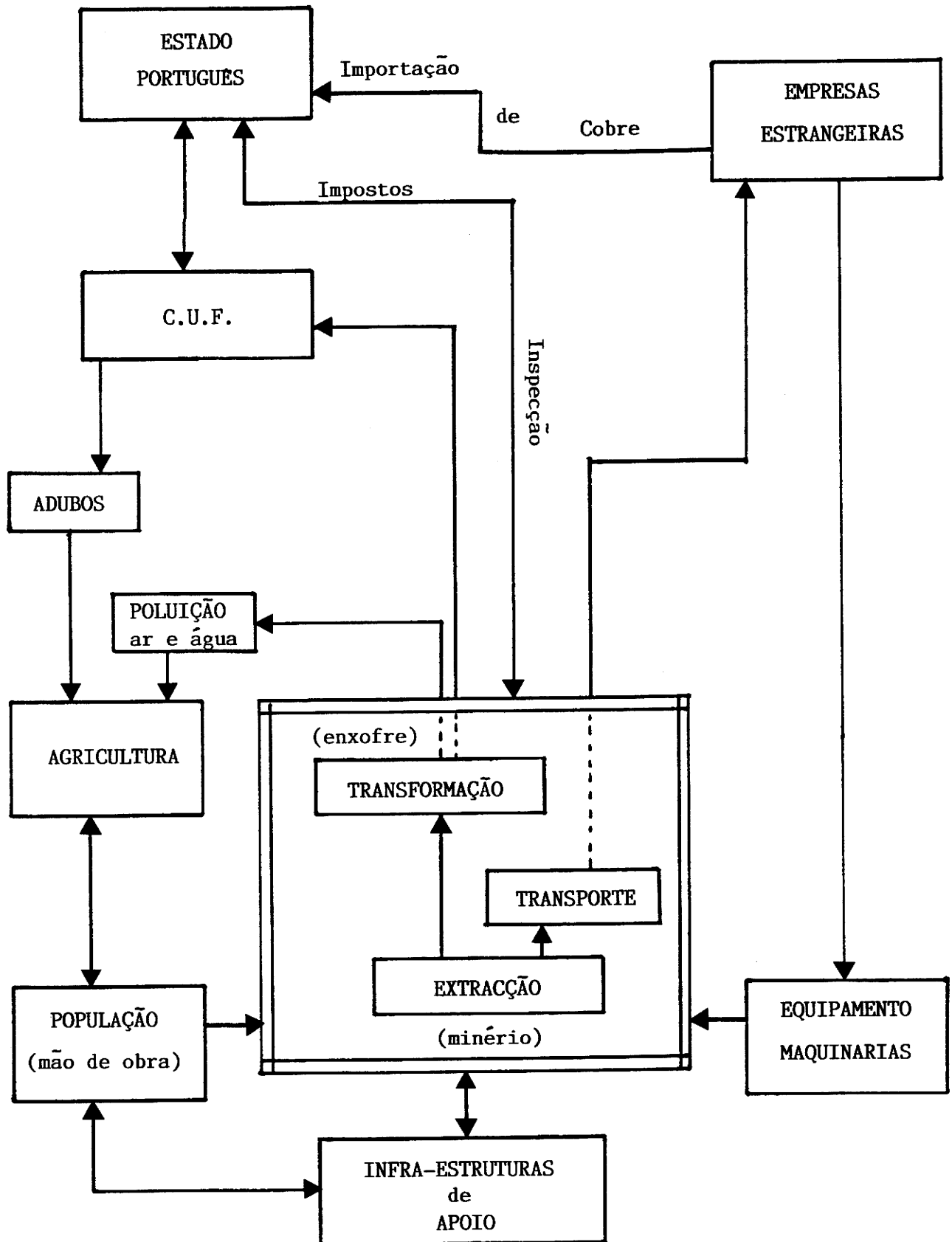
nério que têm como consequência a aprofundamento das zonas de extracção, numa tentativa de aumentar o rendimento da exploração, mas a conjuntura internacional não era favorável uma vez que ainda se vivia na Europa a II Guerra Mundial.

Em 1962, a chamada "fábrica do enxofre" cessa o seu funcionamento o que constitui o primeiro indício da "derrocada" da empresa, e em 1965 a empresa decide encerrar a Mina, tendo sido interrompida a actividade de extracção de minério. A empresa alega o esgotamento dos filões principais e a falta de rentabilidade da exploração. Finalmente em 22 de Abril de 1968 é decretada a falência da empresa e é realizada a última série de despedimentos. Entretanto, iludidos por promessas várias de novos empregos noutras minas, alguns dos mineiros optaram pela migração nas mais diversas direcções. A Mina esvaziou-se rapidamente. Foram ficando os mais idosos por já se sentirem impotentes para procurar um novo rumo profissional. Mal a mina fechou desapareceram alguns dos equipamentos sociais que haviam sido instalados; Assim, fechou o hospital, fechou a farmácia, a central eléctrica e até a antiga "casa da farinha". Tais factos ainda mais contribuíram para que a população abandonasse a aldeia da Mina de S.Domingos.

Passamos agora a apresentar, para cada uma das actividades consideradas um quadro resumo das interacções que foram estabelecidas entre a população $\longleftrightarrow$ meio.



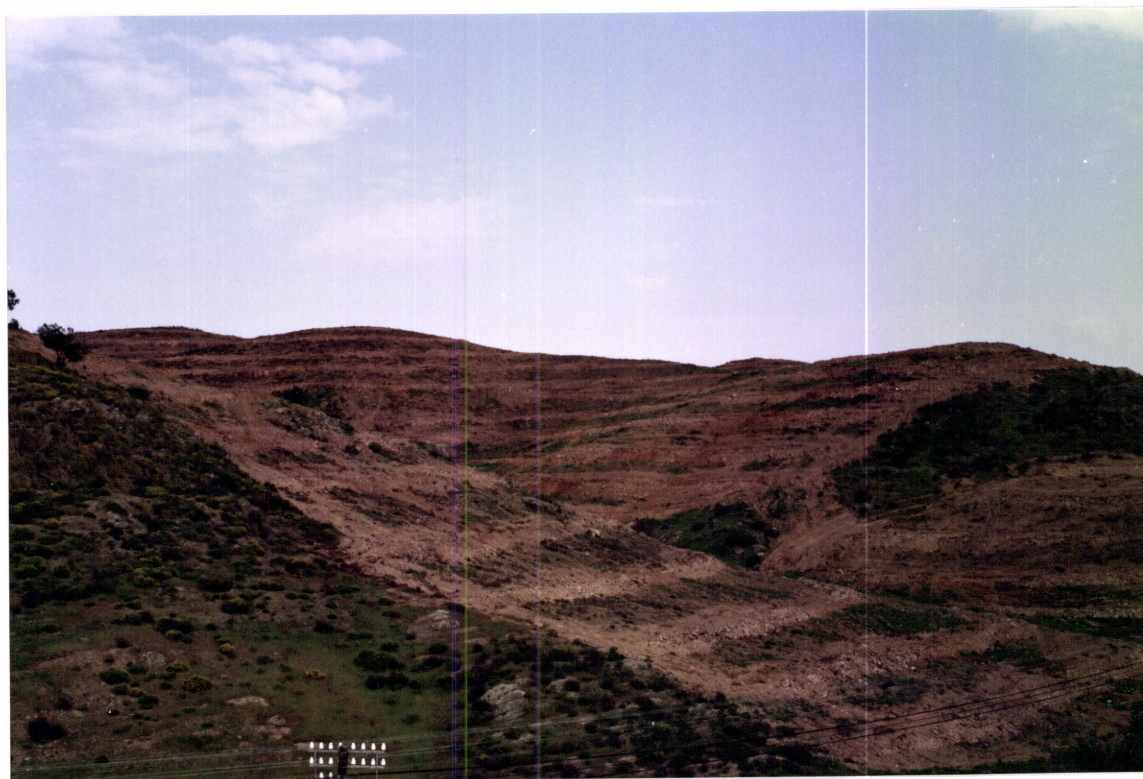
MERCADO
INTERNACIONAL



RECURSOS MINEIROS



Zona onde se prepara o solo para a plantação de eucaliptos.



Aspecto contrastante das zonas ainda protegidas por vegetação e daquelas em que o solo está nú.

CONCLUSÕES FINAIS

Começamos por confessar que temos consciência que não realizámos uma análise detalhada de todas as actividades desenvolvidas pela população residente no concelho de Mértola, nem era esse o nosso objectivo, pois tal tarefa excedia em muito as nossas limitadas capacidades e os objectivos que pretendíamos atingir com o nosso trabalho. Pensamos que um trabalho dessa envergadura teria de ser necessariamente desenvolvido por uma equipa de trabalho e que qualquer esforço individual, como era o nosso caso, não podia ter a veleidade de o conseguir em pleno.

Temos consciência que a problemática que nos propusémos analisar é só por si extremamente complexa, e que o tipo de análise sistémica, que de la tentámos realizar, deixou de fora muitos factores. Contudo, esta análise não pretendeu ser, de modo algum exaustiva, nem esgotar todas as interrelações que se estabeleceram entre a população e o meio, mas apenas servir como um exemplo de um dos tipos de análise que poderá ser realizada.

Muitos foram os factores que nos condicionaram na realização deste trabalho: Uns prenderam-se com limitações pessoais que passam por um domínio de conhecimentos muito limitado em relação a certas áreas científicas, nela fortemente implicadas, outros prendem-se com o facto de os dados disponíveis serem relativamente escassos e finalmente, mas não menos limitativo aparece o factor tempo.

Da análise das interacções que se estabeleceram entre a população, gestora do espaço, e o meio, realizada na terceira parte deste trabalho,

parece-nos não ser ousado afirmar que o processo de Desertificação física a que se assiste actualmente no concelho de Mértola, foi em grande parte fruto deste tipo de interacções consideradas. Na realidade quando se transforma um sistema natural, num sistema cultural, destroi-se parte dos seus mecanismos reguladores. Para que o sistema reencontre um novo equilíbrio será necessário que esses mecanismos destruídos, ou debilitados, sejam substituídos por outros. Contudo, na maior parte dos casos, quando o Homem intrevem num sistema natural ele cria um "caos", que terá depois de ser necessariamente ordenado para que esse sistema subsista. Pensamos que o que se passou no concelho de Mértola foi a criação desse caos, sem que houvesse sido implementado qualquer esquema de ordenamento que permitisse ao ecossistema subsistir.

O que se verificou foi que, os princípios que nortearam a actividade agrícola e pecuária estiveram orientados no sentido de retirar um máximo de rendimentos de cada uma destas actividades, quando a política mais sensata teria sido a de tirar o **possível** de forma a não provocar o esgotamento, quiçá irreversível, dos recursos naturais. O que parece ter imperado foi um tipo de pensamento reducionista, que preconizava que ao executar algo de bom e de produtivo, qualquer acção mais alargada neste sentido teria necessariamente melhores resultados; pensamos que este tipo de pensamento foi o que norteou a Campanha de Trigo. Era realmente importante que o país conseguisse satisfazer as necessidades de consumo relativamente a este cereal, mas a sua implementação em solos com as características dos solos do concelho de Mértola, veio a revelar-se como um erro crasso. Ainda que a curto prazo os resultados fossem satisfatórios, os resultados agora visíveis vêm denunciar o erro que essa política enfermava.

Se pelo contrário, se tivesse reconhecido e analisado a teia complexa da interacção sistémica, muito provavelmente teria sido possível prever que ao originarem-se alterações de grande envergadura no ecossistema na tural, se viriam a desencadear a médio e a longo prazo situações de desiquilíbrio que se viriam a reflectir, mais cedo ou mais tarde, nas condições de vida das populações. O que se verificou foi um êxodo da população , que não encontrando no meio respostas favoráveis que lhe permitissem a satisfação das suas necessidades se viu "obrigada" a procurar outras formas de subsistência noutros locais. Contudo, o problema gerado não se consegue solucionar, com o simples abandono da terras, mas ele poderá eventualmente ser minorado pela conversão de sistemas altamente entrópicos, por outros mais económicos a esse nível o que parece não ter sido feito; O que será necessário avaliar é a capacidade de suporte do meio e qualquer actividade que venha a ser implementada terá de ter presente essa análise e o jogo de interacções que irão apartir daí ser estabelecidas com o meio, pois se tal não for feito poderá acontecer que o processo de Desertificação já desencadeado, não seja controlado, e possa vir a assumir proporções que dificilmente poderão ser combatidas.

Embora não seja do âmbito deste trabalho gostaríamos de deixar aqui expresso uma pequena advertência que nos parece importante, e que está relacionada com um aproveitamento dos solos do concelho de Mértola que começa agora a ser feito em larga escala - Eucaliptalização. Embora nos reconheçamos como leigos em matéria de silvicultura não nos parece que esta seja a melhor forma de "resolver" o problema da desertificação dos solos do concelho e pensamos até que será uma medida que tenderá a acelerar o processo já em curso; Permintimo-nos fundamentar esta nossa modesta opinião em três citações: (5)

" Parece claro que não será desta forma, através do plantio de eucaliptos que se combaterá a erosão e se iniciará, nos serros nus e descarnados como os de Mértola e Alcoutim o processo de evolução ... que trará um dia a fertilidade a solos actualmente esqueléticos " .

" Os povoamentos de eucaliptos são absolutamente estremes, contrários às condições naturais e, por isso fortemente esterelizantes " VASCONCELOS (1942) in op.cit.

" A cultura do eucalipto, tal como se pratica, comenta NATIVIDADE (1943) é uma cultura espoliadora que satisfaz apenas interesses de momento" in op. cit

Com este trabalho espero ter contribuído para perspetivar o problema da desertificação física, e ao apontar algumas das suas possíveis causas, alertar para que não se cometam no presente ou no futuro os mesmos erros do passado. Como seres humanos não podemos deixar de ter presente que estamos tecidos numa trama apertada, com a terra, o mar, o ar, o clima, as plantas, os animais, etc, ou seja com os outros elementos do ecossistema, e que tudo o que afectar um fio deste entrançado, afectará os outros também, pois fazemos parte de um todo enorme e complexo - A Biosfera.

Para a realização de um tipo de trabalho deste género não pode, de forma alguma, estar apenas implicada uma ciência, mas sim um conjunto de ciências; e a síntese deve nascer, não de um trabalho individual, mas da reunião de esforços de uma equipa de trabalho, orientada segundo uma perspectiva interdisciplinar.

Pensamos que só utilizando como método o trabalho interdisciplinar, desenvolvido por uma equipa coesa, é possível ter uma visão integrada da

problemática em questão que verdadeiramente se situe no campo da **ECOLOGIA HUMANA**.

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

ALVES, I.Almeida " Problema da Manutenção da Fertelidade na Agricultura do Sul. "

Estudos da Estação de Melhoramento de Plantas

Elvas, 1961.

ARAÚJO, Ilídio Alves de " Sobre o Ordenamento Agrícola do País "

in Revista Vida Rural nº.63 - Maio 1979

CALHAU, Francisco Chaveiro " A Cultura do Trigo, função de economia "

Lisboa, 1951

CAMPBELL, Bernard " Ecologia Humana "

Universo da Ciência Edições 70 Lisboa, 1988

COSTA, Joaquim Botelho da " Caracterização e Constituição do Solo "

F.C.Gulbenkian Lisboa, 1975

COSTA, Mário Silveira da " A Floresta e a conservação da água "

in Revista Vida Rural nº.55

GODINHO, Henrique " Notas para a intensificação da cultura do trigo no nosso país "

Edições Agros Lisboa, 1941

GUERREIRO, M.Gomes " Floresta e a conservação do solo e da água "

Lisboa, 1953

KIRKBY, M.J. e MORGAN, R.P.C. " Soil erosion "

Edições John Wiley & Sons, Norwich, 1980

MORGAN, R.P.C. " Soil erosion and conservation "

Edições D.A.Davidson, Longman Londres, 1986

NAHAL, I. " Principes de conservation du sol "

Masson et Cie Editeurs, Paris, 1975

NAZARETH, J.M. " Principios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa "

Editorial Presença Lisboa, 1988

ODUM, Eugene " Ecologia "

Edições Interamericana 3ª.Edição 1972

PENA, A.; GOMES, L.; CABRAL, J. " Fauna e Flora de Mértola "

Cadernos do Campo Arqueológico de Mértola
nº.3

Edição da Câmara Municipal de Mértola

RAPOSO, Rasquilho J. " Desertificação no Alentejo "

in Revista Vida Rural, Julho, 1976.

SALGUEIRO, Teodósio A. " O Corte dos Montados "

in Revista Vida Rural, Julho, 1976

SOBRAL, M. Costa " Problema da Drenagem e Conservação do Solo no Alentejo "
in Revista Agricultura nº.1 Abril - Junho, 1984

VINK, A. P. A. " Landscape ecology and land use "
Edições D.A.Davidson, Longman Londres, 1983

" Desertification : an overview "
Edição da A.E.Universidade de Évora.

FONTES

Carta Agrícola e Florestal, S.R.O.A. (escala 1:250 000)

Carta de Limitações Dominantes ao Uso do Solo, S.R.O.A. (escala 1:250 000)

Carta Mineira de Portugal (escala 1: 1 000 000)

Carta Militar de Portugal - folhas 7 e 8 - (escalas 1:250 000)

Carta de Solos de Portugal C.N.A./S.E.A.

Atlas do Ambiente C.N.A./S.E.A.

" O Clima de Portugal " Serviço Meteorológico Nacional

Estatísticas Demográficas - I.N.E.

Recenseamentos Gerais da População - I.N.E.

Estatísticas Agrícolas - I.N.E.

Breves apontamentos sobre o concelho de Mértola - Serviços Socio - Culturais
da Câmara Municipal de Mértola.

